

Lauri Miranda Silva



AQUELAS QUE VIERAM ANTES DE NÓS

Microbiografias – Fragmentos de Memória Gay
e Trans em Porto Velho/RO (1980–2022)



Editora Milfontes

Aquelas que vieram antes de nós





Copyright © 2025, Lauri Miranda Silva.
Copyright © 2025, Editora Milfontes.
Rua Santa Catarina, 282, Carapina, Serra, ES, 29.160-104
Compra direta e fale conosco: <https://editoramilfontes.com.br>
comercial@editoramilfontes.com.br
Brasil

Editor Chefe - Milfontes
Prof. Dr. Bruno César Nascimento

ANPUH - Diretoria Biênio 2023-2025

Presidenta: Ana Maria Veiga (UFPB)

Vice-Presidenta: Rita de Cássia Marques (UFMG)

Secretário-Geral: Francivaldo Alves Nunes (UFPA)

Diretora de Pesquisa e Pós-Graduação: Thaís Alves Marinho (PUC-GO)

Diretor de Ensino de História e Formação Profissional: Francisco Egberto de Melo (URCA)

Diretora de Ensino de História e Educação Básica: Ana Luiza Araújo Porto (IFAL)

Diretora de Comunicação e Divulgação Científica: Samira Peruchi Moretto (UFFS)

Diretora de Cursos e História Pública: Marta Gouveia de Oliveira Rovai (UNIFAL)

Diretora de Assuntos Profissionais e Relações Institucionais: Lara V. de Castro Ferreira (UFC)

Diretora de Publicações: Andréa Bandeira de Farias (UPE)

Diretora de Relações Etnicorraciais e Pautas Antirracistas: Fernanda Oliveira Silva (UFRGS)

Diretor de Equidade e Diversidade de Gênero e Pautas LGBTQIAPN+: Kleber Simões (UNEB)

Primeiro Tesoureiro: Wagner Geminiano (SEE-PE)

Segundo Tesoureiro: Thiago de Faria E Silva (IFB)

Revista Brasileira de História: Sônia Maria de Meneses Silva (URCA)

Revista História Hoje: Marcus Leonardo Bomfim Martins (UFJF)

Lauri Miranda Silva

Aquelas que vieram antes de nós

*Microbiografias - Fragmentos de Memória Gay e Trans
em Porto Velho/RO
(1980-2022)*

Todos os direitos reservados. Nenhuma parte desta obra poderá ser reproduzida ou transmitida por qualquer forma e/ou quaisquer meios (eletrônico ou mecânico, incluindo fotocópia e gravação digital) sem a permissão prévia da editora.

Revisão

Roziméry Baptista Fontana Nascimento

Capa

Imagem da capa:

Não citada

Autor:

Proposição da Autora

Aspectos:

Proposição da Autora

Projeto Gráfico e Editoração

Bruno César Nascimento

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

S586a SILVA, Lauri Miranda.

Aquelas que vieram antes de nós: Microbiografias - Fragmentos de Memória Gay e Trans em Porto Velho/RO (1980-2022)/ Lauri Miranda Silva
Serra: Editora Milfontes, 2025.

172 p.: 23 cm.

Formato: pdf. - ebook

ISBN: 978-65-5389-120-3

I. Microbiografias 2. Trans 3. Rondônia I. Silva, Lauri Miranda
II. Título.

CDD 981.0

Esta obra leva o SELO ANPUH

Publicações Certificadas

A Associação Nacional de História - ANPUH-Brasil, por meio da sua Diretoria de Publicações, apresenta o SELO ANPUH Publicações Certificadas, que busca valorizar e dar visibilidade às publicações no campo da História, resultantes de pesquisas ou ações culturais, individuais e coletivas, produzidas em âmbito nacional e internacional, e comprometidas com valores éticos da comunidade historiadora, em consonância com o papel institucional da ANPUH. A ação visa certificar obras qualificadas de enfoque historiográfico, educacional ou de ficção, escritas por historiadores(as), de modo a destacar a produção e otimizar processos editoriais, ao favorecer autorias e editoras.

No atual contexto, de profunda crise da erudição e de questionamentos acerca da relevância social e política da História e do Ensino de História, a ANPUH-Brasil, como entidade representativa de pesquisadores(as) e professores(as) da área, entende que o SELO ANPUH Publicações Certificadas contribui com a elaboração de respostas à crise educacional instaurada e aos ataques ao humanitarismo, às Ciências Humanas e à democracia.

Boa leitura!

Andréa Bandeira

Diretora de Publicações

Ana Maria Veiga

Presidenta

Biênio 2023-2025



Para Sandra Egly, Núbia Lafayette,
Mica e Paulo Santiago

Agradecimentos

Ser grata é reconhecer a energia e a força transformadora que nos movimenta e que nos conecta com o poder da natureza.

Ser grata nos enriquece em todos os sentidos da vida. Nesse sentido, agradeço:

- às deusas e aos deuses por me acompanharem e me fortalecerem em todos os momentos, sobretudo durante o período pandemônico e tenebroso que vivenciamos durante os anos de 2018 a 2022. Não foi fácil;
- à minha filha e parceira Collyns, uma querida que me ajuda a ser mais feliz;
- ao meu orientador, Profe. Dr. Benito Bisso Schmidt, pelas suas orientações, dicas e sugestões valiosas durante todo o processo de construção da minha tese de doutorado, as quais me conduziram até aqui. Pela parceria e pelo acolhimento sensível e solidário que sempre teve comigo. Por acreditar no meu potencial e neste trabalho, bem como por me incentivar nas questões acadêmicas e profissionais. Gratidão;
- à Profa. Dra. e diva Fabíola Holanda, pelo apoio, incentivo e por ter acompanhado a minha trajetória de vida e acadêmica;
- às Profas. Dras. Natália Pietra Méndez, Megg Rayara, Marta Rovai, por terem aceitado participar da minha banca de doutorado, que com tanto zelo e atenção avaliaram meu trabalho. Agradeço pelas valiosas contribuições e críticas construtivas, que sem dúvida enriqueceram o desenvolvimento do meu trabalho;
- ao Instituto de Filosofia e Ciências Humanas e ao Programa de Pós-Graduação em História da UFRGS;
- às/aos minhas/meus colaboradoras/es: Alessia, Karen,

Kary, Renata, Marconi e Neide, gratidão por aceitarem colaborar e participar na construção deste trabalho;

- à CAPES, pelo apoio financeiro durante o doutorado;
- à Associação Nacional de História - ANPUH-Brasil, por possibilitar esta publicação;
- a todas/os aquelas/es que, direta ou indiretamente, contribuíram e me apoiaram em algum sentido para a realização deste trabalho;
- àquelas/es que fecharam as portas para mim e àquelas/es que disseram que eu seria uma “zé ninguém”, bjas.

“A gente é criada para ser assim, mas temos que mudar. Precisamos ser criadas para a liberdade. O mundo é grande demais para não sermos quem a gente é”.

Elza Soares¹

1 Citação retirada da entrevista de Elza Soares cedida à revista Época em 2016. Disponível em: <https://epoca.oglobo.globo.com/vida/noticia/2016/03/elza-soares-ja-passou-o-tempo-de-sofrermos-caladas-esta-na-hora-de-gritar.html>. Acesso em: 08 nov. 2023.

Sumário

Introdução.....	15
<i>Parte 1: Microbiografia e microautobiografia - Perspectivas para salvaguardar memórias subterrâneas.....</i>	<i>23</i>
Os estudos feministas, de mulheridades e LGBTQIA+ em Rondônia	26
<i>Parte 2: O percurso transpoético de uma narrativa de vida.....</i>	<i>31</i>
A minha <i>microautobiografia</i> e sua relação com esta pesquisa	34
Revelando-me: a carne humana antes escondida	35
(In)experiências, descobertas e afetividades no Buá	44
Rompendo as amarras do "cistema"	50
Um corpo transgressor na Universidade	55
<i>Parte 3: O Caso do Navio Satélite - “Mulheres degredadas” e “homossexual degredado” em Santo Antônio do rio Madeira</i>	<i>67</i>
<i>Parte 4: Microbiografias transgressoras.....</i>	<i>79</i>
Sandra Egly: memórias da primeira professora trans circense no mundo (1958-2001).....	81
Paulo Santiago: a microbiografia de um militante gay andrógino em Porto Velho.....	96
Núbia Lafayette: “a pérola negra de Rondônia”	124
Mica: a mamis/madrinha das travestis e de mulheres trans rondonienses.....	131
<i>Considerações.....</i>	<i>143</i>
<i>Lista de fontes.....</i>	<i>147</i>
Entrevistas presenciais	147
Entrevistas online.....	147
Notícias em periódicos online ou sites na internet:	148
Referências bibliográficas.....	151

Introdução

A presente obra foi gestada a partir da vontade de conhecimento, de luta, de resistência e de empoderamento a partir de um corpo com marcadores sociais carregados de opressões interseccionais, um corpo que é transgressor, desobediente e subversivo contra a ordem hegemônica. É um recorte, resultado da minha pesquisa de doutorado¹.

Eu sou uma MULHER TRANS afroamerindígena, ribeirinha, cabocla, beradeira, periférica, nortista, amazônica, amazonense, rondoniense, portovelhense, professora, oriunda de escola pública e de universidade pública. Nesse sentido, são destes lugares que este livro foi fabricado e, são destes lugares que o processo (trans) criativo da escrita e análise ecoarão para a leitora ou leitor.

Ao escrever esta obra me atrevo a harmonizar a minha subjetividade com a objetividade possível na produção historiográfica, portanto, incluo-me no processo (trans) criativo deste trabalho, usando “eu”, “nós” e “nosso”, em vez de termos mais distantes, como “elas/eles” ou “uma/um” – isso é tão subversivo e transgressor, é libertador. Parafraseando Glória Anzaldúa (2000), o significado e o valor da minha escrita é medido pela maneira como me coloco e me situo no texto, e pelo nível de nudez revelada e rebe-

1 Para saber mais, ver: SILVA, Lauri Miranda. *Vozes subversivas e corpos transgressores: memórias da (re) existência de militantes dos movimentos LGBTQIA+ e de mulheres contra as opressões interseccionais em Rondônia (1980 a 2022)*. Tese (Doutorado em História - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2023. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10183/271180>.

lada. Uma escrita antes de tudo transfeminista e feminilizada, sob a perspectiva não sexista da linguagem, mas sim da perspectiva de gênero².

Foi lamentável ter que pesquisar e escrever este trabalho enquanto eu assistia a uma deterioração nas condições das universidades brasileiras, dos institutos de pesquisa e de organizações não governamentais (ONGs), e, ao mesmo tempo, sob o jugo de um inimigo invisível, coronavírus, que causou transtornos na vida de brasileiras e brasileiros. Contratempos esses que repercutiram inclusive nos procedimentos metodológicos das/dos pesquisadoras/es, professoras/es e outras categorias de profissionais que tiveram que se ajustar ao “novo normal” para transformar suas realidades e investigações.

Moldar-se às novas circunstâncias apresentadas consistiu em um ato político, de luta e resistência perante os retrocessos na educação desse país. E é levando em conta esses aspectos que apresento alguns resultados da minha pesquisa de doutorado.

Em décadas passadas na academia, acreditava-se que a/o pesquisadora/or ao realizar um trabalho tinha que ser neutra/o e objetiva/o, ou seja, manter certo “distanciamento” da pesquisa, inclusive na História. Donna Haraway, em seu texto *Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial*, aponta que os estudos feministas acadêmicos e militantes tentaram por muitas vezes rebater a questão sobre o que nós aspiramos a dizer com a questão da *objetividade*. Não mais por um viés de uma desejada ideia de separação entre quem investiga e quem é investigada/o, mas através de uma escrita identificada ou localizada que fala de onde se origina. Para autora, “temos gasto muita tinta tóxica e árvores transformadas em papel para difamar

2 Feminilização é uma expressão que indica ação ou processo no que se dá ou aparece a feminilidade. O termo é usado nas áreas de Medicina, Botânica, Veterinária e nos estudos sobre mulheres ou de gênero. Nesse sentido, a feminilização é um procedimento que consiste em marcar as formas femininas dos nomes ou adjetivos ali onde as regras gramaticais preconizam o uso de formas não marcadas. Ver: Dicionario de la lengua española - Edición del Tricentenario (em espanhol), disponível em: <https://dle.rae.es/feminizaci%C3%B3n>. Acesso em: 23 out. 2022.

o que eles queriam dizer com o termo e como isso nos machuca” (Haraway, 1995, p. 7).

Na perspectiva harawayiana, o que está em debate quando se cobra de mulheres pesquisadoras para que elas sejam “neutras” tem a ver com um entendimento de texto que é apontado como inflamado, enviesado ou emocional. Ao invés de prover respostas que reflitam as cobranças de um projeto científico baseado na imparcialidade e/ou em um distanciamento, Donna Haraway aposta no antagônico. Então, podemos analisar o projeto de ciência dito como “imparcial” como *localizado*, mesmo que para isso seja necessário utilizarmos o “gume feminista” (Haraway, 1995) como tática de saber e de aprendizado. Ela ainda ressalta: “desmascaramos as doutrinas de objetividade porque elas ameaçavam nosso nascente sentimento de subjetividade e atuação histórica coletiva e nossas versões “corporificadas” da verdade” (Haraway, 1995, p. 13).

Sendo assim, a autora continua a ter expectativas em torno da parcialidade, pois analisa ser benéfico instruir-se com os corpos, como de uma pesquisa corporificada, acreditando nas tecnologias semióticas como merecedoras de um *endereço*. Para Sofia Favero esse *endereço* é:

Dizer que não há inocência em uma história. Tem um objetivo. Aparece entre os parágrafos, pois não é possível sair ileso em um texto. O que faz com que toda investigação científica seja localizada [...]. Além disso, quem escreve, o faz para alguém. (Favero, 2020, p. 2).

Nesse sentido, este trabalho tem vários endereçamentos, a partir do meu corpo, da minha voz, da minha escrita e das minhas experiências de vida na condição de historiadora e mulher trans afroamerindígena. Escrevo para:

- a academia, em que ainda ronda uma cisheteronormatividade branca, classista e masculina em suas produções;
- as travestis, transexuais, transgêneras/os, gays, bissexuais, lésbicas e outras identidades de gênero (in) visibilizadas/os na história;

- as mulheres e homens cis brancas/os, negras/os ou pretas/os, indígenas, afroamericanas/os, afroamerindígenas/os companheiros e companheiras de luta ou não;
- as putas trabalhadoras do sexo;
- as pessoas com deficiência;
- as pessoas gordas;
- e a sociedade cisheteronormativa e conservadora.

Este livro é a continuidade de minha monografia de bacharelado intitulada: *ONG Tucuxi na luta contra o preconceito e pelo reconhecimento da cidadania LGBT em Porto Velho (2003 a 2009)*, em que me dediquei a um recorte histórico sobre o primeiro movimento homossexual em Porto Velho/RO, denominado *Camaleão*, que surgiu em meados dos anos 1990, no contexto da explosão da contaminação pelo vírus do HIV/aids³. O Camaleão foi organizado por um grupo de amigas/os, sensibilizadas/os com a situação de exclusão social e a perda de muitas pessoas próximas no início daquela epidemia. Este grupo, pioneiro em Rondônia, e formado por homossexuais cisgêneros e pessoas cisheteras, encerrou suas atividades por falta de apoio e de voluntários na mesma década.

Esta pesquisa monográfica foi realizada a partir de análise documental de atas, relatórios, projetos, cartilhas, folders e imagens coletados no acervo da extinta ONG *Tucuxi*. O objetivo geral do referido trabalho foi analisar historicamente a mencionada instituição e as suas ações para pessoas LGBTQIA+, começando no ano de 2003 e indo até 2009, averiguando as contribuições dos projetos sociopolíticos por ela desenvolvidos na luta contra

3 Uso minúsculas para escrever “aids” seguindo o Manual da Secretaria de Comunicação do Senado Federal. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/manualdecomunicacao/estilos/aids>. Acesso em: 24 dez. 2021. No início, aids era uma sigla. Atualmente dá nome à doença. Muitos movimentos sociais e ONGs ligadas à epidemia da aids também preferem o uso de minúsculas para diminuir o caráter “assustador” da doença. Essa forma tem sido utilizada depois das reflexões acerca da possível associação entre a grafia em maiúsculo da sigla (AIDS) e a fobia suscitada pela menção à doença. Mantereí, no entanto, a sigla no original em maiúsculo (AIDS) nas citações de textos que a usam desta maneira.

a LGBTQIA+fobia e a criação de políticas públicas voltadas para esse segmento.

Constatei que ficaram algumas lacunas, e elas abriram brechas para a continuidade da pesquisa. Agora trago as/os colaboradoras/es e personagens LGBTQIA+: Renata Evans, Marconi Vasconcelos, Karen de Oliveira, Alessia Moura, Sandra Egly, Núbia Lafayette, Mica e Paulo Santiago para o campo do conhecimento histórico. É nesse contexto que tenho lutado para salvaguardar nossas memórias e a memória dos *movimentos de mulheres* e de *LGBTQIA+* no estado, contextualizando um pouco das nossas trajetórias individuais que serão posteriormente enfocadas.

Identifiquei a necessidade e a importância de dar continuidade à pesquisa, mantendo-a numa perspectiva de resistência acadêmica com relação a essas temáticas, a fim de colaborar para o debate historiográfico e político em torno das relações de gênero e diversidade sexual na história. Ressalto que, no desenvolvimento deste trabalho, entrei em contato, por meio das redes sociais, com as/os colaboradoras/es para fazer o convite e formalizar a participação delas/es na pesquisa, e o objetivo geral deste trabalho é trazer para o conhecimento histórico personagens importantes que “vieram antes de nós” da história LGBTQIA+ em Porto Velho a partir da década de 1980.

O presente livro se baseará em um feminismo negro interseccional, pois nos incentiva a ter coragem de avaliar a nossa condição do ponto de vista de gênero, raça, classe e sexualidade, para que consigamos entender nosso lugar dentro do cisheteropatriarcado capitalista hegemônico branco imperialista (hooks, 2018).

Embora a importância dos feminismos como movimento social seja inegável para a luta por igualdade das mulheres, é preciso pensar que cada uma/um de nós é atravessada/o por inúmeros marcadores sociais (raça, classe, geração, gênero, sexualidade, dentre outros) que nos colocam em diferentes posições sociais e orientam nossas reivindicações daquilo que acreditamos ser necessário em uma sociedade democrática e justa. Dentro da pers-

pectiva das mulheres negras não é possível, portanto, ser feminista sem ser antirracista.

O historiador Juno Mendes de Aguiar em seu trabalho *Habitando as margens: a patologização das identidades trans e seus efeitos no Brasil a partir do caso Mário da Silva (1949-1959)* ressalta: “é preciso que nós pessoas trans tenhamos parte na construção das narrativas e epistemologias que regulam nossa existência” (Aguiar, 2020, p. 30). Logo, neste livro, a importância e a representatividade intelectual de autoras/es travestis, transexuais e transgêneras/os nas análises teóricas, políticas e metodológicas são extremamente fundamentais não só para nos incluirmos na produção do saber, mas também para questionarmos a forma como o *sistema* trata e tratou nossos corpos ao longo da história da humanidade. É um ataque contra a ciência cisheteronormativa. (Andrade, 2012; Jesus, 2012, 2014; Reidel, 2013; Alves, 2012, 2015; Nery, 2013, 2015; Connell, 2016; Vergueiro, 2016; Rodovalho, 2017; Oliveira, 2017, 2018; Bonassi, 2017; Zanella, 2019; York, 2020; Aguiar, 2020; Lima, 2021; Silva, 2020; Nascimento, 2021; Benedites, 2021; Moura, 2022; Tedesco, 2023).

Para Jaqueline G. de Jesus, o transfeminismo encontra “os seus fundamentos teóricos no processo de consciência política e de resistência constituído pelo feminismo negro e outras linhas de pensamento feminista” (Jesus, 2014, p. 243). Também expande os assuntos considerados marginalizados dentro do feminismo hegemônico para incluir outros que também são silenciados pelo cisheteropatriarcado, e que não são necessariamente sobre mulheres e homens cis. O movimento em sua pluralidade compreende o conceito de gênero como uma construção social, histórica e cultural, usada para oprimir, excluir e estigmatizar corpos travestis e trans*.

Na presente obra, tenho por finalidade relatar um pouco sobre a minha trajetória, de como cheguei até aqui; a história de Pintassilgo, “primeiro homossexual” da região, personagem fundamental para compreensão da memória construída no início do século XXI, símbolo da re (existência) de dissidentes sexuais e de gênero no estado, bem como a história de vida de quatro perso-

nagens que fizeram parte da comunidade LGBTQIA+ no município de Porto Velho/RO: a primeira é Sandra Egly, rondoniense, a primeira professora trans no mundo, negra ou preta, circense que vivenciou a travestilidade na década de 1980 vindo a falecer em 2001. O levantamento das informações e dos dados sobre ela foi elaborado a partir da minha memória como aluna de Sandra na década de 1990, e de informações coletadas no trabalho do pesquisador e militante Kary Falcão (2019). Sua história de vida está atrelada com a desagregação do regime militar brasileiro (1979), a crise do regime autoritário e a fundação do estado de Rondônia (1982) que se observa a tentativa do governo militar em perpetuar no poder uma incipiente elite civil, que emergia durante o processo de criação do novo estado da federação.

O segundo personagem é Paulo Santiago, rondoniense, ativista e artista gay cisgênero, figura importante da memória e da militância LGBTQIA+ em Rondônia, assassinado em 2006. Falarei dele a partir dos relatos de alguns ativistas com os quais eu conversei e por meio de uma de suas obras, *Ser gay: homossexualidade*, publicada em 2005, para analisar, entender e contextualizar a sua história de vida, de luta e resistência contra a cisheteronormatividade na região.

A minha terceira personagem é Núbia Lafayette, acreana, mulher trans, negra ou preta, e que militou no movimento LGBTQIA+ em Rondônia. Discorrerei sobre ela a partir do meu trabalho de bacharelado em História e de algumas informações de ativistas que tiveram contato com Núbia, que faleceu em 2012.

Minha última personagem é Mica, acreana, mulher trans. Foi a primeira mulher trans de Rondônia que viajou para o exterior nos anos de 1980, vivendo na ponte aérea Porto Velho - Europa. Tinha dupla nacionalidade, e foi ela que no início facilitava e mediava a ida de travestis e transexuais rondonienses à Itália, por isso, era chamada de “mamis” e “madrinha” por estas sujeitas. Falarei dela a partir das minhas memórias como mana/filha e das entrevistas informais que realizei com militantes e membros de sua família. Mica faleceu em 2012.

Microbiografar a história de vida desses personagens vai além do simples “resgate do oprimido” ou de uma “história dos excluídos”, significa manter viva a memória de pessoas que subverteram a cisheteronormatividade, e resistiram às diversas formas de opressões interseccionais em um estado conservador, permitindo encarar com outra perspectiva tal passado, marcado por muitas violências e estigmas, mas também por muita luta e formas de (re) existência. Vamos seguir então esses percursos.

Parte 1

Microbiografia e microautobiografia

Perspectivas para salvaguardar memórias subterrâneas

Aqui o termo *microbiografia* está sendo pensado não em uma perspectiva ampla de escrever e compreender a totalidade das histórias de vida e das memórias de personagens importantes da história LGBTQIA+ em Rondônia - devido às limitações e especificidades deste trabalho. Muito menos, no sentido de reduzir o vivido e as experiências delas/es a determinados temas e recortes cronológicos. Tenho por intuito somente compartilhar algumas das experiências e ações das/dos personagens que tiveram um reconhecimento e relevância social coletiva, em determinado tempo e espaço histórico, a partir de diálogos com pessoas próximas das/dos microbiografadas/os, da imprensa e de outras fontes que me auxiliaram na construção dos textos, em respeito à memória e à história daquelas e daqueles que vieram antes de nós.

A *microautobiografia* pode ser entendida como um “novo” fazer na historiografia, pelo qual escrevo e relato a minha história de vida e as das/dos colaboradoras/es desta obra, não em um sentido ficcional, mas sim a partir de narrativas construídas ao longo da investigação, dos ditos e dos não-ditos. É o “eu” em processo de des-construção e legitimação de saberes, pois falar de nós mesmas/os como pessoas fora da *cisnorma*⁴ não é necessariamente difícil, mas com certeza é desafiador e subversivo. É (des)ordeiramente possível, tendo em vista que precisamos mostrar que o palco da história também é o nosso lugar, e nunca mais irão nos excluir, porque cansamos de ficar nos bastidores para sermos utilizados como objetos e abjetos, e não como sujeitas/os ativas/os na construção da história humana. Somos vozes conectadas, e somos produtoras/es de uma escrita subversiva.

Microbiografias e *microautobiografias* são pensadas e fabricadas a partir de narrativas de experiências vividas, não são histórias inventadas, são lembranças de determinados momentos de vidas em tempos específicos, do modo pelo qual as/os sujeitas/os

4 Trata-se de um conceito que ganha abrangência nas produções acadêmicas brasileira na segunda década do século XXI e denota a “normalidade” que legitima como saudáveis, naturais e verdadeiras apenas as pessoas que se identificam com o sexo que lhes foi designado ao nascimento, sempre assumindo a binariedade homem/mulher. (Bonassi, 2017).

existenciais as criam, constroem, desfazem, cortam e recortam. A subjetividade é fundamental nesse processo. Penso também no papel da coragem para transformar as nossas vivências em textos ao tecermos relatos de vidas, de luta e de resistência ao sistema. Almejo um trabalho sensível, humanizado e inclusivo, tanto no processo de exposição quanto no da recepção no campo científico e na sociedade.⁵

Por fim, utilizo imagens fotográficas intercaladas aos textos a partir do capítulo 2, compreendendo-as como fontes fundamentais na pesquisa histórica. Uso-as não somente como ilustração, mas também por sua força simbólica e narrativa que permite às/ aos leitoras/es compreenderem determinados aspectos (emoções, corpos, performances, encontros, entre outros) dos quais só o texto escrito não dá conta. Penso que essas imagens contêm uma riqueza de informações as quais revolucionam a memória individual e coletiva das/dos personagens deste livro e do estado de Rondônia para o conhecimento histórico (Le Goff, 1990; Mauad, 1996), bem como direcionam a/o leitora/or a vislumbrarem, a partir da suas óticas, as representações visuais e sociais dos períodos que analisei.

Os estudos feministas, de mulheridades e LGBTQIA+ em Rondônia

É importante ressaltar que temos poucas informações e análises na historiografia de Rondônia sobre gênero e sexualidade, pois a maioria das obras às quais eu tive acesso apresenta os homens brancos cisgêneros e de elite como sujeitos de estudo da história regional, retratando-os como agentes da história e protagonistas dos fatos históricos, tanto do processo de colonização quanto da formação do atual estado ⁶, bem como, muita preocu-

5 Sobre a sensibilidade e humanização no trabalho de história oral, Michael Pollak ressalva: "Seria importante observar a maneira de trabalhar dos historiadores, quer eles trabalhem com escritos biográficos ou com relatos, ou seja, seria importante estudar não com o que eles trabalham, mas como eles trabalham" (Pollak, 1992, p. 212).

6 Exemplos: Ferreira (2005); Fonseca (1998); Gauld (2006); Hardman (2005);

pação em registrar os empreendimentos grandiosos e capitalistas, como, por exemplo, a Estrada de Ferro Madeira-Mamoré (EFMM) e as linhas telegráficas, sempre colocando esses homens no centro de análise, deixando à margem outras/outros sujeitas/os que estiveram presentes na constituição de Rondônia⁷.

Na Amazônia ocidental⁸, especificamente em Rondônia, a situação das mulheres e de pessoas LGBTQIA+ seguiu os mesmos rumos de oposição à opressão e exclusão, como em várias outras partes do Brasil e do mundo. Mesmo tendo participado de diversos processos dinâmicos que constituíram a região, o silenciamento também se abateu sobre elas/eles. Nesta região, a situação ainda é desalentadora no que se refere ao reconhecimento das contribuições destes segmentos para a produção e reprodução da vida social nas comunidades ribeirinhas, quilombolas, indígenas e urbanas. Esta condição não se restringe ao não reconhecimento do estatuto de trabalhadoras/es destas pessoas, mas também transparece na escassez de estudos e pesquisas acadêmicas acerca das mulheres e pessoas LGBTQIA+ na qualidade de sujeitas/os da história regional (Fechine, 2007).

O processo de ocupação do município de Porto Velho se deu por meio de ciclos econômicos extrativistas, especialmente os da borracha, cassiterita e ouro. Conforme Elaine Fechine (2007) e Mariangela Onofre (2009), a história das mulheres que participaram destes ciclos não aparece nas versões oficiais da historiografia regional, mas é possível analisar a condição feminina neste contexto, pois as atribuições que as mulheres desenvolveram, juntamente com os homens, foram fundamentais em tais processos econômicos.

A influência filosófica e política do movimento feminista

Schweickardt e Lima (2007); Silva (1984); Tomlinson (2014); Vital (2011).

7 Ressalto a importância desses trabalhos que têm um significado cultural destacado para a história e memória da região, mas não posso deixar de questionar a ausência ou invisibilidade de mulheres e de pessoas LGBTQIA+ na historiografia regional.

8 Os estudos sobre gênero na Amazônia Ocidental se iniciaram a partir da criação da Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisa sobre a Mulher e Relações de Gênero (REDOR), em 1992, conforme Janaina Chaves (2019).

ocidental chegou nos anos de 1980 ao estado e adentrou as organizações de mulheres em Porto Velho. Na obra *As mulheres que meteram a colher: história do movimento feminista em Porto Velho Rondônia (1980 a 2009)*, a historiadora Risa Silva reflete a situação das mulheres no município de Porto Velho na década de 1980, nos sindicatos, nos partidos de esquerda e nas ONGs, evidenciado que cada entidade realizava ações “individualizadas” e específicas para as mulheres, ou seja, não havia ampla notoriedade ou visibilidade social do tema na capital, até porque somente algumas situações específicas se intitulavam como ações feministas.

Os estudos de gênero em Rondônia iniciaram-se na década de 1990, com as mulheres cis, professoras e pesquisadoras da Universidade Federal de Rondônia (UNIR), nos seus determinados campos de saber, preocupadas com a mulher no espaço amazônico e na produção acadêmica. Entre estas intelectuais cito Arneide Bandeira Cemin (1992, 1998, 2001, 2002, 2005, 2006), Maria das Graças Silva Nascimento Silva (1996, 2000, 2004, 2007) Maria Ivonete Barbosa Tamboril (2005, 2007) e Elaine Fechine (2003, 2007).

Cito ainda outras mulheres cis intelectuais do estado, como: Ceres Carneiro (2007), Sandra dos Santos (2009), Clícia Henriques de Souza (2009), Lady Day Souza (2009), Cledenice Blackman (2015, 2020), Adriana Oliveira (2016), Lilian Moser (2019) e Rosângela Hilário (2019). Essas e tantas outras pesquisadoras, em seus trabalhos seguiram a lógica dos seus respectivos campos de saber sob a perspectiva das teorias feministas, sobretudo do *ecofeminismo*⁹ e, recentemente, do feminismo negro interseccional¹⁰,

9 Perspectiva crítica que correlaciona à dominação da natureza e a dominação da mulher “propõe combinar os potenciais transformador e crítico da ecologia e do feminismo, criando e promovendo um novo e poderoso movimento para mudanças culturais e sociais” (Siena, 2001, p. 107-108). Para Jucandella (1997) e Ceres (2007), a conexão essencial que o ecofeminismo faz entre mulher e natureza é que ambas receberam por parte das sociedades ocidentais e patriarcais o mesmo tratamento de subjugação e dominação masculina. Isso se justifica da seguinte forma “[...] por terem permanecido no âmbito privado, as mulheres teriam se afastado da lógica produtivista industrializada, tornando-se, portanto, capazes ou preparadas para dialogar com a natureza” (Ceres, 2007, p. 40).

10 Exemplos: Chaves (2019); Hilário (2019); Blackman (2020); Silva (2020); San-

buscando a valorização dessas mulheres (ribeirinhas, quilombolas, indígenas, negras ou pretas, trans*, urbanas e periféricas) e traçando a partir de epistemologias feministas, a problematização de gênero na Amazônia ocidental.

Os estudos sobre mulheres em Rondônia estão centrados na crítica contra o patriarcado, e nas questões de trabalho e violência de gênero, sob a égide do pensamento de uma nova esquerda feminista progressista.

Durante o mestrado, realizei levantamento bibliográfico sobre as temáticas de gênero e sexualidade em Rondônia, entre os anos de 1990 e 2010, não encontrei pesquisas em torno das mulheres lésbicas, travestis e mulheres trans*, principalmente na historiografia regional. Nota-se, pois, um caráter cisheterossexista predominante nos estudos feministas na região.

Somente no início do século XXI que se iniciaram os debates sobre a questão da sexualidade e identidade de gênero nos estudos da UNIR. Sobre pesquisas em torno das questões LGBTs no campo acadêmico, temos a dissertação do Kary Falcão, intitulada *As contribuições linguísticas dos povos de religião de matrizes etno-africana na formação da linguagem de homossexuais em Porto Velho – Rondônia*, publicado em 2010, na área da ciência da linguagem, e, paralelamente, no curso de graduação de História, o meu trabalho monográfico sobre a discriminação e violência contra a comunidade LGBT em Porto Velho, já citado anteriormente.

Somente a partir de 2017 que as travestilidades, transexualidades e transgeneridades em Rondônia passaram a ser investigadas nos estudos de gênero e sexualidade no estado. Cito os trabalhos de Fabrício Lopes *Transgêneros: narrativas de escolarização na Amazônia* (2017), e de Kary Falcão *Identidades construídas em forma de docência: desafios e perspectivas de professoras travestis e transexuais em Rondônia* (2019). A discussão dessas pesquisas giram em torno do processo educacional da população trans* a partir da psicologia escolar, sob as análises de dois homens gays intelectuais,

tos (2021).

preocupados com as exclusões e as ausências de corpos trans nos espaços educacionais de Porto Velho.

Diante disso, nesse panorama de estudos que começa a se configurar em Rondônia, compreendo a importância da minha pesquisa de doutorado na continuidade de produções acadêmicas em torno das relações de gênero e sexualidades, a fim de contribuir para o debate historiográfico na história. E não somente isso, mas também ampliar as discussões sobre os movimentos de mulheres e os movimentos LGBTQIA+ situados em Rondônia. Espero que o meu trabalho seja uma contribuição valiosa nesse sentido.

A história e memória das/dos personagens neste livro se rebelam contra o sistema de dominação. A nossa trajetória, o nosso vivido, e a nossa experiência jamais serão esquecidas, que por muito tempo foram ocultadas, sendo agora reveladas.

Parte 2

O percurso transpoético de uma narrativa de vida

Figura 1 - Fotografia da autora do livro



Fonte: Lauri (2021).

Antes de eu nascer, eu já era algo, com cor, nome e lar. É menino! É macho! É homem! Ecoavam as vozes determinantes que me projetaram para ser, formataram-me para ser. Nasci então, com todo um aparato sem compreender o que eu era, sujeito sujeitado ao inferno da dominação moralista. Berrei, gritei e saí do sufoco. Resplandece uma criança viada, caricata, purpurinada, desviante, anormal, mas que colocaram na força: olha o jeitinho dele! Anda direito! Fala igual HOMEM! Sai do meio das meninas! Retraí-me, vamos orar! Cantar! Amém!

Não adianta, já sabemos que não vai ser, e será o quê? Para quê? Eu serei o que eu sou, carregarei o peso da cruz, eu me desconfigurei, eu me rasgay, eu não me deitei, eu vou pisar, já pisei... Sapateio na cara do patriarcado desde quando explodi e implodi em um salto rosa. Passei glitter das amigas na escola, rasgay as calças, fiz blusinhas de garota com a farda escolar, dei close e dei pinta, sim, no pátio, dancei/danço e fiz/faço carão.

Olha tem letra bonita “igual de menina!” “Leitura perfeita, e ela é participativa”. Eu me empolgava, eu queria muito mais, “mas precisa moldar seu comportamento desajeitado”. Na hora do intervalo o axé gritava, vou subverter, subverti, vou transgredir e ainda transgrido, não vou me calar.

Essa não sou eu. O que tu tomas? Quero seios iguais aos seus, quero bater cabelo, quero bunda igual das meninas do Tchan, quero ser Sheila, ser paqueta... Como faz? Atah! Toma a primeira, segunda, terceira... Passam meses, aparecem botões, que gracinha! Cintura moldada, cabelos gritando... Felicidades a mil... Ouço ecos novamente, não é de Deus, vai lhe matar! Isso é pecado! Aqui você não é bem-vinda... Queimará a imagem do estabelecimento... Jeito indesejável... Oi? Quê? Faz a Egípcia! Dane-se, procura seu rumo. Aflição, reflexão, respira... Perspectiva, foco e coragem. Santiago assassinada, Mica morre, matam Malu... Morre uma, duas, três ou mais de nós, morre nós... Vejo sangue, escuto gritos, sociedade sombria... Um ser machucado por dentro, por fora as deusas me protegendo... Um ser real (re) nascendo, Fênix? Talvez. Livros, papéis, canetas, leitura, açai, café, bodó, cuscuz, cupuaçu, man-

ga, pitanga e goiaba... Guiada por sonhos e ideais... Construção, desconstrução de identidades, da subjetividade e da experiência. Formação para ser aceita? Visível, mostra para o que veio, adentrando, conectando, corporificando, esparcializando, desbravando, dialogando, enfrentando, marcando território... Terão que me aturar, suportar, me engolir... Agora será a minha vez de falar, e de tantas outras que irão adentrar, invadir e se posicionar, o CISTema irá cair, irão nos escutar, agora é a nossa vez, vamos sim (trans) revolucionar. Não nasci à toa, nasci pra causar e incomodar... Nascida à beira do rio, cabocla, ribeirinha, no meio da floresta me tornei mulher americana, afro, indígena, trans, amazônica, nortista, rondoniense, portovelhense. TRANS AFROAMERINDÍGENA, essa sou eu... Sou tudo isso e mais um pouco... Lutar para permanecer... Ser resistente para continuar... Calada nunca! Dandaras Presente! Lorenas Presente! Danieleles Presente! Luanas Presente! Paolas Presente! Malus Presente! Núbias Presente! Maravilhosas Presente! Grampolas Presente! Saritas Presente! E tantos outros corpos estão presentes e resistem dentro de mim. Lutas, resistências e muitas purpurinas, hoje transformada do meu jeito... Transgressora, desobediente e subversiva, continuarei cutucando e afrontando o cistema. Agora sou eu quem fala, e que as deusas e deuses nos protejam!

A minha microautobiografia e sua relação com esta pesquisa

Parafraseando Glória Anzaldúa, escrever é o ato mais abusado que eu me atrevi, e o mais ameaçador. Escrever é arriscado porque temos medo do que a escrita evidencia: os temores, as fúrias, a coragem de uma mulher trans afroamerindígena sob diversas formas de opressões interseccionais. Todavia, neste ato habita nossa luta pela sobrevivência e reconhecimento, porque uma mulher que pesquisa e escreve tem poder, e:

Uma mulher com poder é temida. Choque você mesma com novas formas de perceber o mundo, choque seus leitores da mesma maneira. Acabe com os ruídos dentro da cabeça deles. Sintam

seu caminho sem anteparos. Para alcançar mais pessoas, deve-se evocar as realidades pessoais e sociais — não através da retórica, mas com sangue, pus e suor. *Não estamos reconciliadas com o opressor que afia seu grito em nosso pesar. Não estamos reconciliadas.* (Anzaldúa, 2000, p. 235, grifos nossos).

Relatar a minha história de vida pessoal e acadêmica é fundamental à leitora ou ao leitor que está se debruçando neste trabalho, seja para compreender os meus lugares e posicionamentos de fala como historiadora, professora, pesquisadora, militante e mulher trans afroamerindígena, seja também pelo fato de ser a partir dos atravessamentos de gênero, raça, etnia e condição social que eu me (re) apresento, bem como, por questões de representatividade no país que mais mata travestis, transexuais e transgêneras/os negras/os ou pretas/os. Sobrevivente.

Revelando-me: a carne humana antes escondida

Nasci no dia 22 de julho de 1986 na cidade de Porto Velho (Rondônia). Aos 3 (três) anos de idade fui morar com os meus avós maternos, negros ou pretos e caboclos amazônicos (falecidos no início do século XXI). A minha mãe, mulher negra “analfabeta”, beradeira¹¹ e cabocla (faleceu em 2011) teve depressão pós-parto e isso contribuiu para que toda a sua saúde se agravasse. Sendo assim, continuei morando com os meus avós, que eram evangélicos, devido a minha mãe não ter condições psicológicas para cuidar de mim.

Ela chegou a morar na casa de meus avós. Eu lembro que eu me deitei na rede para embalarmos juntas, onde ela me chamou de Laurinha. Aí meus avós ouviram e repreenderam-na por me chamar por esse nome. Minha mãe estava em tratamento da depressão pós-parto, e ninguém na família, que eu me recordo, falava que era esse o problema que ela tinha. Ela era vista por muitas pessoas e até mesmo membros da família como louca e tratada como tal, devido aos sintomas de crise de ansiedade, por exemplo:

11 Pessoa nascida e/ou que vive à beira do rio, e que sente orgulho de ser portovelhense. Antigamente, era utilizado para pessoa cafona, brega. (Amaral, 2015).

irritabilidade, inquietação e, também, por a ouvirem falar “sozinha” e pelas “fugas” de casa. Ela foi exorcizada por membros da igreja em razão desses motivos e várias vezes internada nos manicômios em Porto Velho. Também foi mais uma vítima do sistema sexista, conservador, moralista e machista, e sei de relatos que ela teve muitos conflitos com meu pai e que foi abusada sexualmente, mas não por ele.

Meu pai faleceu quando eu tinha 8 (oito) anos de idade (1994). Não me recordo muito bem dele, não lembro de sua voz, do cheiro e do seu toque. Mas eu lembro que minha avó contava que ele era um “indião”¹², pois segundo ela, a minha avó por parte de pai, que morava em Guajará-Mirim/RO (cidade de fronteira que faz divisa com a Bolívia), falava “enrolado”, uma “língua diferente”. O que a minha avó materna queria dizer, era que a minha bisavó paterna era indígena, pertencente a algum grupo nativo no estado de Rondônia e que não falava o português; já meu pai tinha fisionomia e descendência indígena, mas falava o português. Porém, será que ele não sabia a língua de seus ancestrais?...

Nesse sentido, a minha ancestralidade é o cruzamento de povos indígenas e negros amazônicos, e sou a mistura da/do cabocla/o, da/do ribeirinha/o e da/do beradeira/o. Eu sou fruto de uma “família desajustada”, estudante preta/negra, de classe média-baixa e de origem popular da periferia (zona leste, espaço ainda visto por muitas pessoas como um ambiente de marginalização) da cidade de Porto Velho, onde estudei, a minha vida inteira, em escolas públicas.

Sabemos que o sexo do indivíduo é determinado antes dele nascer. Em um mundo cisnormativo, os papéis binários de gênero

12 Conversando com Josy de Souza (minha amiga trans, professora e pesquisadora do campo da Linguística) em Rondônia em 27 de fevereiro de 2021 pela rede social *whatsapp*, ela me disse que o termo “indião” tem caráter tradicional e é muito comumente utilizado por populações e famílias tradicionais (ribeirinhos, caboclos, beradeiros) até os dias atuais para referenciar um indivíduo descendente dos povos originários sem miscigenação ou puro. Não é um termo usado apenas na região amazônica. Trata-se de uma forma cultural de pessoas mais antigas para acentuar a origem do indivíduo, continuando com os termos “indião”, “negão”, “caipirão”, não no sentido do grau aumentativo, mas com o objetivo de legitimar a raiz cultural da pessoa. (Souza, 2021).

(homem/mulher) são definidos, vigiados e controlados de acordo com o sexo biológico (pênis/vagina). Crescemos ouvindo que “menino tem que usar roupas na cor azul” e “para a menina a cor determinada é o rosa”, “menino não chora”, “menina brinca de boneca”, “menino brinca de carrinho” e outras expressões que continuam sendo ensinadas em diversas sociedades, que ainda estão enraizadas na cultura brasileira, e com novos feitiços corroborando para a afirmação binarista. Porém, as relações de gênero e sexualidade variam de cultura para cultura, são construções discursivas, sociais, fluidas, mutáveis e performativas.

A infância foi uma das melhores fases da minha vida, pois eu era livre de preocupações e compromissos complexos do sistema binarista. Eu brincava com carrinhos e petecas com meus primos no quintal de casa, jogávamos bola na escola e na rua com meus/minhas amigas/os, e outras brincadeiras “consideradas” para meninos. Mas às “escondidas” de meus avós, eu brincava com as bonecas (eram nossas filhas) das minhas primas quando elas iam nos visitar nos fins de semanas. Passava batom nos meus lábios, dançava em cima dos saltos da minha tia. Adorava usar as sapatilhas e os vestidos da minha avó. Eu me sentia a dançarina, ainda mais quando eu fazia da toalha um cabelo grande. A dança era e ainda continua sendo pra mim libertadora. Dançava quando meus avós não estavam em casa. Era o momento em que a dançarina entrava em cena. De forma divertida e natural, eu fazia duplamente o jogo das cisgeneridade.

Como não sou nenhuma santa, na 4ª série, teve um dia que a minha professora saiu de sala de aula para ir à sala dos professores. Acabei subindo na mesa dela e coloquei todo mundo da sala para dançar na *Boquinha da garrafa*. A professora me pegou no flagra e me levou para a orientação. Ganhei uma pequena suspensão de uma semana. Ela convocou a minha avó a comparecer na escola, pois precisava relatar o ocorrido. Levei uma *pisa*¹³, e acredito que desde lá meus avós começaram a vigiar e querer controlar meu comportamento desviante, mas tão *star*.

13 Coça, surra ou peia em outras regiões.

Várias vezes escutei a minha avó conversando com meus parentes e vizinhas/os dizendo que desde criança eu tinha trejeitos femininos, ou seja, ela tinha consciência do que eu viria a ser. E realmente, eu era uma criança viada, uma criança que performava o anti-padrão cisheteronormativo no corpo e na alma, uma criança LGBTQIA+.

Durante as séries iniciais (pré-escolar ao 4º ano), não lembro de ter sofrido preconceitos na escola por ter um comportamento fora dos padrões da cisheteronormatividade. A gente sabe que a LGBTQIfobia está nas entranhas das estruturas visíveis e não-visíveis, mas sofri racismo, por ter cabelo afro e devido a minha cor preta/negra, então eu era chamada de *cabelo de pipoca*, *cabelo de Bombril*, *cabelo duro*, *neguinho do Codó*, “*Cirilo*”, *pretinho da senzala* e outros termos racistas.

Naquela época (meados dos anos 1990) não existiam projetos na escola sobre discriminação e outros temas referentes à prática de bullying. Tive uma boa relação com todos/as professores no colegial. Nunca me senti excluída do ambiente escolar. Poderia ser devido ao meu jeito de querer estar em todos os eventos e atividades escolares. Fui uma aluna LGBTQIA+ participativa. Eu adorava estar na escola. Para mim era prazeroso estar na escola, mas não tinha ainda a noção do que era ser LGBTQIA+. Não se falava de questões de gênero e sexualidade em minha família quando eu estava por perto, mas de vez em quando eu conseguia ouvir alguns cochichos sobre assuntos que não poderia ouvir.

Mas, a vida de uma/um aluna/o LGBTQIA+ não é um “mar de rosas”, tem seus percalços. Na 6ª série aconteceu um dos “primeiros” casos de homofobia comigo, em que a orientadora educacional culpabilizou a mim pela homofobia que sofri. Na escola tinha a *feira cultural* e *gincana*, e, logo, havia “rivalidades” entre as/os estudantes pela disputa de melhor turma/classe nas temáticas da feira cultural. Entretanto, na semana da feira, uma garota me empurrou, eu caí no chão do corredor de um dos pavilhões e machuquei o meu joelho. Aí tirei satisfação com ela. Ela ainda me

xingou de *mariquinha*, *hermafrodita* e *alegre* (fazendo referência ao termo gay), que eram apelidos na época bastante utilizados para meninos “delicados” e/ou que tinham trejeitos “femininos”. Fomos parar na sala da orientação.

A orientadora educacional olhou e disse para mim: *você precisa mudar este teu comportamento, não é de Deus*, e eu falei que eu não tinha feito nada à garota. Ela continuou me questionando: *ah! Mas só te vejo andando com meninas, o seu andar não é de menino, você anda desfilando igual menina, você tem que ter postura de menino*. Depois desse episódio tentei moldar e mudar meu jeito de andar na escola, mas não surtiu efeito, porque quem nasceu para ser diva, diva se tornará. Fui advertida verbalmente e sentenciada por escrito com três dias de suspensão da escola por ser aluna LGBTQIA+. Não lembro o que estava escrito no documento, mas como eu queria nos dias atuais ter o relatório da orientadora em minhas mãos.

Foi na adolescência que entendi que eu era “diferente” dos outros meninos que se encaixavam nos padrões cisheteronormativos. Eu já não gostava mais de estar no meio deles. Eu gostava mesmo era de estar com as minhas amigas cis, gays e lésbicas, clo-sando com elas/eles, papeando sobre as paqueras delas/es, sobre as/os nossas/os artistas favoritas/os. A era da puberdade.

Nesta fase, as malditas filas no pátio da escola. Meninos para um lado, meninas para o outro. Do menor para o maior. O hino nacional. A reza de *ave Maria*, o *credo* e o *pai nosso*. Tudo isso me gerava desconforto. Tinha muitas vezes que eu chegava atrasada para não participar desse ritual pedagógico religioso. Escola laica? Era uma cerimônia de adestramento, de disciplinamento para a manutenção do sistema. Realmente a escola é um panóptico como denomina Michel Foucault em *Vigiar e Punir* (2009).

Na escola, ao menos na minha turma, não tivemos aula sobre a homossexualidade. Lembro-me da professora de biologia falando de *hermafroditismo*. Termo esse que eu ouvia de forma pejorativa, vindo de algumas pessoas cisheteras de que eu iria ser

um hermafrodita. Mas, tínhamos aula sobre prevenções às ISTs/HIV/aids e aborto¹⁴.

No 2º ano do ensino médio (2003), a minha turma escolheu um tema babadeiro para a feira cultural escolar: “Sexo e Amor e sem Tabu”. Na ocasião, abordamos como usar os métodos contraceptivos, as posições sexuais, e foi quase uma inserção do *Kama Sutra* e erotismo no ambiente escolar (risos). Não teve alarde advindo desse povo metido a conservador e não sofremos retaliações. Lembro de que a nossa sala era a mais visitada pelas/os alunas/os e a comunidade escolar, pois a feira era aberta para todas/os. Ganhamos em primeiro lugar. A minha turma era transgressiva, e a gente sentia que nossas/os professoras/es adoravam trabalhar conosco.

No Ensino Médio a gente já vai tendo uma concepção do que estamos nos tornando e vamos adentrando num novo universo de conhecimento de si e formação para si.

Passei a estranhar e a sentir incômodos com meu corpo, e com as vestimentas que eu usava. Então, estilizei minhas roupas: eu as rasgava, decotando, colocando umas lantejoulas e miçangas para ficar bem *fashion*; minha avó abominava quando eu rasgava as calças jeans, e o sermão da montanha que vinha cantava aos meus ouvidos.

Como eu sempre gostei de ensinar, dava aulas de reforço na casa das/dos minhas/meus alunas/os e ajudava as/os filhas/os de algumas vizinhas nas tarefas escolares, sendo que muitas delas sabiam de minha sexualidade, porque contei para elas. Na verdade, elas já sabiam, e nesse sentido, ensinava as filhas/os, e em troca eu ganhava uma blusinha feminina, calças jeans *boca de sino*, calças jeans com *lycra*, que elas mesmas deixavam eu escolher, e, algumas vezes, ia à loja com elas.

Quando comecei a usar esses tipos de vestimentas consideradas “não adequadas” para mim, não houve uma recepção tão boa

14 Na escola se discutia o aborto como crime, não se falava no direito de escolha da mulher em ter ou não a criança.

em casa, falavam que era de “mulher”, que não era roupa para eu usar... mas como eu estava na fase chamada por muitas/os de fase da rebeldia, retrucava, “se eu trabalhei, ganhei, vou usar sim”, e me sentia belíssima dentro das roupas mesmo com um aspecto andrógino e/ou metamorfo.

Entretanto, foi a partir daí que iniciaram os conflitos e a repressão sobre a minha identidade de gênero e orientação sexual, a LGBTQIA+fobia nossa de cada dia, presente tanto no âmbito familiar, bem como na igreja evangélica (pois eu a frequentava com os meus avós). Infelizmente, mesmo me dedicando aos estudos, aos serviços domésticos em casa, para eles era falta de Deus, era o demônio me usando, obra do satanás, e que oraram por mim para expulsar esses tipos de coisas. Tudo em nome da moral e dos bons costumes do sistema cisheteropatriarcalista e em nome de Deus.

Todas essas situações exalando opressões começaram a me causar perturbações, já que em casa nunca tivemos conversas sobre sexualidades, nem televisão tínhamos, pois era um objeto maligno. Nesse sentido, todas as informações que tive sobre sexualidade e prevenção foram de fato na escola, e através de conversas com amigas/os e vizinhas, mas conhecimentos bem superficiais.

Com isso, a minha relação com a igreja começou a desandar, enquanto a minha feminilidade já estava aflorada mesmo. E os fiscais de controle que se tem dentro das igrejas cristãs começaram a me denunciar para meus avós sobre os meus comportamentos, vistos como rebeldes e pecaminosos! Como se nos bastidores da igreja e dos retiros de jovens e adolescentes não rolasse a pegação. Mas, como eram cisheteras/os, podiam.

Toda essa perseguição me afastou da igreja. Pelos meus comportamentos considerados por eles como desviantes e indesejáveis, não fui mais à igreja com meus avós. Eu ficava em casa sozinha, bem melhor do que estar no meio de falsos moralistas.

Frequentei a igreja católica, não para ser membra, mas porque essa oferecia um curso de teatro, e na época era o auge das

*Chiquititas*¹⁵, e eu queria ser uma, então, em minha cabeça, se eu fizesse teatro, eu poderia me tornar uma *chiquitita*. Era uma fase de sonhos adolescentes, mas foi muito bom ter feito tal curso, pois foi onde fiz uma nova rede de amizades, onde ainda tenho relações afetivas com amigas/os até hoje. Eu era bem aceita no meio delas/es, até porque no grupo de teatro tinham LGBTQIA+ católicas/os, então eu me sentia acolhida.

Eu cheguei ao 3º ano do ensino médio, preocupada com o que o futuro iria me dar. Concluí o ensino básico em 2004, e na época eu não tinha a dimensão do que era uma faculdade e/ou uma Universidade. Até porque não tínhamos tantas informações como as que são dadas atualmente, através das redes sociais e da mídia em geral, de como era esse espaço, para que servia e muito menos como se fazia para nele ingressar. As informações que chegavam à escola em que eu estudava sobre isso eram superficiais.

Lembro-me que fiz o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), mas não tinha preparo intelectual para responder a uma prova daquelas e, naquele momento, até mesmo porque a prova ainda era usada inicialmente para avaliar a qualidade da educação nacional. Somente na segunda edição do exame, em 2009, o ENEM foi utilizado como modalidade de acesso ao ensino superior, e atualmente é usado em substituição ao antigo vestibular em algumas universidades públicas.

Quando completei 18 anos de idade, precisei, de forma obrigatória, me alistar ao serviço militar. Era a vontade da minha avó de que eu servisse o exército, e ela “pegava no meu pé” para

15 Telenovela brasileira produzida pelo Sistema Brasileiro de Televisão (SBT), escrita nos anos de 1990, pela autora argentina Cris Morena. A telenovela conta a história de um grupo de órfãos que vivem em um orfanato. Suas experiências, tais como descobrir o primeiro amor, decepções, solidão e amizade, bem como aventuras e fantasias, são retratadas ao longo da trama. A narrativa é reforçada por temas musicais e videocliques. Foi gravada na Argentina e transmitida no Brasil por cinco temporadas (1997 a 2001). Em 2012, o SBT anunciou a compra dos direitos da telenovela pela sua proprietária, a rede de televisão da argentina Telefe. Estreou em 2013, ao contrário da primeira versão, a nova produção de *Chiquititas* foi totalmente feita no Brasil, sem envolvimento da Argentina, e finalizada em 2015. Ver: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Chiquititas> (1997). Acesso em: 11 ago. 2021.

eu fazer o alistamento, principalmente porque ela relacionava a questão do alistamento militar à empregabilidade, ou seja, se eu não me alistasse, eu não conseguiria trabalho formal.

Mas o que ela não “sabia” ou não imaginava era que mesmo estando com o documento de reservista em mãos, as dificuldades, os obstáculos e os enfrentamentos que eu iria encontrar no mercado de trabalho seriam triplicados, por estar fora do padrão cisheteronormativo. Nesse período, também, eu já estava fazendo a hormonioterapia, através do contato com amigas trans mais “velhas”, na clandestinidade. Essa, portanto, é a realidade social e econômica que reverbera na precariedade e risco à saúde da população de travestis, transexuais e transgêneras/os no Brasil, já que a maioria transicionou e/ou continua transicionando sem a prescrição médica, usando também de outros meios (como silicone industrial e anabolizante) na busca do corpo dos sonhos e do corpo desejado.

Então, eu já usava trajes considerados “femininos”, e com os efeitos dos anticoncepcionais que eu tomava e injetava, meu corpo se transformava e minha alma transbordava de alegria. Entretanto, algumas/alguns membras/os e amigas/os acabaram percebendo e recebendo minhas transformações com uma negação e pavor, pois para a maioria delas/es aquele corpo era uma aberração e eu iria para o inferno - e que eu fosse, mas que fosse do meu jeito desejado.

Eu era um sujeito bem metamorfo, uma figura queer e queen também, um ser em transmutação, uma figura caricata para algumas pessoas, pois onde passava ouvia do povo na rua: *é moça ou moço?* De forma preconceituosa. Mas fui “empurrando com a barriga”, “aos trancos e barrancos”, esperando que a minha avó esquecesse esse “desejo” de querer que eu ingressasse ao exército. Meu desejo mesmo era conseguir um emprego para: pagar meus estudos; sair da casa de meus avôs; ter o meu espaço; colocar prótese; comprar minhas vestimentas, acessórios e saltos.

É claro que, como muitas travestis e transexuais, também tentaram me expulsar de casa ou me enviar para uma escola mi-

litar. Eu falava em fuga se tudo aquilo continuasse acontecendo comigo. Mas o que me “sustentou” dentro do meio familiar foram os meus estudos, eu me apegava neles com todas as forças, tudo isso, para ser e viver como eu sou/estou hoje. Ressalto que a minha avó sempre teve amor por mim, ajudou muito enquanto pode, bem como alguns membros da minha família. Mesmo que elas/ eles tenham sido moldados à vida inteira pelo sistema patriarcal e fundamentalista, elas/eles não são culpadas/os por ele.

(In)experiências, descobertas e afetividades no Buá

Conforme citei anteriormente, foi na escola que tive meus primeiros contatos com amigas/os gays e lésbicas. E ainda temos vínculos de amizades, mesmo que cada um/uma tenha seguido o seu destino. Mas não tinha ainda a dimensão de como era o mundo LGBTQIA+ e foi a partir dessas/es amigas/os que obtive conhecimento desse mundo colorido. Os meus primeiros sentimentos e desejos por garotos cisheterossexuais surgiram na adolescência, e foi nesse momento que passei a ter uma relação afetiva com minhas/meus amigas/os do *vale*, pois sempre estávamos e andávamos juntas/os, seja na escola e/ou nos grupos de atividades das *matérias* fora da escola, rodinhas de conversas e nas festas *americanas*¹⁶. Nesses encontros rolavam muitos bate-papos sobre relacionamentos amorosos, paqueras, sexo etc. Até porque eu não tinha esses diálogos em família, não conversávamos sobre esses assuntos, devido ao conservadorismo que existia dentro de casa.

Durante a minha trajetória escolar, tive professoras/es assumidos LGBTQIA+. Na 3ª Série, por exemplo, tive a honra de ter uma professora travesti, mas dela falarei mais adiante. Foi em 2004 que tive meus primeiros contatos com as meninas travestis, transexuais e transgêneras. Porém, no bairro onde morava (na zona leste/periferia da capital) tinha uma casa de travestis, que era mais conhecida como *o recanto das bonecas*. Quando eu passava

16 Termo usado para caracterizar um encontro festivo, no qual cada uma/um levava algo para beber e comer na casa de amigas/os, é claro às escondidas de alguns pais, inclusive de minha família. Era nessas festas que rolavam as *pegações* e os *atendimentos*.

na frente da casa para vê-las, morria de medo, mas, mesmo assim passava. Elas ficavam na frente e sentadas em um banco, eram belas e todas com os *picumã*¹⁷ grandes e lindos. Algumas ficavam na janela sem blusas, mostrando aqueles seios fartos, para seduzir os boys. Quando eu passava, algumas implicavam comigo. Eu não sabia o motivo, mas passava e não retrucava, porque na vizinhança dizia-se que *eles eram pessoas perigosas e filhos do demônio*.

Certo dia, fui realizar uma visita a minha mãe que estava morando com a minha irmã na zona sul da capital. No meio do caminho, enquanto eu estava indo para a parada pegar o ônibus, para chegar a minha casa - e já era noite - me sentei na parada para aguardar o ônibus. E logo em seguida começaram a surgir travestis e transexuais, pensei *meu Deus! Vou já levar uma coça dessa gente!* Eu fiquei acanhada e com medo, devido aos comentários negativos que se faziam naquela época e que ainda fazem, a respeito de pessoas trans. Mas, enfim, nada de ruim aconteceu comigo, pois elas passaram por mim e nem me olharam, até porque eu ainda estava no início da transição, não portava trajes “femininos”. Então cada uma foi para o seu posto de batalha¹⁸²¹, ou seja, o local onde eu estava era, e ainda é, um dos locais de trabalho de prostituição das travestis, transexuais e transgêneras em Porto Velho, o famoso *Rio Madeira*¹⁹ ou *Buá*.

O buá é um lugar de movimentação e trânsito constante devido ao fato de estar situado à beira da principal rodovia do estado, a BR-364. O buá é cercado de motéis, postos de gasolina, empresas de mecânicas e transportes, estabelecimentos comerciais, casas e prédios. É um local que tem 4 (quatro) divisões: 1. Rio Madeira, onde ficam as travestis e transexuais que trabalham e vivem da prostituição; 2. *Jambeiro*²⁰ (BR-364), onde ficavam/ficam as travestis, transexuais e transgêneras trabalhadoras, veteranas e/

17 Cabelos, perucas ou *laces*.

18 Batalha e/ou batalhar são termos comuns utilizados entre as travestis e transexuais para ressignificar o trabalho com a prostituição.

19 Uma das principais e mais conhecidas avenidas da capital.

20 Devido ao fato do local ter árvores de Jambos-vermelhos, muito utilizadas na arborização urbana em nossa região Norte.

ou consideradas mais antigas do local; 3. *Cú Peludo*, onde circulam as bixas afeminadas, gays de barbas (conhecidos como bixas-boys), também chamados/as de bixas do *SINTERO*²¹ e; 4. *Rovema*²², local híbrido, onde se concentra travestis, transexuais e gays que iam/vão para *caçar e atender* os boys, ou até mesmo para descontraír.

A BR-364 é uma rodovia que foi imaginada por Roquette-Pinto (etnólogo) em 1916, e, de acordo com os historiadores Marco Teixeira e Dante Fonseca (2001), tornou-se realidade no governo do presidente Juscelino Kubitschek (1956 a 1961). Na época quem governava o atual estado de Rondônia era um Coronel, Paulo Nunes Leal²³. Em 1966 a rodovia ligou Cuiabá e Porto Velho. As obras foram finalizadas em 1984, durante o governo do Coronel Jorge Teixeira de Oliveira.

É importante ressaltar que na cidade de Porto Velho há outros *pontos de trabalho sexuais*. No caso específico do buá da Rio Madeira, esse se originou no finalda década de 1990, devido às *batidas* e consequentes incômodos causados diariamente pela polícia em outros pontos de prostituição na cidade, como no antigo *Trevo do Roque*²⁴, onde ficavam as primeiras trans trabalhadoras sexuais, bem como a famosa *Avenida Jorge Teixeira*²⁵. Esses são dois locais de trabalhos de prostituição de travestis e transexuais cruciais para o entendimento da história das travestilidades, transexualidades e transgeneridade em Rondônia. De acordo com Kary Falcão (2010), o trabalho das travestis e transexuais era muito

21 É o clube do Sindicato dos Trabalhadores em Educação de Rondônia.

22 Empresa privada.

23 Nascido em Minas Gerais. Foi nomeado governador do então território de Rondônia em 1954. Também foi deputado federal por Rondônia, eleito pelo Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), e durante o período da Ditadura Militar se elegeu mais uma vez para a Câmara, desta vez pela Arena no Rio Grande do Sul, em 1974. Em sua obra *O outro braço da cruz* (relançado em Porto Velho no ano de 2018), diz que alertou a Juscelino Kubitschek, em 1960, sobre a importância da construção de uma rodovia entre Brasília e Rio Branco, criando o projeto da BR-029, mais tarde BR-364.

24 Local com várias lojas de mecânica ao redor do trevo ou rotatória, um dos mais antigos donos desses estabelecimentos era conhecido como Roque. No local foram construídos viadutos da BR-364, perímetro urbano da capital.

25 Avenida que dá acesso à rodoviária, complexo portuário e aeroporto internacional da capital.

intenso nesses locais, devido ao grande número de garimpeiros, caminhoneiros e de novos moradores que chegavam a Porto Velho a todo instante em meados dos anos de 1970.

Na Avenida Rio Madeira, no início do século XXI, já havia algumas travestis e transexuais jovens que foram impedidas de trabalhar nas esquinas da Avenida Jorge Teixeira, tanto pelo impedimento da polícia como também pelas cafetinas e trans “mais velhas” que controlavam o ponto. Entretanto, as trans mais jovens sempre fizeram ponto em lugares em que não havia a possibilidade de expulsões e conflitos com as consideradas “mais velhas” e/ou veteranas. Outro ponto de prostituição que se originou desta maneira foi na Avenida Carlos Gomes²⁶, um ponto alternativo criado também por uma nova geração de travestis, transexuais e transgêneras, e ali tinha ou ainda tem igualmente mulheres cis trabalhadoras sexuais.

Sobre o trabalho sexual de mulheres cis, gays, travestis e transexuais, este tem seu desdobramento a partir das atividades de garimpagem e mineração no antigo Território Federal de Rondônia a partir dos anos de 1950, por meio das descobertas de diamantes e cassiteritas nos rios do atual município de Ji-Paraná. O transporte desses minérios era feito pela via fluvial a Porto Velho, e, com essas descobertas, nos anos de 1960, muitos garimpeiros vieram para a região.

Nesse sentido, no final dos anos de 1970, a atual Rondônia era conhecida como a nova estrela no azul da união. Nessa época, a população conjecturava a ideia de Rondônia ser elevada à categoria de Estado. Durante muito tempo, a região sobreviveu da garimpagem do ouro e da cassiterita (considerada o ouro preto). Pessoas de outras regiões do país chegavam ao estado em busca de riquezas, denominando essa área de um *novo eldorado*. Os garimpeiros do novo eldorado brasileiro movimentaram a economia local com o ouro, entre o final da década dos anos de 1970 e 1980 com isso

26 Também uma das principais avenidas da cidade situada entre o centro e a região rodoviária de Porto Velho.

cresceu o número de casas de prostituição²⁷ em Porto Velho, cujos ganhos, provavelmente provenientes da extração do ouro e cassiterita, foram utilizados em festas regadas com bebidas e relações com trabalhadoras/es sexuais. (Falcão, 2010).

Retomando a questão do buá, comecei a ter curiosidades de como era o local, já que as travestis e mulheres trans não haviam sentido incômodo com a minha presença naquela parada de ônibus. Até aquele momento eu não tinha amigas travestis e transexuais. No entanto, tinha um amigo gay (falecido), que de vez em quando gostava de se montar na época. Ele conhecia quase todas as trans do buá. Recebi uma ligação dele querendo dar umas voltas pelo local e ir até lá para falar com as meninas que eram amigas dele. Combinamos e fomos. Era a oportunidade de conhecê-las e tirar algumas dúvidas que tinha a respeito delas.

Chegando ao buá à noite, fiquei ao mesmo tempo curiosa, mas com vergonha e confusa, pois não estava entendendo o linguajar (o pajubá ou bajubá)²⁸ que meu amigo falava com elas e vice-versa. Não estávamos no ponto do trabalho das trans, pois atrapalharia o serviço delas, e sim na Rovema. Nessa noite, teve uma trans²⁹ que perguntou quem era eu, qual era meu nome. Meu amigo respondeu: *é minha amiga que logo se tornará uma travesti também, ah! O nome dela... A gente precisa batizá-la (rindo)*, a trans me olhou e disse: *será Chocolate*. Perguntei o porquê desse nome, ela disse: *por causa da sua cor*. Rimos. Lembro como se fosse hoje. E desde esse dia eu tinha, finalmente, o famoso *nome de guerra*. Estava batizada e aceita no mundo trans, pois é assim que é feito o ritual de ingresso em muitos guetos, em especial nos de travestis, transexuais e transgêneras/os.

27 Kary Falcão (2010) relata que, em meados dos anos 80, comentava-se da existência de um prostíbulo do qual a proprietária era conhecida como uma mulher “lésbica”, no Alto do Bode, região onde é a Rua Rogério Weber, bairro Areal. Naquele período falava-se da *mulher que fazia sabão*. Segundo essa narrativa, as moças sentiam-se amedrontadas com o local e chegavam a atravessar a rua para não passar na frente do prostíbulo para não serem supostamente assediadas por aquela mulher.

28 Dialeto da linguagem popular constituída da inserção em língua portuguesa de numerosas palavras e expressões provenientes de línguas africanas ocidentais, muito usado pelo chamado povo do santo ou de terreiro, praticantes de religiões afro-brasileiras como candomblé, umbanda e também pela comunidade LGBTQIA+.

29 Sobre a finada Mica falearei adiante neste livro.

A partir daquele dia, passei a me interessar mais ainda pelo universo trans, e sempre que dava eu ia lá, para socializar, conversar, *grelhar e caçar* com as minhas amigas gays e trans. Já que eram mais experientes e mais “velhas” que eu, e como eu

estava em processo de transição, logo aprendi de tudo com elas: o *pajubá*, de como se vestir “feminina”, a usar saltos, “atender”³⁰ os boys, *trucar a neca*³¹, ter cuidados com os parceiros que eu poderia encontrar por ali, e, também, como tomar os hormônios e colocar silicone no corpo. Muitas delas já haviam viajado para fora do estado e até mesmo do país.

Nesse sentido, fui me familiarizando com todo o buá, conhecendo a vida e a realidade da população de travestis, transexuais e transgêneras/os no gueto à noite. O medo me assolava em pensar em trabalhar com a prostituição, pois nos pontos destinados a essa prática sabia dos casos de violências e opressões no buá. Sabia dos conflitos entre trans e cafetinas, dos relatos de assaltos, de não conseguirem o *acué*³² da noite, da preocupação do que iriam comer no dia seguinte, das contas para pagarem, dos xingamentos de quem passava dentro dos carros e nos ônibus, dos ovos e latas de cerveja arremessados nas trans que ficavam mais visíveis nas esquinas.

No auge da minha transição, recebi propostas de amigas trans para ir morar em São Paulo e de lá ir para Europa, porque para elas, devido a minha cor e ao fato de ser novinha naquela época, eu iria ganhar muito *acué* sendo profissional do sexo, porque os gringos adoravam e tinham fetiche por travesti, transexual, transgênera preta ou negra, ainda mais brasileira. Depois de conhecer a realidade da população trans em termos socioeconômicos, compreendi que não era o mundo da prostituição que eu queria para mim. Cheguei ainda a cogitar ir embora do Brasil, devido ao fato

30 Fazer sexo.

31 Também chamado de tucking ou aquendar o órgão genital “masculino”. Significa esconder o pênis, entendido como uma técnica bastante utilizada principalmente por travestis, transexuais, transgêneras e drag queens.

32 Dinheiro.

de eu não estar empregada formalmente e com dificuldades em encontrar trabalho por ser trans, já que vivemos em um país que nos estigmatiza, exclui-nos e nos marginaliza.

Uma grande parcela da sociedade cisgênera brasileira ainda nos vê como seres aberrantes, monstruosos e diabólicos. Somos vistas como máquinas de prazer e de modo fetichizados, construídas apenas para o sexo desejante. Somos predestinadas e forçadas a entrar na prostituição, muitas vezes, não porque queremos, mas por sobrevivência. É o que ainda resta, mesmo com alguns avanços a partir de algumas políticas públicas. Entretanto, o buá para mim foi um local de encontro e de passagem.

O buá é o gueto, o gueto é o buá. Foi lá que aprendi a ser sociável e onde criei um elo de afetividade com a população trans da cidade. Foi lá que aprendi a ser quem sou hoje. Foi lá que me senti de certa forma acolhida por ser trans. Foi lá que conheci a realidade do mundo trans*; mas também foi lá que perdi amigas, assassinadas e vítimas de transfobia. Um buá ensanguentado. Vidas trans perdidas. Sentimento de tristeza, medo e dor ferviam em minha cabeça e na alma. Nesse sentido, a Chocolate não conseguiu resistir, mas sei que ela ficou no buá e na memória das/dos amigas/os LGBTQIA+ sobreviventes em Porto Velho. Estamos focadas na luta pela sobrevivência diária, para assim garantirmos a nossa existência. A nossa realidade nunca mudará?

Rompendo as amarras do "cistema"

Em minhas primeiras buscas de emprego, deixei horrores de currículos em lojas, empresas e restaurantes. Foi árduo. Até que tive uma “oportunidade” de trabalho como auxiliar de cozinha (2005) em um restaurante (hoje inexistente), cujos donos eram pessoas brancas, cisheteras e de classe alta.

Nos primeiros dias os filhos dos donos queriam me ensinar como lavar as louças, cortar as verduras e legumes. Como se eu não soubesse fazer tudo aquilo. Os meus avós me ensinaram desde cedo a como fazer os serviços domésticos em casa. Então, fui me

irritando com toda aquela situação, mas eu precisava daquele emprego. Logo, tive que permitir que meu corpo fosse disciplinado, mas por pouco tempo.

Na mesma semana aconteceu um episódio constrangedor e vexatório: a filha (que era a gerente) dos donos do restaurante me chamou na cozinha para ir até o caixa, o recinto onde ela trabalhava, e que também era o local onde ficava o *buffet*, mesas e cadeiras para as/os clientes. Ela discretamente me apontou uma cliente que estava sozinha em uma mesa tomando seu belo chá da tarde. Eu me lembro da fisionomia daquela mulher belíssima, era branca, porte médio, tinha cabelos compridos pretos, com um belo decote, bem-vestida e toda maquiada.

Eu perguntei para a gerente o porquê dela estar me mostrando aquela cliente. Ela me respondeu: *ela é linda né? Mas é um travesti* - num sentido bem transfóbico mesmo. Nossa! Aquilo me deixou irada, porque senti que ela criou toda aquela situação propositalmente para me atingir e me incomodar. E conseguiu, porque ela percebeu que eu não gostei. Foi um ato constrangedor. Essa é a nossa transfobia de todos os dias.

Assim se estrutura o mercado de trabalho para a população trans nesse país: ainda nos excluindo, discriminando e oprimindo, tudo isso devido a nossa orientação sexual e identidade de gênero. Fui mais uma vítima do *cistema cisheteronormativo*, fiquei apenas uma semana naquele estabelecimento, depois do episódio discriminatório que relatei acima. Entretanto, para completar e reafirmar a transfobia velada que sofri, fui mandada embora com a “justificativa” de que eu tinha trejeitos femininos (sempre tive). Disseram que “pegaria mal” eles terem uma pessoa com comportamentos indesejados trabalhando no restaurante, ou seja, não queriam uma bixa preta, afeminada, que estava em processo de metamorfose na época. Enfim, recebi o meu acué pelos serviços prestados. Fui para casa pensando no que e como eu iria contar aos meus avôs e em todos os porquês da forma que eu havia sido dispensada. Mas, é claro, omitindo para eles, por medo de retaliações e da recepção, caso contasse de fato o que havia ocorrido.

A vida de LGBTQIA+ e de mulheres no Brasil é movida de acontecimentos banais, mas com os não que recebi e as portas fechadas na minha cara, os olhares e comentários transfóbicos e as alusões pessimistas que muitas pessoas faziam a meu respeito por ser trans, juntei tudo isso e formei meu alicerce para a vida. Isso tudo com muita persistência, acreditando em nossos ideais, planos, sonhos, desejos e esperanças, elementos esses vitais para garantirmos a nossa sobrevivência num país tão desigual e recheado de opressões. Sonhar e ter perspectivas de vida me fez, e ainda me faz subverter, transgredir, persistir e resistir na luta contra esse sistema limitado, regrado e repulsivo. Rompemos as amarras desse aparato ideológico que fede, e vamos à luta, porque a vida de travestis, transexuais e transgêneras/os é predestinada à margem da sociedade e tem prazo de validade.

Passaram-se alguns meses e não consegui mais trabalho. Então, resolvi fazer divulgação de aulas de reforço particulares para auxiliar os estudantes do ensino fundamental e médio em suas atividades escolares. Contei para minhas/meus vizinhas/os na época e deu certo. Até porque eu tinha um contato afetivo com a vizinhança, ou seja, eles/elas confiavam em mim. Lembro que muitos deles/delas falavam: “é gay, é homossexual... mas é inteligente”. Desempenhei essas funções por um bom tempo porque rolava o acué.

Nesse sentido, entendia que a docência era o que gritava dentro de mim. Captava minha eficiência quando eu recebia elogios das/dos minhas/meus alunas/os. E não somente isso, vinham também como retornos positivos quanto ao meu trabalho com os elogios dos pais com relação à melhoria do aprendizado de seus/suas filhas/os. Eu pensava: “é isso que eu quero ser, é isso que eu quero pra minha vida”. Não que eu descartasse o plano de ser uma dançarina, pois continuava dançando plenamente.

Lembro-me de que brincava de escolinha com amigas/os e primas/os no terreiro ³³ de casa, e outras vezes na casa de alguns/

³³ Esse termo é muito utilizado entre portovelhenses, em referência ao quintal ou pátio de uma residência domiciliar.

algumas delas/es, quando os meus avôs deixavam, porque eram bem rígidos e sistemáticos com a minha educação nos moldes conservadores em casa. Mas, mesmo assim, no tocante aos meus estudos, diferentemente de muitas trans, tive o apoio familiar. Sempre queria ser a professora nas brincadeiras, mas, às vezes, contentava-me em ser a aluna, então, a questão do ensinar ao outro vem desde muito cedo.

Comecei a pesquisar sozinha sobre cursos, faculdades e de como ingressar na UNIR. Fui muitas vezes em *lan houses* ³⁴, pois eu era uma jovem LGBTQIA+ de baixa renda, e nós não tínhamos computador em casa, então, era a única opção para eu usar a internet. Eu tinha curso de informática graças aos meus avôs que pagaram um curso completo, então sabia manusear o computador e explorar a internet. Naquela época, finalzinho da década de 1990, era questão de “luxo” e “privilégio” saber usar o computador. Mas também a propaganda e a venda dos cursos de informática por parte do mercado nas escolas eram a alma do negócio global, e isso fazia com que as/os estudantes ficassem fissuradas/os para obterem o curso.

Averigui o que eu queria cursar. No início pensei nos cursos de Letras (Português), depois Geografia e/ou História. No entanto, acabei fazendo a escolha certa. Escolhi o curso de História, inspirando-me em uma professora que tive no colegial que ministrava aula de história regional ou história de Rondônia. Ela era ótima, a professora Iraci. Dava uma aula show, sentava-se em cima da mesa e explanava os fatos históricos do estado de uma forma tão prazerosa que o tempo passava tão rápido que a gente nem percebia. Foi por meio da disciplina de história ministrada pela professora, que fui me reconhecendo enquanto cidadã e formatando meu pensamento crítico da realidade que me cercava. Por esses aprendizados que comecei a ter mais respeito pelo outro, e o amor pelo ensino de História.

34 Estabelecimento comercial que chegou ao Brasil a partir do final do século XX, em que é possível, mediante uma taxa equivalente ao tempo de uso, ter acesso a computadores e, na maioria das vezes, à internet, com o objetivo de pesquisar, jogar, receber e enviar mensagens eletrônicas.

A partir de minhas pesquisas nas *lan houses* sobre o curso de história e sobre a profissão de historiadora/historiador, foi aflo-
rando mais ainda o meu desejo de cursar a graduação em História.
Eu já tinha alguns amigos e amigas do colegial nas faculdades par-
ticulares e outras/os estudando na UNIR. Foi com essas/es ami-
gas/os que busquei informações de como ingressar, de como eram
as provas do vestibular e o que caía nessas provas.

Nesse sentido, comecei estudando em casa mesmo. Lendo
livros didáticos, resolvendo os exercícios dos livros. Eu tinha tam-
bém aquelas enciclopédias que vendedores passavam oferecendo
nas escolas.

Então, fiz as provas e passei na primeira e segunda fase do
vestibular da Universidade (2006). Veio a questão da matrícula,
documentações e a exigência da carteira de reservista para quem é
do sexo masculino. Eu já tinha 19 anos, ou seja, havia passado do
prazo para o alistamento, e enrolei para não me alistar. Mas não
tive para onde correr. Tive que ir fazer o alistamento na Junta
Militar com aquele corpo cheio de *Perlutan*³⁵, toda hormonizada,
fora dos padrões cisheteronormativos “desejados” pelo Exército
Brasileiro.

Em plena madrugada saí de casa para enfrentar uma fila para
tirar um documento opressor, eu o vejo assim, e talvez a maioria
de travestis, transexuais e transgêneras/os. Mas a minha vida e o
meu futuro estavam em jogo. Na verdade, a vida trans é um jogo
constante de luta e de resistência. Quando cheguei e entrei na
fila, os rapazes ali presentes me olhavam, uns espantados, outros
cochichavam entre si sobre aquele corpo abjeto e com aquelas ves-
timentas antimasculinidade para o local e o momento. O que sofri
naqueles instantes foi a *transfobia simbólica e coletiva* de cada dia.
Eu queria ser abduzida dali.

Horas naquela fila, e eu em pensamento refletindo sobre
toda a situação e ao mesmo tempo lembrando o porquê de estar

35 Anticoncepcional/hormônio injetável, mais utilizado por mulheres travestis,
transexuais e transgêneras.

ali. A minha sobrevivência, meus sonhos, desejos e meu eco de liberdade. Amanheceu e chegou a minha vez de ser atendida. Com *a cara lisa* e toda trabalhada na feminilidade, cruzei as pernas de propósito na cadeira, pois eu não queria fazer o juramento à bandeira, o que queria era pagar a multa e ouvir do funcionário “você está dispensada”.

Foi um alívio quando o funcionário disse: “você só vai pagar a multa, não precisa jurar à bandeira, e tal dia você venha buscar o seu certificado de reservista”. Então, eu saí daquele lugar extremamente feliz, esperançosa. Ao mesmo tempo com medo do que poderia surgir nas encruzilhadas da vida, mas otimista com as possibilidades de portas que poderiam se abrir. Eu escancarei e abriram-se.

No entanto, passaram alguns dias e fui buscar o certificado de reservista para poder fazer a matrícula na Universidade. Peguei o documento e atrás dele estava escrito que eu havia sido dispensada por “incapacidade física”. Dei graças à Deusa. Militarismo jamais, somente militar contra o *cistema* que nos estigmatiza e nos violenta diariamente.

Sobre a minha aprovação na Universidade, na minha família teve uma recepção boa, até porque eu era a primeira membra da família a ingressar numa instituição pública de ensino superior. Mas houve alguns questionamentos, por exemplo, de como eu iria conseguir trabalhar e fazer faculdade. Eu dizia: *vou me virar*. Eu sabia que tinha oportunidade de conseguir estágios, auxílios, bolsas de permanência na Universidade, pois algumas/alguns amigas/os me falaram a respeito. Precisava arriscar e partir.

Um corpo transgressor na Universidade

Quando eu entrei no campus da UNIR (2007), senti-me em outro universo, com toda uma estrutura diferente de uma escola. Havia uma vegetação amazônica rica e linda que ainda cercava o *campus*. Tudo era muito novo, mas estranho ao mesmo tempo. Contudo, eu estava bem feliz, pois passar em uma universidade

pública era questão de *status*, e ainda é, mas naquela época parecia significar ganhar um prêmio de loteria. É como nos diz Glória Anzaldúa (2000, p. 229): “não temos muito a perder — nunca tivemos nenhum privilégio. Não podemos transcender os perigos, não podemos ultrapassá-los. Nós devemos atravessá-los.” Realizei a minha matrícula com a cara e a coragem, pensando na minha sobrevivência e no sonho de me tornar professora do ensino básico.

Nesse período eu ainda não tinha a concepção de que me tornaria uma mulher trans. Para uns, eu era uma travesti, para outros uma bixa no sentido pejorativo da palavra. Não foi fácil e não era simples para nenhuma pessoa trans se auto afirmar no espaço acadêmico. Mas como falou uma das minhas colaboradoras trans, fui uma desbravadora em meu estado para que outras trans pudessem se espelhar para ingressarem nas universidades também. E não apenas isso, mas também para mostrar que todos os indivíduos, independentemente de sua orientação sexual, identidade de gênero, raça e condição social têm direito ao acesso à educação. É dever das pessoas cis aceitar e respeitar, aceite-nos e nos respeite como somos.³⁶

Um dos desafios que vivenciei na Universidade foi a questão da não aceitação e exclusão da parte de outros discentes fora do meu círculo de amizades, que tinham vínculos com meus amigos gays. Um dos meus amigos me relatou que um colega deles, que também era gay, disse que não iria andar comigo dentro da Universidade, pois seria “queimação”, ou seja, teria vergonha de andar e/ou estar comigo, por eu ser uma pessoa trans. Nossa! Aquilo me doeu por dentro. Uma das piores coisas da vida é sermos rejeitadas/os, ainda mais quando é uma rejeição vinda de um de nós. Mas segui.

Outro desafio foi em torno do nome social, que atualmente é o meu nome civil. Naquela época, tomando os hormônios, o corpo se moldando conforme as “características femininas”, eu pedia

36 Acho importante frisar que eu não tinha essa visão do que nos dias atuais denominamos de transexualidade. A minha perspectiva a partir do momento que comecei a transição era de ser travesti mesmo, porque naquela época em Rondônia a transexualidade estava direcionada às meninas que queriam ou desejavam realizar a mudança de sexo, atualmente a redesignação sexual e/ou cirurgia de transgenitalização.

aos professores e amigas/os que me chamassem pelo meu nome social. É claro que muitos acabavam me chamando pelo nome de registro de nascimento e, às vezes, isso me causava certo incômodo. Mas como não havia ainda respaldo jurídico naquele período em Rondônia, como se tem nos dias atuais, das questões do uso do nome social nos registros acadêmicos, acabava “relevando”.

No entanto, todo esse problema e desconforto foram sanados com a retificação judicial do meu nome em 2015 (ano que conclui o Mestrado em História e Estudos Culturais). Não tive problemas, por exemplo, com o uso do banheiro feminino. Até porque antes de ingressar na Universidade, já tinha algumas amigas na graduação que estudaram comigo no curso pré-vestibular. Então, no início, acanhada, usei como estratégia pedir para que algumas delas fossem comigo ao banheiro. Entretanto, depois não precisei mais pedir a elas, e, a menos que eu saiba, não houve nenhum burburinho. O banheiro “feminino” é para todas as mulheres cis, lésbicas, travestis e mulheres trans. Para além das necessidades fisiológicas, é também um local de sociabilidade, de fuxico, de ajuda, de autoajuda, de desconstrução, de montagem, de sororidade e de dororidade.

Já estabilizada na Universidade, no segundo semestre da graduação, adentrei nos grupos de estudos e pesquisas (Boiúna, Centro de Hermenêutica do Presente e Centro Interdisciplinar de Estudo do Imaginário Social)³⁷ e em projetos de ações afirmativas (Conexões de Saberes)³⁸. A minha inserção nesses grupos fez com que eu colhesse bons frutos, que me ajudaram e auxiliaram na minha trajetória acadêmica e formação para a vida. Praticamente eu morava na universidade, pois só chegava em casa para dormir.

37 Infelizmente, alguns desses grupos de pesquisas estão desativados e outros não chegaram a se institucionalizar na UNIR.

38 Foi um programa do Ministério da Educação cujos alguns objetivos eram: estimular maior articulação entre a instituição universitária e as comunidades populares, com a devida troca de saberes, experiências e demandas e, possibilitar que os jovens universitários de origem popular desenvolvam a capacidade de produção de conhecimentos científicos e ampliem sua capacidade de intervenção em seu território de origem, oferecendo apoio financeiro e metodológico para isso. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/conexoes-de-saberes>. Acesso em 11 ago. 2021.

Saía às 7h30 da manhã e chegava entre 21h e 22h (porque tinha dias que eu pegava 6 (seis) ônibus, devido ao estágio da licenciatura). Isso quando não tinha uma festinha universitária (risos), afinal não estávamos mortas/os, o *fuá*³⁹ era certo, porque nem só de livro vive o *homus academicus*.

Foi através do apoio, incentivo e acolhimento por parte das/dos professoras/es cis branca/os dos grupos de pesquisa e de extensão, bem como das leituras, participações e debates em eventos na Universidade, que comecei a ter curiosidades sobre as questões de história da sexualidade, de gênero, direitos humanos e sobre movimentos sociais.

No Centro de Estudo e Pesquisa Hermenêutica do Presente, no qual eu era membra, as/os coordenadoras/es, além das leituras e debates realizados a partir de bibliografias sobre História Oral nos encontros semanais, tínhamos por objetivo, construir um pré-projeto individual para pesquisarmos e ser convertidos (não necessariamente) no Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) ou na Monografia de Bacharelado, e, da mesma forma escrever textos para publicações em formato de artigos e resumos com fins de produções acadêmicas do laboratório de pesquisa.

Nesse sentido, através de indicações de parte de minhas/meus professoras/es, tive os primeiros contatos com algumas obras de intelectuais cis, gays ou não, como: Michel Foucault, José Carlos Sebe Bom Meihy, Michael Pollak, Antônio Torres Montenegro, Paul Thompson, Verena Alberti, Michelle Perrot, João Trevisan, James Green, entre outras/os autoras/es consideradas/os importantes nos assuntos que me ocupavam naquele momento. A partir dessas leituras fui articulando não só a minha formação e o meu conhecimento acadêmico, também compreendendo de forma fluída a minha orientação sexual e identidade de gênero, (re) conhecendo a minha transexualidade que naquele momento estavam se afirmando.

A ideia de estudar e pesquisar histórias LGBTQIA+ em Rondônia veio à luz em 2008, quando participei do primeiro se-

39 Festas, baladas e rolês.

minário sobre diversidade sexual e direitos humanos, organizado pela extinta ONG *Tucuxi* no campus da Universidade Federal de Rondônia em Porto Velho. Foi a primeira vez que tive contato diretamente com militantes e algumas/alguns intelectuais LGBTs, pois eu estava na equipe organizadora do evento pela Universidade em parceria com a ONG.

A partir das discussões e relatos de experiências das/dos militantes, sobre suas sexualidades, identidade de gênero ⁴⁰ e opressões sofridas por serem LGBTs em diálogo com a comunidade acadêmica, pude me enxergar e me sentir representada naquelas vozes e refletir sobre a minha sexualidade e identidade de gênero que estavam se moldando, formatando e lapidando.

Com as ainda poucas, mas importantes, leituras que vinha realizando sobre os assuntos que estavam em voga no evento, pude relacionar o trabalho daquelas/es militantes com estudos que eu havia lido sobre o movimento LGBTQIA+ no Brasil (em específico no Rio de Janeiro, São Paulo e Bahia). Alguns dias depois do evento, fui pesquisar se já existia algum trabalho acadêmico sobre o movimento LGBTQIA+ em Rondônia no curso de história e, para a minha felicidade, não tinha. Entrei em contato com a minha orientadora, Fabíola Holanda, de bacharelado e relatei que gostaria de pesquisar a ONG *Tucuxi* para o trabalho monográfico. Ela achou pertinente o assunto. Então, criei o pré-projeto, que resultou em meu trabalho de bacharelado, no qual investiguei e escrevi sobre o mencionado grupo a partir do evento *I Seminário de diversidade sexual e direitos humanos* na UNIR, o primeiro movimento LGBTQIA+ do estado de Rondônia.

Antes da realização de minha pesquisa, ouvi vários comentários de alguns professores e discentes me alertando a respeito de se realizar pesquisas sobre a homossexualidade, por exemplo, de que eu iria sofrer preconceitos e/ou retaliações na Universidade, por causa de uma LGBTQIfobia estrutural nos estudos regionais amazônicos. Entretanto, pensei: *antes de eu ingressar na Universida-*

⁴⁰ Naquele momento ainda não se falava em identidade de gênero, os debates que se faziam eram em torno do conceito de identidade sexual e orientação sexual.

de, já vim sobrecarregada de transfobia externa, e não abaixei a cabeça, não será agora que eu irei esmorecer, sendo que tenho professoras/es, pesquisadoras/es aliadas/os na Universidade. Então, com o apoio de minha orientadora e o incentivo de alguns professores, eu não me deitei para LGBTQIA+fobia estrutural e institucional que ainda está enraizada no sistema acadêmico. Agora é a nossa vez de falar, de romper os paradigmas androcêntricos e binaristas do campo científico, mesmo que finjam que nos ouçam e/ou nos leiam. O levante de intelectuais trans* juntamente com as/os nossas/os aliadas/os cis contra o sistema cisheteropatriarcalista está consolidando-se, ou já está.

Cabe salientar também o meu ingresso na iniciação científica em 2009 ⁴¹, quando fui convidada pelo Prof. Alexandre Pacheco ⁴² para desenvolver uma pesquisa sobre a construção da imagem de Gilberto Freyre na década de 1960. Tive algumas dificuldades no início do trabalho, mas fui superando aos poucos. Impasses porque era uma outra temática que caminhava entre história e literatura, e não tinha relação com o que eu vinha lendo e estudando anteriormente ao projeto de iniciação científica, mas consegui realizar o trabalho. Entretanto, a pesquisa, mesmo não sendo voltada para as questões de gênero e sexualidade, não me fez deixar de lado o que eu vinha estudando e investigando anteriormente. A minha iniciação científica com bolsa do CNPq foi fundamental para o começo da minha trajetória acadêmica. A partir de então, pude tomar contato com um fazer científico que foi decisivo para minha escolha de vida pela carreira universitária.

Eu poderia ter aproveitado o projeto de pesquisa que desenvolvi na iniciação científica e utilizá-lo no bacharelado. Mas, a partir das leituras e discussões ocorridas no Centro de Estudo e Pesquisa Hermenêutica do Presente, sobre história oral e “mi-

⁴¹ O projeto era vinculado a outro grupo de estudo e pesquisa: Centro de Estudos do Imaginário Social, e o desenvolvi durante os anos de 2009/2010, quando fui bolsista do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC) da Universidade Federal de Rondônia/Porto Velho.

⁴² Historiador, cis e branco. Também foi meu orientador no mestrado em História e Estudos Culturais na Universidade Federal de Rondônia.

norias” na região amazônica, identifiquei a necessidade de fazer um levantamento de pesquisas realizadas sobre a homossexualidade em Rondônia. Infelizmente, no primeiro momento encontrei pouquíssimos trabalhos, principalmente na historiografia regional, conforme pode ser averiguado em minha dissertação de mestrado ⁴³.

Entretanto, constatei a necessidade de pesquisar algo sobre a homossexualidade em Rondônia. A pressa e a euforia, juntamente com o desejo de tornar-me uma historiadora sobre o assunto em questão, era grande. E, nesse sentido, concretizei minha pesquisa monográfica realizando-a por meio de análise documental: atas, relatórios, projetos, cartilhas, folders e imagens pesquisados na extinta ONG *Tucuxi*. O objetivo geral do trabalho foi analisar historicamente a referida instituição e suas ações para a comunidade LGBTQIA+ a partir do ano de 2003 a 2009, averiguando as contribuições dos projetos sócio-políticos desenvolvidos na luta contra a homotransfobia e a criação de políticas públicas voltadas para esse segmento.

Certifiquei que ficaram algumas lacunas, e essas abriram brechas para a continuidade da pesquisa. Contudo, apesar das adversidades e dificuldades que encontrei no percurso da graduação, realizei a minha pesquisa de bacharelado, e concluí a licenciatura e o bacharelado (2007 a 2010).

Assim que terminei o curso de História, em 2011, fui direto assumir meu primeiro concurso público efetivo para o cargo de professora municipal no interior de Rondônia, em Ouro Preto D'Oeste, para “alegria” do sistema (risos), onde trabalhei em escolas, tanto na zona rural quanto na zona urbana até 2013. Em 2012 fiz outro concurso público para da Secretaria Estadual de Educação/SEDUC-RO, e me preparei para ingressar no mestrado em História e Estudos Culturais na UNIR, passei nos dois para a tristeza do sistema, e retornei à capital para continuar trabalhando, estudando e me auto atualizando. (Sobre a minha experiência

43 Silva (2015).

como professora trans na educação básica, em breve detalharei melhor em algum trabalho futuro).

A minha pesquisa no mestrado teve por intuito investigar e analisar como os estudos multidisciplinares de gênero construíram representações de mulheres e LGBTQIA+ na UNIR entre os anos de 1990-2010. O trabalho foi construído a partir de levantamento bibliográfico na instituição (artigos, relatórios de iniciação científica, resumos expandidos, monografias, dissertações, teses e capítulos em livros publicados) ⁴⁴.

Encontrei 75 (setenta e cinco) trabalhos sobre a temática de gênero, sexualidade e feminismo, em sua maioria escrita por mulheres nos cursos de graduação: Enfermagem, Psicologia, Geografia, História, Ciências Sociais e Pedagogia. Já nos programas de pós-graduação pertencentes à instituição (Mestrado em Geografia, Mestrado em Ciência da Linguagem e Mestrado em Desenvolvimento Regional), naquele momento eu havia encontrado apenas 12 (doze) dissertações que abordavam gênero e/ou sexualidade, como já salientei anteriormente. Constatei uma ausência e/ou um silêncio, uma invisibilidade na produção de uma escrita acadêmica sobre LGBTQIA+ nos estudos e pesquisas em Rondônia. Nesse sentido, unificada com as/os poucas/os intelectuais (re) existentes dos estudos dissidentes no estado, continuamos pesquisando e sensibilizando tanto a sociedade quanto a academia no tocante aos estudos LGBTQIA+ e de mulheres nos estudos regionais. A presente pesquisa é uma contribuição nesse sentido.

Durante o mestrado, eu ainda continuava com o nome de batismo no registro de nascimento. Já havia tentado retificar em 2011, mas ainda era um processo muito burocrático. A justificativa que me davam era de que eu precisaria ter feito a redesignação sexual para a retificação. Já me auto afirmava enquanto mulher trans em todos os espaços. Mas fui percebendo o avanço nas políticas sociais para as/os LGBTQIA+ e em especial para a população trans*, principalmente nas questões referentes ao uso do nome social.

⁴⁴ Foi no mestrado que tive os primeiros contatos com estudos de mulheres e/ou feministas.

A chegada e a conquista do uso do nome social reconfiguraram um pouco a minha vida. Mas, antes de eu passa a ter esse direito, eu experienciei ainda uma série de constrangimentos: na maioria das vezes passei por uma transfobia velada, ao me chamarem por meu nome de batismo, e, também, algumas vezes de forma não proposital em espaços públicos e privados por onde circulava, por causar dúvidas em alguns estabelecimentos se realmente era eu quem de fato eles estavam chamando, creio que devido a minha suposta *passabilidade* feminina.

No que diz respeito às implicâncias sociais com relação ao uso de meu nome, cheguei a ouvir a justificativa de que poderia ser uma falsidade ideológica. Era por isso que muitos questionavam a minha identidade de gênero e a minha orientação sexual. Mas algumas pessoas solidárias e sensíveis chegaram a perguntar se eu não preferia mudar de nome, pois já tinham reparado que eu havia dado alguns passos como usar o nome de guerra ou social. Isso me fez refletir sobre a minha imagem como professora e a minha identidade de gênero perante a uma sociedade racista e transfóbica. Agi com o objetivo de retificar meu nome social no civil e mudar toda a minha documentação para o feminino, pois eu queria o meu nome retificado para usá-lo em minha dissertação, no diploma de mestrado e para o resto de uma vida trans afroamerindígena.

Como queria muito dar prosseguimento a minha formação acadêmica, e, infelizmente, em Rondônia não temos doutorado na área de História, restava-me duas opções: dar um *stop* nos estudos e me dedicar somente à docência no ensino básico, ou me inscrever para seleção em doutorados na área de história de outras regiões do país. Então, escolhi a segunda opção e me joguei sem medo, mas receosa por não conhecer ninguém nas instituições. Tentei duas vezes ingressar. O processo de seleção em algumas universidades não é tão fácil, ainda mais para quem é de fora. Além disso, tratando-se de pesquisadoras/es trans, ainda há certa desconfiança de nossa capacidade intelectual. Parece que não somos capazes de produzir e fazer ciência como qualquer pessoa cisgênera. Megg Rayara argumenta:

Quando conseguimos um espaço na academia, ‘os poucos pesquisadores e pesquisadoras trans sofrem questionamentos velados quanto à sua inserção’ [...], principalmente quando estudam o universo onde estão inseridas.

Tal situação deixa transparecer a desconfiança que ronda a produção teórica dessas profissionais, colocando sob suspeita não apenas a legitimidade de suas pesquisas, mas também a capacidade de atuação [...]. (Oliveira, 2020, p. 154).

O ato de narrar e/ou pesquisar sobre *si* e sobre *as/os nossas/os* companheiras/os implica em uma refutação da historiografia tradicional, contra a hierarquização de saberes e sociais ainda existentes no campo da história. Igualmente, Megg Rayara, ao investigar genealogicamente travestis e transexuais negras no Brasil e na África até o século XIX, deixa claro que há diversas situações que desfiguram e deslegitimam as percepções sobre as existências trans, sobretudo nas produções de travestis, transexuais e transgêneras/os sobre a coletividade em que se inserem.

Precisamos ser otimistas e se jogar. Vi no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (PPGH/UFRGS) uma grande oportunidade de galgar os mais altos lugares do conhecimento e, ao mesmo tempo, como estratégia de ingressar via ação afirmativa (cotas), que vejo como um meio indispensável para um possível reparo histórico de nosso seguimento na educação brasileira.

Travestis e transexuais são minorias das “minorias” nas universidades públicas. Um levantamento realizado em 2019 pela Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes) nos mostra que o número de estudantes que não se consideram como heterossexuais não chega a um quinto do total. Sobre a orientação sexual das/dos graduandas/os: 16,4% eram LGBTQIA+ em um país com 63 universidades e 424 mil estudantes. As/os que se declararam graduandas/os trans* constituem uma porcentagem infelizmente muito menor: 0,02% do total.⁴⁵

45 Ver: <https://www.jb.com.br/pais/2019/05/1000543-ao-menos-12-universida->

Nesse sentido, a universidade pública continua sendo um espaço de estudantes cishéteras/os, mesmo com a criação de algumas ações afirmativas voltadas à inclusão e inserção de pessoas trans por meio do sistema de cotas em algumas instituições federais. Há ainda resistência por parte da comunidade acadêmica e de grupos conservadores e LGBTQIA+fóbicos (dentro e fora da universidade) na maioria dos estados do Brasil com relação ao sistema de cotas para negros, pardos, indígenas, quilombolas, pessoas com deficiência e trans*, grupos que historicamente foram excluídas/os do sistema educacional brasileiro. Porém Sara Wagner York ressalta:

Mesmo com resistências por parte da academia e de grupos conservadores [...] Ações afirmativas nas universidades (ou na pós), como cotas para travestis e transexuais [...] vem gerando impactos e avanços na educação superior (e com importante impacto para a educação básica). Elas auxiliam na mudança de comportamento, nas práticas socioculturais, oferecem novos desafios éticos, estéticos [...] faz-se urgente não apenas para a população trans, mas, definitivamente, para enfrentar a crise democrática e institucional que vivemos. (York, 2020, p. 19).

Então, inscrevi-me e fui aprovada. Migrei de minha querida região Norte para a região Sul desse país. Onde *acá* me estabeleci para dar continuidade à minha formação acadêmica, onde fui muito bem acolhida por parte do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, e, claro, pelo PPGH/UFRGS.

Ingressei no doutorado com uma proposta de pesquisa inicial, mas, no decorrer do curso, surgiram novas “descobertas” em torno do projeto e das leituras, e, com isso, ela foi ganhando novos contornos através das novas perspectivas teórico- metodológicas das disciplinas cursadas. Recebi influências também do meu estágio docente, e, com as bem-vindas diretrizes do meu orientador, o projeto se reconfigurou, ou seja, novos elementos extremamente necessários e significativos passaram a fazer parte do trabalho. Nesse sentido, identifiquei a necessidade e a importância em dar continuidade à pesquisa, mantendo-a numa perspectiva de resis-

[des-federais-do-pais-tem- cotas-para-alunos-trans.html](#). Acesso em 13 jun. 2020.

tência acadêmica, a fim de contribuir para o debate historiográfico em torno das relações de gênero e diversidade sexual na história. Não somente isso, mas também ampliar as discussões acerca dos estudos sobre os movimentos de mulheres e/ou feministas e os movimentos LGBTQIA+ em Rondônia, por compreender que eles têm um inimigo em comum: o sistema de dominação que discrimina, exclui e oprime essas/es sujeitas/os, por meio de diversas formas de violência que atravessam e corroboram para as desigualdades sociais no estado.

É nesse contexto que a história desta pesquisa foi gestada, e está relacionada com as diversas formas de opressão interseccionais que sofri durante a minha infância até a fase adulta, a partir das minhas vivências e experiências de vida como mulher trans afroameríndia, como professora, historiadora e militante acadêmica. Noto, ainda, a maneira que o sistema acadêmico continua operando com relação aos estudos LGBTs e de mulheres na historiografia na Amazônia Ocidental, mesmo já notando alguns avanços. Contudo, diante de tudo que foi exposto até aqui, fincar meus lugares sociais e das/dos colaboradoras/es, personagens deste livro é legitimar nossas lutas, nossas vozes, (re) existências individuais e coletivas nos espaços de poder, na sociedade, na história e na memória.

Parte 3

O Caso do Navio Satélite

*“Mulheres degredadas” e “homossexual degredado” em
Santo Antônio do rio Madeira*

Paralelamente à construção da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré (EFMM), em 1909, o presidente Rodrigues Alves sugeriu interligá-la, por telégrafo, ao Rio de Janeiro, e, para essa tarefa, incumbiu uma comissão de linhas telegráficas estratégicas, chefiada pelo Major Cândido Mariano da Silva Rondon, conhecida como *Comissão Rondon*. Ele já tinha experiência no ramo, pois iniciara trabalhos semelhantes em 1907 em Cuiabá⁴⁶. Sendo assim, o objetivo deste novo encargo era o de interligar, por meio de linhas terrestres, com fios, Santo Antônio do Rio Madeira a Cuiabá e, por extensão, ao território carioca.

De acordo com Teixeira e Fonseca (2001), o grupo de trabalhadores da construção da ferrovia e das linhas telegráficas era composto por civis e militares. Uma grande parcela dessa mão de obra era convocada de forma desumana e violenta, por meio de prisões e degredos.

Esse foi o caso, por exemplo, dos marinheiros envolvidos na Revolta da Chibata em 1910-1916, ocorrida no Rio de Janeiro, e liderada por homens negros/pretos, como João Cândido Felisberto, André Avelino, Francisco Dias Martins e Manoel Gregório do Nascimento. Alguns dos objetivos dos revoltosos eram o aumento do soldo⁴⁷ e o fim dos castigos aos quais eram submetidos os marinheiros, mesmo com a punição já extinta oficialmente com a Proclamação da República (1889). Conforme o historiador Álvaro Pereira do Nascimento, eles e demais colegas negros, entre 22 e 26 de novembro de 1910, bombardearam e ameaçaram de devastação a então Capital Federal da República e

[...] puseram o racismo em pauta, estamparam suas reivindicações e ações nas primeiras páginas de jornais como O Paiz, O Estado de S. Paulo, Le Figaro e New York Times e criticaram a jovem República [...]. Em seu conjunto, as reivindicações eram mais que uma lista de necessidades urgentes ou reativas. Compunham as bases de um projeto político de mudança na Marinha de Guerra, proposto por quem olhava os problemas cotidianos do ângulo das camadas mais baixas da hierarquia militar. Propostas

46 O Rio de Janeiro já era ligado pelo telégrafo a Cuiabá.

47 Salário ou vencimento básico de cada patente.

que surgiram das críticas à forma como eram vistos e comandados por seus superiores imediatos, e – ainda mais significativo – da autocrítica ao comportamento e formação educacional de muitos marinheiros. (Nascimento, 2016, p. 152).

O Congresso, na época, decretou a anistia dos revoltosos, prometendo abolir os castigos corporais que eram realizados. Mesmo com as armas depostas e as embarcações entregues pelos marinheiros, o governo recuou e determinou o aprisionamento deles. Foram acusados de conspiração, apesar dos protestos de Rui Barbosa no Senado Federal, e enviados à Ilha das Cobras.⁴⁸

Mas uma nova rebelião surgiu logo após o recolhimento dos marinheiros à referida Ilha. Os marinheiros (insurretos) bombardearam uma instalação na Ilha das Cobras e dispararam contra o Palácio do Catete (sede do Governo Federal), pondo fim à insurreição. Alguns dias depois, de acordo com o jornalista Edmar Morel (2009), já em 1911, foram embarcados no navio *Satélite*, rumo aos seringais na Amazônia, em especial ao Acre e para a atual cidade de Porto Velho, 491 presos, dentre os quais 125 marinheiros e fuzileiros navais, 293 homens advindos de casas de detenção, 44 mulheres da Casa de Correção e o restante eram considerados elementos indesejáveis – líderes sindicais, moradores de rua, trabalhadores que haviam tido algum problema com seus patrões. Como a cidade do Rio de Janeiro estava em estado de sítio, o governo aproveitou para realizar uma “higienização” “se livrando” desses indivíduos.

Álvaro Nascimento ressalta que as mulheres chegaram aos destinos maltrapilhas e famélicas, assim como os seus companheiros de travessia e

[...] puseram o racismo em pauta, estamparam suas reivindicações e ações nas primeiras páginas de jornais como O Paiz, O Estado de S. [...] submeteram-se ou foram vendidos a empreendedores locais. O navio *Satélite*, um pacote comercial, parecia mais o último navio negreiro em pleno século XX. Os responsáveis por esses crimes nunca foram punidos. (Nascimento, 2016, p. 159).

⁴⁸ Para saber mais: <http://www.projetomemoria.art.br/RuiBarbosa/periodo3/lamina24/index.htm>. Acesso em: 06 de mai. de 2021.

Aos olhos do Presidente da República Hermes da Fonseca tudo isso veio de forma oportuna, pois havia encontrado uma região “ideal” para degredar aquelas/es sujeitas/os, uma vez que o estado do Acre e a cidade de Porto Velho eram mal vistos pela imprensa, associados aos problemas de insalubridades e à alta taxa de mortalidade resultante da malária e da febre amarela, entre outras moléstias, principalmente na época da construção da EFMM, da qual se dizia que *cada dormente representava uma vida que se foi* (Silva, 2001, p. 31).

O historiador Amizael Silva nos revela o plano ardiloso do governo para trazer essas pessoas à região amazônica:

[...] era dizer que os encaminharia ao Acre, com o propósito de povoar o território criado, onde havia terras com fartura para a agricultura ou para os seringais nativos a serem explorados. Na verdade, o navio deveria, ao contrário de subir o Purus, subir o Madeira indo à região do castigo e do sofrimento – Santo Antônio. (Silva, 2001, p. 35).

Porém, faltava encontrar um homem para coordenar as/os degredadas/os sem colocar a imagem do governo em jogo, e que fosse subalterno do Presidente. Nesse sentido, acharam um tenente chamado Francisco de Mello, que também havia lutado na Guerra de Canudos. Para Amizael Silva, tudo foi muito bem-preparado e organizado, pois o governo

[...] primeiro dera baixa aos soldados revoltosos e anistiados, segundo requêrera ao Congresso poderes absolutos – estado de sítio, depois mandara prender os anistiados juntamente com *vadios, prostitutas e mendigos*, naturalmente para dar outra impressão ao público, afinal de contas o governo anistiou os marinheiros que agora eram civis, mesmo assim metê-los nos porões infectos dos presídios, pusera-os a ferro e agora restava-lhe o desferro. (Silva, 2001, p. 45, grifos nossos).

Nesse sentido, para não comprometer mais ainda a Marinha, o que o governo fez? Fretou um navio da Companhia Estatal de Navegação Loyd Brasileiro. O já mencionado *Satélite* seguiu para seu destino em condições desumanas, uma vez que nas celas

havia também a presença de cadáveres, pois ocorreram fuzilamentos a bordo do navio. As/os sobreviventes que chegaram à região tiveram seus nomes registrados, e foram entregues em responsabilidade do referido tenente Francisco de Mello. Amizael Silva (2001) nos relata também que as mulheres foram oprimidas dentro do navio, sofreram repressões de todos os lados, não podiam nem chorar, pois eram severamente punidas.

Conforme destacado acima, as condições dentro do *Satélite* não eram nada boas. A viagem durou aproximadamente 40 dias, ao longo dos quais as/os degredadas/os sobreviventes tiveram uma alimentação racionada, falta de higiene, mau cheiro e o consumo de água controlado. Do Senado, Rui Barbosa denunciou o massacre na Revolta da Chibata e exigiu a punição dos culpados, bem como se preocupou com a situação das/dos degredadas/os para a região amazônica. (Morel, 2008). De acordo com Amizael Silva (2001):

Rui ocupou-se durante anos sobre o problema daqueles degredados para Santo Antônio do Rio Madeira, vítimas do rancor do governo da República, principalmente contra ex-marinheiros que haviam participado da revolta [...] mas também contra mendigos, criminosos, gente honesta e mulheres incriminadas pela sociedade. (Silva, 2001, p. 8).

As/os sobreviventes do *Satélite*, ao chegarem à região de Santo Antônio, vieram em condições análogas à escravidão e já foram lançadas/os ao barranco do rio: mulheres e homens esqueléticas/os, maltrapilhas/os, esfarrapadas/os com as suas nudezes mostradas, com odores desagradáveis, etc... Conforme o autor, mulheres e homens receberam o mesmo tratamento, guinchadas/os à beira do rio. Os seringalistas escolheram alguns homens em condições físicas propícias ao trabalho nos seringais. Já as/os demais degredadas/os foram levadas/os para os acampamentos da linha telegráfica dos trabalhadores do Coronel Rondon.

A partir das fontes consultadas, as 44 mulheres sobreviventes do navio, que eram detentas da Casa de Correção do Rio de Janeiro, e que inclusive foram para os acampamentos da linha, lá

acabaram sendo usadas sexualmente pelos trabalhadores. Depois de passarem por essa série de humilhações e atitudes misóginas, ficaram à mercê do tenente Matos Costa, receoso em deixá-las ali no meio de tantos homens. Logo, mandou-as ir embora dali, confusas, sem entenderem o recado:

Saíram, pois, enxotadas de onde jamais deveriam ter sido levadas. Iniciaram uma caminhada sem destino, sem um vintém no bolso, *mal vestidas, descalças, enfraquecidas pelos maus tratos recebidos em viagem, com a má fama de desordeiras, devassas*, dentre outros termos pejorativos que o governo conseguira ampliar sobremaneira com relação aos degredados em geral. Para quem deveriam reclamar naquelas lonjuras?! Para quem recorrer naqueles confins?! (Silva, 2001, p. 81, grifos nossos).

Na historiografia regional, temos poucas informações sobre essas mulheres, as que temos são fragmentadas e com lacunas deixadas pelos historiadores e memorialistas. Algumas são advindas de remanescentes e sobreviventes de trabalhadores da linha telegráfica nos anos de 1950, que relataram a chegada delas na região, por exemplo, o conhecido “Seu Baía”, personagem da obra *Da chibata ao inferno* do citado historiador Amizael Silva (2001). Embora já tivesse ouvido de seu Baía sobre as histórias daquelas mulheres, o autor analisou os depoimentos dele e os comparou com alguns documentos encontrados na Casa de Rui Barbosa no Rio de Janeiro.

Por meio das fontes referidas, sabemos que estas mulheres chegaram a Santo Antônio do Rio Madeira no auge da construção da ferrovia, em 4 de fevereiro de 1911. Era um sábado e os trabalhadores haviam recebido seus salários. Muitos desses homens, sem ter o que fazer, aproveitavam para ir aos bares ou a outros comércios que ficavam à beira do rio, e, assim, ingerir bebidas alcoólicas e realizar jogatinas. As mulheres desconfiadas foram recepcionadas com disparos de armas para cima, pertencentes àqueles homens eufóricos ao saberem que as mulheres eram solteiras. (Silva, 2001). Essas mulheres cariocas, ao adentrarem à localidade:

[...] Sentiram-se *bastante valorizadas* e não conseguiram esconder a fome e, em pouco tempo, já se encontravam rodeadas de bebedores e comilões, participando com eles, no refestelo servido. O resto do dia foi gasto em farra promíscua, onde o desejo carnal parecia aumentar com a chegada de novos ferroviários. Os encantos femininos provocaram a libido de tal forma que os retardatários nem conseguiram ver as mulheres que, lá pelas tantas, sumiram, sendo levadas para os locais mais apropriados àquele festim licencioso e orgástico. (SILVA, 2001, p. 84-85, grifo nosso).

O “bastante valorizadas” aos olhos daqueles homens embriagados dizia respeito, segundo a fonte consultada, exclusivamente ao seu interesse em satisfazer desejos sexuais, e, em troca, deram comida e bebida para essas mulheres fragilizadas e debilitadas, que, para sobreviverem, tiveram que ceder seus corpos. Esses homens teriam se importado com a condição física delas? Ao que tudo indica, não.

Conforme Foot Hardman (2005), algumas dessas mulheres foram convidadas para trabalharem em serviços domésticos em casas de famílias. Amizael Silva (2001) ressalta que outras aceitaram o convite de seringueiros para trabalharem nos seringais, realizando também os serviços domésticos.

É importante ressaltar que já havia na região algumas mulheres bolivianas e caboclas. Ferreira (2005) também relata a presença de mulheres “prostitutas” de outros estados brasileiros em sua obra *A ferrovia do diabo*. O autor ressalta que os ferroviários se aventuraram em busca do trabalho sexual com as poucas mulheres que havia na localidade. Isso era um hábito comum, pois elas eram provenientes dos prostíbulos de Manaus. Entretanto, com o percurso de exploração da ferrovia através do desmatamento das florestas que chegou até Guajará-Mirim, foram para a antiga vila Santo Antônio muitas outras⁴⁹, as quais, segundo o autor “passaram [...] a fazer as algazaras noturnas” (Ferreira, 2005, p. 216).

49 Formou-se ali, de acordo com Ferreira (2005), um povoamento de aventureiros, prostitutas, jogadores, malandros e negociantes honestos, todos e todas vivendo em função do salário dos trabalhadores ao longo da construção da EFMM.

Ainda na obra de Amizael Silva (2001), há algumas pistas da chegada do primeiro homossexual, ao menos dentre aqueles conhecidos, na atual cidade de Porto Velho em 1911, logo após a Revolta da Chibata e um ano antes da inauguração da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré.

O autor relata que em 1960 quando ele foi servir ao Exército na 3ª Companhia de Fronteira, em Porto Velho, conheceu um “casal” de idosos, que aparentemente deveria ter uns 80 anos de idade, simpáticos, e que moravam em uma chácara em frente ao local onde ele realizava os treinamentos de tiros e outras atividades militares. A partir do seu cotidiano ali, passou a frequentar juntamente com um amigo a chácara do “casal”, onde apanhavam algumas frutas e aproveitavam para conversar com eles.

O amigo do Amizael Silva, chamado de “o 140”, mas cujo nome era Abraão, vivia receoso devido ao comportamento dos dois idosos, pois eles nunca cobravam pelas frutas que apanhavam e, também, não eram de muitas conversas. O autor nos dá algumas características desse “casal” e do ano da chegada deles na região:

O Mineiro, como era chamado o velho, nunca adiantara seu nome, por mais que lhe perguntássemos ele respondia de pronto a alcunha; tudo isso sem modificar o rosto que parecia estar esboçando um permanente sorriso.

Mineiro era um *negro robusto*, sem um fio de cabelo na cabeça e tinha uma *voz tênue, muito fina, a ponto de incomodar, principalmente o 140, que não entendia tanto volume para tão pouca voz*. Talvez por isso aquele homem singular fosse monossilábico e cauteloso.

A mulher se chamava Maria, simplesmente, e ao ser indagada de que, repetia o nome.

Com o tempo eles foram suportando nossas indagações e terminaram por nos falar de assuntos relacionados a suas vidas. Aí ficamos sabendo que moravam juntos desde 1911, quando teriam chegado a Porto Velho, mas não viviam maritalmente, eram simples companheiros; coisas que intrigavam Abraão. Enquanto ele preferia prudência no falar, ela gostava de contar sobre sua vivência nestas plagas. (Silva, 2001, p. 7-8, grifos nossos).

Amizael Silva comenta que uma vez Mineiro e Maria relataram sobre a trajetória deles, dizendo que teriam vindo para a região em um porão de navio e no percurso foram muito violentados e presenciaram o fuzilamento de alguns amigos. O autor, não acreditando na história relatada, os indagou perguntando qual teria sido o navio e eles responderam dizendo que havia sido o *Satélite*. Mas Abraão não acreditou e falou para Amizael que o “casal” era louco, e o chamou para irem embora dali (Silva, 2001).

Desde o último dia dessa conversa, Amizael Silva ressalta que não viu mais o Mineiro e a Maria. Ele havia investigado sobre o caso do navio *Satélite*, e, no entanto, quando voltou à chácara, o “casal” havia desaparecido e ninguém na região os conhecia. Curiosamente, na obra *Segurança Pública a Partir dos excluídos: a presença de minorias sexuais na sociedade brasileira*, do memorialista Vitor Hugo, publicada em 2003, há o seguinte trecho:

Chamava-se Hilário Silveira, vulgo “Pintassilgo”; era barbeiro carioca e chegou do Rio de Janeiro a Porto Velho em 3 de fevereiro de 1911 pelo navio “Satélite”, após 41 dias de viagem nos porões do navio. Viajara juntamente com centenas de desgraçados, incluindo entre eles 44 mulheres, de acordo com o Relatório do comandante do navio, e que a *Folha do Norte*, quando da passagem do “Satélite” no porto de Belém do Pará, definiu simplesmente como “meretrizes”. Todos foram barbaramente tratados com atrocidades pelo tenente Francisco Melo... escolhido a dedo, por ser “bruto, surdo e mudo”. Sua crueldade já se manifestava antes, por ocasião da destruição de Canudos, na façanha de Antônio Conselheiro [...]. O comandante do navio pertencente ao Loyd Brasileiro era na realidade Carlos Storry: ainda que obedecesse às ordens oficiais, não deixou de evidenciar em seu relatório as crueldades havidas. Formavam uma escória, uma súcia maltrapilha de pessoas marginalizadas, elas mesmas se marginalizando, aparentemente por razões políticas. (Hugo, 2003, p. 124, grifo do autor).

Pintassilgo chegou da mesma maneira que aquelas mulheres e os demais homens degredados a Santo Antônio. No entanto, Vitor Hugo (2003) ressalta que ele, assim como a grande maioria das/dos degredadas/os, não tinha participado da Revolta da Chibata, mas fazia parte da “escória” de “pessoas marginalizadas”.

Teria sido posto dentro do navio *Satélite* por crime de vadiagem e pela prática de “homossexualismo”.

Indo além dessas referências, no texto *Rondônia e homossexualidade: uma história marcada por crimes homofóbicos* (2016), do pesquisador Kary Falcão, sobre quem já falamos nos capítulos anteriores, o autor colheu algumas informações com a família do historiador Amizael Silva sobre o “primeiro homossexual” da região. O autor supõe que Pintassilgo poderia ter sido um pseudônimo e ainda indaga se ele de fato existiu:

Em conversa com a esposa do escritor Amizael Gomes da Silva, que relembra com carinho de ver o escritor criando seus personagens e histórias. Em entrevista, lembrou-se de um pequeno sítio onde costumavam ir colher frutas aos finais de semana, localizado cerca de oito quilômetros de distância da cidade. Diz que nessa localidade residia uma senhora, bela mulata, carioca e que tinha como amigo e companheiro um rapaz homossexual, negro, muito alto e forte, que segundo as pessoas da casa, fora castrado quando chegou nessas terras. Ele tinha o ofício de trabalhar para as “moças” prestando serviços de cabeleireiro. Segundo a professora, ambos vieram do Rio de Janeiro. (Falcão, 2016, p. 179-180).

Nessa conversa que o autor teve com a esposa do historiador, aparecem novos elementos sobre a existência de Mineiro e Maria, que reforçam características comumente atribuídas a homens cis-gêneros gays; no caso de Pintassilgo, quando ela o relaciona com a profissão de cabeleireiro e com o convívio com as “moças”, as quais, ao que tudo indica, seriam mulheres “prostitutas”. O autor ainda descreve outros atributos de Pintassilgo, dizendo que ele era cuidadoso com os serviços domésticos, tratava muito bem das “moças” e tinha voz fina e delicada.

Ao término da conversa, nada ficou esclarecido ou confirmado sobre a veracidade da existência de Pintassilgo ou Mineiro. No entanto, Falcão a questionou a respeito do tema e ela respondeu que o historiador costumava enriquecer suas obras com personagens que ela não sabia se eram verdadeiros ou imaginários.

Amizael Silva não afirma que Mineiro era homossexual, mas deixa isso subentendido nas entrelinhas. Por exemplo: quando o

autor relata que a voz do personagem era fina e o fato dele e Maria não serem um casal, pois não viviam maritalmente, ou seja, não tinham um relacionamento supostamente cisheterossexual, o que causava incômodo até mesmo para o seu amigo.

Suponho, a partir de uma leitura das entrelinhas das narrativas citadas, que Mineiro e Maria esconderam suas identidades devido aos traumas vividos no navio *Satélite*, ao serem degredados de forma cruel e desumana a mando do governo brasileiro e postos sob o controle do tenente Matos Mello quando chegaram a Santo Antônio, bem como, ficaram receosos aos questionamentos realizados por dois militares do Exército (Amizael Silva e o 140/ Abraão), tanto que, ao que parece, devem ter mudado da chácara logo depois de relatarem que vieram degredados do Rio de Janeiro. Já “Maria” poderia ser sim uma das 44 mulheres consideradas “meretrizes” que vieram no *Satélite*, degredadas por crime de vadiagem, mas os autores não se aprofundaram sobre a sua verdadeira identidade, talvez por falta de fontes documentais.

A esposa do historiador reafirma algumas ideias e traz novos elementos sobre Pintassilgo e “Maria” quando relatou a Kary Falcão sobre a existência da chácara ou sítio que seu esposo e o “140” visitavam para apanhar frutas, e falou da existência de “Mineiro e Maria”, além de comentar a respeito da orientação sexual, da velhice, da raça, da localidade e da profissão do primeiro. Mas é de caráter duvidoso quando ela diz que, por meio de outras pessoas, soube que ele havia sido castrado.

Amizael Silva talvez tenha enriquecido suas obras com personagens de seu imaginário, mas a existência de Pintassilgo parece ter sido real, pois aparece igualmente na obra de Vitor Hugo, mesmo que ambos os autores não façam uma discussão densa sobre essa figura importante para os estudos LGBTs rondonienses. Real ou não, Pintassilgo tornou-se um personagem fundamental para compreensão da memória construída sobre esse período e um símbolo da re (existência) de dissidentes sexuais e de gênero no estado. Enfim, o que importa é a plausibilidade de sua existência, dando outras cores às narrativas oficiais sobre Rondônia.

Parte 4

Microbiografias transgressoras

Sandra Egly: memórias da primeira professora trans circense no mundo (1958-2001)

Figura 2 - Fotografia da Professora Sandra participando do Festival Folclórico Flor do Maracujá de Porto Velho



Fonte: Falcão (2019, p. 72).

Em 1995, na Escola Estadual de Ensino Fundamental Maria Carmosina Pinheiro, localizada na periferia de Porto Velho, tive o privilégio de ser ensinada por uma professora travesti negra/preta quando cursava a 3ª série do ensino fundamental I aos nove anos de idade. Não lembro se houve discussões em torno da orientação

sexual e identidade de gênero da referida professora no ambiente escolar, mas recordo-me do dia em que ela entrou em minha classe pela primeira vez no período matutino, com trajes e adereços considerados socialmente como femininos, quando toda a turma sabia de antemão quem seria a nossa professora, por ela ser exigente com a aprendizagem das/dos alunas/os em sala de aula. Chamava-se Sandra Egly, “a Sandroval”, “Sandrinha” ou “Sanda”⁵⁰ para os mais íntimos. Obviamente, não me reportarei ao seu nome de batismo, por respeito à sua identidade de gênero.

À tese de Kary Falcão (2019), forneci algumas informações sobre a minha vivência como aluna da professora Sandra, pois ela não era lembrada no meio LGBTQIA+. Contudo, em minha memória, a docente esteve sempre presente. Então, relatei a ele sobre a primeira e única professora trans que tive na vida escolar nos anos 1990, a sua prática pedagógica em sala de aula, entre outros pontos, já que o pesquisador estava realizando seu trabalho sobre docência trans* no estado. Por isso, a meu ver, ele não poderia deixar de pesquisar sobre essa personagem que se tornou um ícone na educação e na cultura popular da periferia da zona leste de Porto Velho.

A professora Sandra nasceu em 8 de julho de 1958 na cidade de Ji-Paraná/RO, era a filha caçula de dez irmãos e, quando ela tinha 9 anos de idade, seus pais resolveram ir morar na cidade de Guajará Mirim/RO. Aos 18 anos de idade, Sandra retornou à capital, em busca de trabalho. De acordo com Falcão (2019), seus pais eram rigorosos e não aceitavam a sua orientação sexual e identidade gênero. Ao descobrir a sexualidade dissidente de Sandra, seu pai a mandou regressar a Porto Velho, e, então, ela passou a viver com uma irmã que a acolheu.

Na década de 1970, no atual estado de Rondônia⁵¹, havia

50 Era a forma carinhosa e abreviada do nome de batismo, com o qual a irmã de Sandra, a Sra. Leonilce Barros, lhe chamava, conforme Kary Falcão (2019).

51 A partir de 1979, com a presidência de João Batista Figueiredo, inicia-se o momento de desagregação do regime militar brasileiro. É nesse contexto de um duplo processo envolvendo a crise do regime autoritário e a fundação do estado de Rondônia que se observa a tentativa do governo militar em perpetuar no poder uma incipiente elite

uma escassez de profissionais da educação com nível superior no serviço público. Era um período marcado: pela ditadura militar,⁵² quando o território foi entregue à administração do Exército (Oliveira, 2003); pela agressiva onda migratória de pessoas vinda de outras regiões do país ocupando e invadindo terras no interior do estado, modificando as estruturas sociais, onda essa ocasionada pelos projetos autoritários de integração nacional; e pelo entusiasmo desenvolvimentista e progressista nas cidades ao longo da BR-364, inclusive nas escolas e no funcionalismo público. Porém, esse complexo processo reverberou na escassez de trabalhadores tanto na saúde, quanto na educação rondoniense, causando problemas na máquina administrativa. (Moser, 2006).

Nesse sentido, Kary Falcão (2019) afirma que, para suprir as necessidades da educação na região, contratavam-se professoras/es denominadas/os de “leigas/os”. O começo da carreira de Sandra como profissional da educação está inserido dentro dessa categoria de “leigas/os”, pois, quando ela foi atuar pela primeira vez como professora substituta de sua irmã (Leonilce Barros) na Escola Petrônio Barcelos, só tinha o ensino fundamental incompleto. Apesar disso, a diretora adorou o trabalho de Sandra, pois ela era muito criativa e determinada.

A partir desse dia, Sandra passou a trabalhar em escolas do interior e da zona rural da capital, mas também continuou substituindo a sua irmã quando esta adoeceu por aproximadamente quinze dias. Naquele período, a diretora era a memorialista Yeda Borzacov, que conseguiu um contrato efetivo para Sandra trabalhar como docente. Nesse sentido, a vida financeira dela se transformou e, de fato, colaborou para uma nova identidade social construída a partir da educação, permitindo que ela se tornasse,

civil, que emergia durante o processo de criação do novo estado da federação: “Assim, a construção do novo estado coincide com a crise da ditadura militar brasileira, o que, de fato, foi importante e decisivo para a aceitação do regime autoritário em transformar o antigo Território numa nova unidade federada com status de estado” (Viana, 2021, p. 98).

52 Nos anos de 1970, Rondônia foi contemplado com um grande número de projetos do Governo Federal, visando incorporar a fronteira amazônica ao núcleo do sistema capitalista brasileiro.

possivelmente, uma das primeiras professoras trans no mundo no final da década de 1970, tendo em vista a ausência de nossos corpos nos espaços educacionais ao longo da história da humanidade.⁵³ De acordo com Kary Falcão:

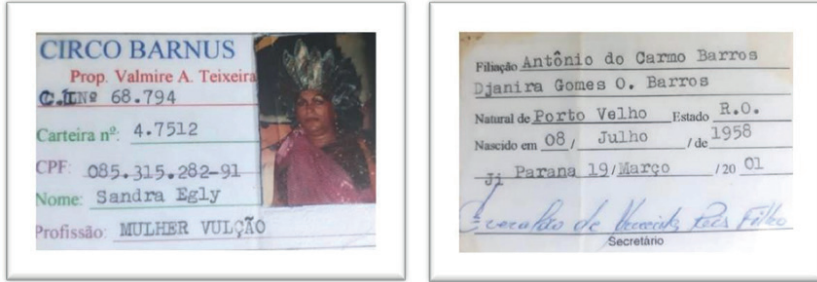
Contratada como professora aos 20 anos de idade foi na docência que Sandra encontrou as bases para a construção da sua própria identidade. Durante este processo a docente estabeleceu relações entre o envolvimento profissional baseado no comprometimento ao exercício do magistério com as práticas pedagógicas que envolviam aproximações entre a família e a escola, a valorização da cultura local, incentivando os alunos a prosseguir os estudos e a preocupação com o reconhecimento identitário. (Falcão, 2019, p. 62).

Inventiva e criativa, ao retornar à capital, Sandra se encantou pela arte circense após prestigiar apresentações deste tipo. No início dos anos 1980, o circo passou a existir no Brasil como um movimento que se auto-intitulava *Circo Contemporâneo* ou *Novo Circo*. De acordo com a historiadora Erminia Silva, esse era formado por profissionais e artistas performáticos, vindos de experiências teatrais, coreográficas, cenográficas e da dança, entre outras formas de expressão: “desenvolvendo a linguagem circense fora dos espaços dos circos de lona, participando da fundação de escolas de circo e da constituição de grupos artísticos” (Silva, 2007, p. 288).

Nesse mesmo período, o circo havia chegado a Porto Velho, porém, trazia poucos profissionais, devido à questão dos transportes e das estradas que eram precárias. Entretanto, os donos do circo acabavam contratando artistas locais que quisessem fazer parte dos espetáculos, e Sandra, com todo o seu talento, agarrou mais uma oportunidade para se transformar em uma diva queen em Rondônia, tornando-se uma verdadeira profissional de circo.

53 O seu pioneirismo como professora trans no mundo foi mencionado pela Profa. Dra. Megg Rayara, durante a banca de defesa do meu doutorado, pois, eu não tinha a dimensão desse marco histórico de Sandra no âmbito educacional para além da região Norte do Brasil.

Figura 3 - Fotografia da Carteira do Circo Barnus, último circo em que Sandra Egly trabalhou (2001)



Fonte: Falcão (2019, p. 28).

Kary Falcão comenta que:

No circo, Sandra ensaiava as bailarinas e era responsável pelas fantasias e coreografia dos números artísticos. *Durante o espetáculo, era anunciada a participação de uma mulher que cuspia fogo pela boca, técnica denominada como pirofagia, um truque usado por circenses, artistas de palco e, também nas ruas e a partir deste personagem, a Professora Sandra passou a ser conhecida como a “Mulher Vulcão”.* (Falcão, 2019, p. 60, grifos nossos).

Naquela época, ela era conhecida como transformista. Portanto, além de ser professora, ela trabalhava com o Circo, e trazia seus shows e performances para dentro da escola, o que nos motivava a gostar mais ainda dela. Eu a achava incrível, principalmente quando havia os momentos culturais na escola. Havia festas juninas e folclóricas, e o dia do circo, quando ela se vestia com as fantasias de mulher vulcão, faxineira e bailarina. Ela era muito divertida, pois todas/os riam com suas apresentações que lotavam o pátio da escola com a presença da comunidade escolar.

Figura 4 - Sandra Egly se apresentando no Circo Barnus 1



Fonte: Falcão (2019, p. 72).

Figura 5 - Sandra Egly se apresentando no Circo Barnus 2



Fonte: Falcão (2019, p. 73).

Yeda Borzacov, em entrevista a Kary Falcão (2019), revelou que a professora Sandra havia contado para ela sobre a sua sexualidade, afirmando que era *hermafrodita*. No fim do século XVIII, segundo Michel Foucault, o hermafrodita foi considerado como um tipo de monstro que apareceu e ficou sob o domínio do campo discursivo “jurídico-biológico”; no início do século XIX, era visto como imperfeição da natureza ou moralmente deturpado. O autor, ao analisar um caso de punição de um hermafrodita que se chamava Antide Colas, torturado e queimado vivo, ressalta: “[...] na Idade Média, e até o século XVI [...] os hermafroditas eram considerados monstros e executados, queimados, suas cinzas jogadas ao vento” (Foucault, 2010, p. 57), pois o discurso médico relacionava o hermafroditismo resultante da relação sexual com o Satanás. E, no século XVII, Foucault encontrou o caso de um sujeito não condenado por ser hermafrodita, pois segundo o autor:

Se fosse reconhecido como tal, pediam-lhe que escolhesse seu sexo, o que era dominante nele, que se comportasse em função do sexo que era assim determinado, que em particular, se vestisse de acordo com ele [...]. (Foucault, 2010, P. 57).

No entanto, a jurisprudência somente condenava o hermafrodita caso “usasse o sexo em anexo”, por sodomia.⁵⁴ Em diversas civilizações, esse termo foi comumente utilizado para se referir de forma genérica⁵⁵ a sujeitas/os intersexuais, relacionando-as/os à anormalidade e desvio, e era muito comum, mas de forma pejorativa e equivocada, nos fins dos anos 1990, para fazer referência a sexualidades dissidentes em Porto Velho, o que foi o meu caso e de tantas/os colegas gays afeminados, travestis e transexuais. Porém, alguns/algumas acreditavam de fato que eram hermafroditas, esse pode ter sido o caso de Sandra. Nos dias atuais, pesquisadoras/es, tanto do campo médico, como das ciências humanas e sociais,

54 Cf. Foucault (2010).

55 Por exemplo, dizer que pessoas intersexuais nasciam com os dois sexos. Entretanto, são pessoas que nascem com alguma variação natural nas características do corpo que são atribuídas à anatomia reprodutiva ou sexual de forma a não serem contempladas pelas concepções binárias de gênero. Ver: <https://www.grupodignidade.org.br/intersex-o-que-voce-precisa-saber-sobre-o-i-em-lgbti-no-dia-da-visibility-intersexual/>. Acesso em: 08 out. 2021.

recusam esta nomenclatura, pois é considerada patologizante e estigmatizante.

No final dos anos 1970 e início dos anos 1980, em Rondônia, ainda não se falava sobre as questões de travestilidades e transexualidades. Até o início do século XXI em Porto Velho, pessoas fora do padrão cisheteronormativo eram taxadas em diversos espaços de: *hermafroditas, bibas, bichas, bichinhas, bicholas, baitolas, boiolas, viados, entendidos, alegres, metade-metades, macho-fêmeas, frescos, frutinhas, borboletinhas, safados, corta dos dois lados, morde-fronhas* e outros termos, expressões, atributos e cognomes insultuosos e repressivos às sexualidades fora do modelo hegemônico.⁵⁶

Alguns desses termos surgiram no início do século XX, entre eles a expressão *viado*, de acordo com James Green. Esse pode ter surgido nos anos de 1920, ou mesmo antes, e foi vinculado à figura do *puto* e *fresco*, “[...] no linguajar popular, como outra palavra depreciativa para referir-se a homens efeminados que praticavam sexo com outros homens” (Green, 2000, p. 143). Nos anos de 1930, aparece o termo *bicha*, definido por homossexuais jovens masculinos como *pederasta passivo*, todavia, não tinha um caráter depreciativo. Contudo, Green explana que a palavra *bicha* recebeu conotação ofensiva no início dos anos 1960:

[...] quando começou a competir com viado como uma forma de insulto comum por parte de pessoas estranhas ao meio. Embora talvez jamais se possa descobrir a origem exata da expressão, a possibilidade de que a palavra *bicha* tenha se desenvolvido dentro do próprio mundo de homens efeminados e prostitutos nos anos 30 amplia sua potência simbólica. Gerado de dentro de uma subcultura, o termo foi mais tarde apropriado para desmerecer as mesmas pessoas que o criaram. Transmitido de um mundo colorido e semiclandestino de homens e mulheres prostitutos para um universo mais amplo, *ele retornou como instrumento de agressão, hostilidade e marginalidade*. (Green, 2000, p. 145-146, grifo nosso).

No final da década de 1960, com a ampliação dos espaços públicos de sociabilidade homossexual, surgiu o “entendido” e

⁵⁶ Termos constitutivos da vida de pessoas LGBTQIA+, e muito presentes na minha infância, adolescência e início da juventude, como explanei na parte 1 deste trabalho.

a “entendida”, que seriam uma figura social equivalente ao *gay*, oriundo dos Estados Unidos. Mas James Green (2000) ressalva que esse termo já circulava no país desde a metade da década de 1940 e seu uso se referia aos homossexuais masculinos que frequentavam ambientes de classe média e alta das grandes metrópoles do Brasil.

O termo, porém, de acordo com Peter Fry (1982), popularizou-se ao longo dos anos 1960 no Brasil, em consonância com os movimentos de libertação homossexual nos Estados Unidos e na Europa. As mulheres lésbicas brasileiras tomaram “de empréstimo” aos homossexuais masculinos o termo “entendido”, aproximando-o de sua orientação sexual (Simões, Facchini, 2009; Aquino, 1995; Bezerra, 2009).

A especificidade dos primeiros grupos do movimento homossexual no final dos anos de 1960 é que os levou a abdicar tanto do termo “entendido” como da palavra *gay*, preferindo ficar com o velho termo *bicha*, passando a adotar e propor uma nova configuração e representação do termo na militância, com o objetivo de eliminar as conotações pejorativas. No entanto, outros grupos passariam a adotar o termo estadunidense, como é o caso do Grupo Gay da Bahia (Fry; Macrae, 1983; Simões, Facchini, 2009).

Para Megg Rayara, esses termos foram lançados como forma de aniquilar corpos fora da cishnorma binária de gênero, legitimando a cisheterossexualidade, bem como nos dizendo que:

[...] o relacionamento sexual e afetivo entre pessoas do sexo e do gênero masculino não é humano, não é honesto e, por isso, seus sujeitos não podem ser o centro e a margem, o lado de fora é sim um lugar. O lugar para quem expressa pecado, perigo, anormalidade, fragilidade física e emocional, inadequação a determinadas atividades profissionais, falta de caráter, propensão ao crime, dificuldade de conviver em sociedade, etc. (Oliveira, 2018, p. 165).

Entretanto, como foi visto, alguns desses termos foram resignificados e apropriados através do processo de empoderamento da comunidade LGBTQIA+, principalmente o termo *bicha*, por gays afeminados, travestis e trans negras/os ou pretas/os, dispo-

tas/os a subverter a cisheteronormatividade branca e compulsória instituída pelo sistema patriarcalista, e até mesmo a romper com a ordem homossexual padronizante (Oliveira, 2018; Barros, 2017).

Voltemos à nossa personagem: a professora Sandra foi uma alfabetizadora magnífica. Era preocupada com as/os estudantes que não aprendiam e com as condições socioeconômicas das/dos que iam para a escola com roupas sujas e descuidadas, com a falta de materiais escolares. Eu me lembro dos sorteios de *kits pedagógicos* (cadernos, lápis, borrachas, régua, apontadores e outros) que ela realizava em sala de aula, era comum irmos até a direção pedir cadernos ou lápis, pois a pobreza nos anos de 1990 era perceptível, eu mesma demorei a ter certos materiais, como, por exemplo, mochila, eu levava o material na sacola de supermercado e encapava meus livros didáticos reaproveitando papéis de presente. Em escolas públicas, principalmente situadas nas regiões periféricas, ainda é comum nos depararmos com essa realidade social e econômica de estudantes, consequência do sistema capitalista e neoliberal.

A professora Sandra usava a sala de aula como espaço lúdico de aprendizagem dos conteúdos e das disciplinas, e, também, ensinava-nos práticas de etiqueta: o modo como se sentar, posturas consideradas corretas, saber o momento oportuno de perguntar algo e não conversar com as/os colegas quando ela estivesse explicando a matéria.

Eu lembro que, no primeiro dia de aula, ela organizou toda a sala, colocou as cadeiras e mesas em filas, porque a nossa classe estava desorganizada, mudou-nos de lugar, colocando os menores na frente e os maiores para trás. Lembro também que ela me colocou na primeira mesa da fila do meio, alguns não gostaram, mas tivemos que aceitar, afinal era a professora Sandra, conhecida pela sua “rigidez” em sala de aula. No início do ano escolar, todas/os as/os alunas/os tinha medo dela, mas a respeitavam e logo passamos a sentir um afeto por ela.

Tínhamos que seguir as regras impostas por ela em sala, para termos boas notas bimestrais. Como nossas mesas e cadeiras

eram novas, ela nos deu bilhetes para entregarmos aos nossos responsáveis, solicitando de forma obrigatória: toalhas para as mesas e copos de plásticos para pôr os lápis, apontadores e borrachas. E, a partir do momento que estivéssemos com os materiais, todos os dias de aula teriam que estar bem arrumados na mesa, senão o sermão cantava.

As nossas mochilas deveriam estar sempre atrás ou debaixo da cadeira. Tínhamos que saber a tabuada todinha, caso contrário, ficávamos na frente do quadro em pé durante uma hora ou levávamos uma “palmatória”⁵⁷ na mão. Uma vez errei, ela meteu a régua em minha mão, mas disse que eu não iria ficar na frente do quadro de castigo, porque tinha sido a primeira vez que eu havia errado a conta de multiplicação, e que, no próximo erro, eu não escaparia; nunca mais esqueci de como multiplicar os números.

Essa forma disciplinar de manter a ordem e “educar” as/os alunas/os surgiu no início do século XIX, por meio de castigos físicos, cuja finalidade era punir o mau comportamento e a dificuldade de aprendizagem, como um meio pedagógico. Nota-se, nessa prática cultural, uma expressão violenta da sociedade colonialista e opressora (Souza, 2003; Veiga, 2003). Conforme as pesquisadoras e psicólogas Milena Aragão e Ana Maria Freitas:

Como prática, os castigos físicos ainda eram utilizados, mas, ao longo do século XX, esses coexistiram com os castigos de cunho moral, que visavam a incutir o sentimento de vergonha e humilhação nos alunos. Assim, com maior frequência, eram imputados pontos negativos na caderneta escolar, aplicada arguição na frente dos colegas, chamada a atenção de forma grosseira perante o grupo, lidas cópias de trechos de livros ou de frases moralistas, por exemplo. (Aragão; Freitas, 2012, p. 27).

57 Em referência ao objeto comum nas escolas oitocentistas, o qual representava um símbolo de poder, de hierarquia, de diferenças geracionais e de instrumento “civilizatório”; porém, ela usava uma régua de madeira para obter tal efeito. Não lembro se houve retaliações a respeito por parte da comunidade escolar. Para Maria Cecília Souza, “a palmatória, no imaginário social, comportava-se como um emblema da profissão docente [...], uma espécie de crédito moral suplementar emprestado aos mestres pelas famílias” (Souza, 1998, p. 86).

Todavia, ao longo do século XX, surgiram vários discursos contrários ao uso de castigos físicos, e de forma gradual esses foram perdendo poder. Porém, foram substituídos, como dito acima, pelos castigos de caráter moral, por exemplo: privando a/o estudante de alimentos, de saída, de recreação; colocando-a/o na frente do quadro; aplicando lições complementares; mudando-a/o de carteira; e retirando-a/o de sala. Alguns desses castigos ainda estão presentes em escolas públicas e provavelmente em escolas privadas brasileiras (Graça, 2002; Souza, 2003, Aragão; Freitas, 2012), além de outras formas de disciplinamento e de opressão que resultam em exclusões de determinadas/os estudantes, com destaque para estudantes LGBTQIA+, sobretudo travestis e transsexuais - grupos estigmatizados e marginalizado pela cistema educacional no país, o que contribui para sua evasão do ambiente escolar.

A professora Sandra, no início do século XXI, teve sérios problemas de saúde e faleceu em 2001 devido a complicações cardíacas. A irmã, que a acolheu quando era jovem, relatou a Kary Falcão que Sandra tinha dado uma “sumida”, e, quando ela foi procurá-la, encontrou-a muito doente e debilitada, morando sozinha em um local não espaçoso e sem conforto. Diziam que ela estava com depressão por causa de um relacionamento amoroso, que a levou a ingerir diariamente bebidas alcoólicas. Ainda de acordo com o referido depoimento, sua irmã tentava levá-la ao hospital, mas Sandra recusava-se a ir. Outros informantes relataram ao pesquisador que outro motivo que colaborou para o falecimento da professora Sandra foi o contato com o líquido que ela ingeria em suas apresentações no circo para soltar fogo pela boca (Falcão, 2019, p. 54).

Logo abaixo, reproduzo o registro da placa da lápide de Sandra, a tarja foi posta para não expor o nome de batismo da Professora em respeito à sua identidade de gênero, à sua memória e história de luta e (re) existência. Ela já fazia o uso do nome social desde os anos de 1980, porém, foi enterrada pela família com o nome de batismo, e provavelmente tenha sido enterrada com

trajes masculinos, o que constitui uma grande violência simbólica, pois, dessa forma, nega-se a sua feminilidade, outra forma de transfobia, resultando em um apagamento total de sua existência. As mortes de pessoas trans são, seguidamente, inseridas em uma lógica perversa e preconceituosa de representações e relações de poder, em especial devido à forma como seus corpos e vidas são compreendidas como descartáveis socialmente (Silva et al., 2017).

Figura 6 – Professora Sandra



Fonte: Falcão (2019, p. 48).

Lembro-me da minha avó falando em casa que, com a professora Sandra, eu iria aprender os conteúdos escolares “por bem ou por mal”, mudar meus comportamentos ditos “rebeldes” (risos), mostrando certo conhecimento e convivência com as práticas punitivas da professora. Contudo, pessoalmente, não adquiri nenhuma aversão a ela devido à “reguada” que levei nas mãos por ter esquecido a tabuada de multiplicação.

A sua rigidez e pedagogia disciplinar, penso que eram devidas à forma como operava a prática pedagógica tradicionalista de muitas/os docentes dos anos de 1970 ao início do século XXI em Rondônia. E, também, porque a escola é uma instituição de poder e de controle disciplinar de corpos e saberes (Foucault, 2009). Além disso, lembrar que a professora Sandra era “leiga” e, muito provavelmente, não estudou teorias pedagógicas mais libertárias, bem como sendo uma mulher trans e negra, precisou se impor em ambientes que lhes eram hostis. Obviamente, não vou generalizar que todas/os as/os docentes eram rígidos/as como ela em sala de aula. Muitas das vezes, como discentes e docentes, não refletimos sobre as nossas interferências, influências e efeitos das manifestações de poder no ambiente educacional, seja de forma negativa ou positiva. Não guardei, como disse, ressentimentos da professora Sandra. Porém, atualmente, por pertencer a uma nova geração de professoras/es do Ensino Básico e conhecer a realidade da educação pública em Rondônia, não compactuo com nenhum tipo de violência e opressões no meio educacional, minhas perspectivas giram em torno de uma educação progressista, libertadora, humanizada e solidária (Freire, 1998, 2019; hooks, 2017).

Microbiografar a trajetória da professora Sandra aqui neste trabalho não serve somente para lembrar que nos anos de 1970 a 1990 já tínhamos uma personagem que transgredia a cisheteronormatividade em um período extremamente conservador, mas, igualmente, de um período histórico de lutas e resistências de LGBTs. Busco, sobretudo, marcar o seu pioneirismo como professora trans negra ou preta na história educacional do estado de Rondônia e no mundo, visibilizando o seu protagonismo nesses espaços de poder, sobretudo na periferia de Porto Velho. Sei o quanto ela foi respeitada e admirada nesses espaços pelo seu talento, autonomia e prazer no que fazia.

Os talentos e a criatividade de Sandra são qualidades individuais que a levaram a adentrar novos campos de possibilidade a partir dos anos de 1970, nos quais havia brechas para que ela ocupasse lugares de poder e visibilidade, como a escola e o circo, onde

a cisheteronormatividade, o racismo, LGBTQIA+fobia e o machismo⁵⁸ operam constantemente, sobretudo em um período de forte autoritarismo no país. Mas, obviamente, apesar desses “avanços”, assim como a maioria de travestis e transexuais no Brasil, Sandra sofreu homotransfobia no ambiente familiar, tendo que morar com uma de suas irmãs, devido ao seu pai ter descoberto a sua orientação sexual. O acolhimento da irmã e da diretora foi extremamente importante na sua vida, pois contribuiu para que Sandra não se tornasse mais uma vítima do sistema e não fosse para a marginalidade social. A partir das brechas que se abriram e do apoio de pessoas importantes que passaram em sua vida, garantindo, assim, a sua sobrevivência e independência financeira, ao ser contratada como professora aos 20 anos de idade.

O circo ainda ronda o imaginário social como um local de saberes e performances artísticas polivalentes, tornando-se palco para apresentação e entretenimento daquelas/es consideradas/os diferentes, fora do padrão hegemônico; lugar de machismo, racismo, misoginia e LGBTQIA+fobia, espaço estigmatizante e grotesco para seres considerados aberrantes, por exemplo, pessoas gordas, negras ou pretas, anões e trans. Conforme a pesquisadora e jornalista Anna Balloussier (2021), certos biotipos e personagens só eram bem-vindos no circo se acoplados a números que os expunham ao ridículo, como a *Mulher Barbada*, a *Monga* e a/o *Transformista*.⁵⁹ Foi nesses espaços que Sandra pôde se manifestar culturalmente, levando a sua arte e seu talento para a periferia de Porto Velho. O uso do nome social em seu registro profissional

58 De acordo com a historiadora Marta Valéria de Lima (2021) e o historiador Valdir Souza (2011), em Rondônia houve disputas pela posse da terra, pelos homens e pelas mulheres, pelo poder e pelo saber, pelos cargos na política e no funcionalismo público, entre moradores e novos migrantes que vinha do sul e sudeste. Alguns grupos locais se mobilizaram e criaram o movimento dos *minhocas*, ou seja, dos *nascidos na terra*, com o objetivo de disputarem os espaços de poder na estrutura política e burocrática do Estado com os de fora. Fruto dos choques de interesses e de culturas esse movimento ganhou corpo. Isso ocorreu porque ele expressava sentimentos de exclusão e de pertencimento dos *filhos da terra* (Lima, 2021, p. 37).

59 Ver: Circos que ridicularizavam o diferente, agora exaltam pessoas longe do padrão. Disponível em: <https://www.otempo.com.br/diversao/circos-que-ridicularizavam-o-diferente-agora-exaltam-pessoas-longe-do-padrao-1.2533637>. Acesso em: 16 nov. 2021.

como trabalhadora do “Circo Barnus” legitima ainda mais a sua identidade de gênero em um período tão hostil para as pessoas LGBTQs.

O circo, ao se desvencilhar dos padrões estéticos considerados “normais”, e “incluído” o diferente, ainda que pela via do exotismo, pode ter servido para que Sandra, como uma pessoa trans, aprendesse a lidar e ser resistente com as opressões sofridas ao longo de sua trajetória de vida, além de abrir possibilidades de criar, inovar, incentivar e transformar a cultura de uma região periférica e marginalizada.

Ela era de religião de matriz africana (era de Oxum, graduada como mulher trans) e o fato de vivenciar a sua orientação sexual e identidade de gênero naquela época foi de fato uma transgressão e subversão aos valores morais cisheteros, coloniais e brancos dominantes. Sua rebeldia ao sistema precisa ser ecoada e lembrada na história LGBTQIA+: “consistindo em uma trajetória de sucesso e de perpetuação de uma memória por fazer da prática docente um instrumento de construção da identidade” (Falcão, 2019, p. 69). Personagem que subverteu e resistiu às diversas formas de opressões interseccionais no estado, precisamos manter viva a sua memória, bem como publicizá-la.

Paulo Santiago: a microbiografia de um militante gay andrógino em Porto Velho

Nesse tópico falarei desse personagem importante da memória e da militância LGBTQIA+ em Rondônia, Paulo Santiago. Não cheguei a ter contato diretamente com ele, mas o vi nas paradas e outros eventos culturais LGBTQs na capital. Falarei dele a partir dos relatos de alguns ativistas com os quais conversei e por meio de uma de suas obras *Ser gay: homossexualidade*, publicada em 2005, para analisar, entender e contextualizar a sua história de vida, de luta e resistência contra a cisheteronormatividade na região.

Encontrei essa obra usada, em um “sebo” e loja de livros da capital rondoniense, em 2009, quando era graduanda no curso de

História. Naquela época, eu estava fazendo o levantamento bibliográfico e documental sobre temas relacionados às questões LGBTs, em especial de Rondônia, para o desenvolvimento da minha pesquisa de bacharelado. Infelizmente, como já salientei aqui, há uma escassez e/ou carência de literatura regional que aborde temáticas sobre relação de gênero e sexualidade na história. Porém acabei achando essa obra autobiográfica tão simbólica e ousada, e também subversiva ao sistema, pois relatar, registrar e divulgar as nossas vivências como pessoas LGBTQIA+ em uma região conservadora foi desbravador da parte de Paulo Santiago.

A obra autobiográfica possui 168 páginas, tamanho 14 x 21 cm, e foi publicada pela editora e gráfica “Primor Forms”. Está dividida em duas partes. Na primeira parte, o foco é centrado nas vivências e experiências de Santiago sobre a construção e afirmação de sua orientação sexual e identidade de gênero no seio familiar; relações homoafetivas; a sua militância e agenda LGBTQIA+ em Rondônia; e o exercício de sua arte, intelectualidade e religiosidade. Na segunda parte, Santiago explana sobre a homossexualidade masculina e feminina; a violência contra pessoas LGBTQIA+; a criação do *Projeto Vida LGBT* em Porto Velho; e a transexualidade; além de um glossário do pajubá. Ao longo da obra, ele traz seus poemas, frases, pensamentos, depoimentos de amigas/os sobre homossexualidade, dados da epidemia de HIV/aids no Brasil, dicas sobre relações homoeróticas, dicas de segurança e proteção para gays tanto nas questões de saúde quanto de violência homofóbica. Apresenta ainda algumas imagens de si, de suas obras de arte e de uma trans rondoniense.

Os textos em primeira pessoa com delineamentos autobiográficos estão muito presentes na literatura brasileira contemporânea e nas produções acadêmicas, a partir de conceitos como, por exemplo, “escrita de si”, “relatar a si mesmo” e “lugar de fala”. No entanto, há, nesse campo, diferentes gêneros literários, como autoficção, biografias, autobiografias, romances autobiográficos, história de vida, dentre outros. No caso da obra de Paulo Santiago, como já salientei, trata-se de um trabalho autobiográfico.

A autobiografia é uma tentativa assumida de representar a vida da autora ou autor. Um dos principais especialistas e estudiosos desse gênero literário é o francês Philippe Lejeune. Em sua obra *O pacto autobiográfico: de Rousseau à internet*, ele ressalta que, ao escrever ou criar um trabalho autobiográfico, a/o escritora/or precisa fazer *um pacto* ou acordo com a/o leitora/or, confirmado pelo uso do nome de quem escreve como protagonista e narrador. Para Lejeune, só podemos falar de uma autobiografia quando uma identidade tríplice (autor, narrador e personagem) é estabelecida, desse modo, torna-se um conceito útil na medida em que fornece um meio técnico direto de definir o gênero literário (Lejeune, 2008, p. 26). Nesse sentido, ao apresentar seu trabalho como uma autobiografia, a/o autora/or declara seu compromisso com a/o leitora/or de escrever sobre a sua própria existência, sobre a sua memória.

Compreendendo a memória como um fenômeno construído tanto coletivamente, quanto individualmente, pode-se dizer que há uma estreita relação entre a memória e o sentimento de identidade, no sentido da imagem de si e para os outros no ato da *autonarrativa*. Isto é, a imagem que a pessoa adquire e constrói ao longo da vida remanescente a ela própria, a imagem que ela arquiteta e exhibe aos outros e a si mesma para acreditar na sua própria representação, mas também ser compreendida da maneira como quer ser percebida pelos outros (Le Goff, 1990; Pollak, 1992).

Os estudos de Lejeune tomam a forma daquilo de se que trata, e se torna cada vez mais autobiográfico, reconstruindo elementos presentes nas autobiografias, como por exemplo, a subjetividade, por conta do “eu” do presente e do “eu” do passado. Para a pesquisadora e letróloga Ana Amélia Pace:

[...] o pacto funciona como uma estratégia autorreflexiva do texto autobiográfico. O eu volta-se ao passado, em direção aos fatos que contribuíram à sua situação presente. Nesse movimento, ele projeta sua imagem fixada pela escrita em direção ao futuro, à leitura e à crítica. (Pace, 2013, p. 15).

Em seu trabalho *Literatura e autobiografia: a questão do sujeito na narrativa*, Verena Alberti faz alguns questionamentos sobre a posição do sujeito na produção de textos autobiográficos; a relação do autor com o que ocorreu no passado; a reconstrução de sua vivência numa constituição “para a leitura” e os distintos posicionamentos atualizados pela/o autora/or no ato da escrita. Para ela, a autobiografia é uma narrativa centrada no sujeito que a cria, a autobiografia é uma atualização do *sujeito moderno* no espaço literário, e destaca:

[...] se alguém se põe a escrever uma autobiografia, é porque tem em mente fixar um sentido em sua vida e dela operar uma síntese. Síntese que envolve omissões, seleção de acontecimentos a serem relatados e desequilíbrio entre os relatos (uns adquirem maior peso, são narrados mais longamente do que outros), operações que o autor só é capaz de fazer na medida em que se orienta pela busca de uma significação: busca essa que lhe dirá quais acontecimentos ou reflexões devem ser omitidos e quais (e como) devem ser narrados. É essa busca também que prevalece na estrutura do texto, os relatos ganhando sentido à medida que vão sendo narrados, acumulando-se uns aos outros, de modo que a significação se constrói no momento mesmo em que o autor escreve a autobiografia. (Alberti, 1991, p. 12, grifos nossos).

Nesse sentido, proponho os termos microbiografias e microautobiografias, pensando não em uma perspectiva ampla de escrever e compreender a totalidade da história de vida e memória de personagens importantes na história LGBTQIA+ e de mulheres em Rondônia - devido às limitações e especificidades deste trabalho. Tenho por finalidade, no caso específico deste subcapítulo, compartilhar as experiências e ações de Paulo a partir de sua autobiografia, analisando esse “eu” subjetivo em processo de desconstrução e legitimação de uma identidade gay, de suas narrativas de experiências vividas, de suas memórias e lembranças de determinados momentos em tempos específicos da história do estado.

Paulo decidiu escrever a sua autobiografia justificando que queria relatar suas experiências em torno de sua identidade gay e um pouco do que é ser LGBTQIA+. Foram aproximadamente três

anos para ele escrever e organizar textos pesquisados de vários autores. Coletou dados do Ministério da Saúde relacionados às ISTs/HIV/aids e à violência contra homossexuais no Brasil, incluindo depoimentos de mães e outros parentes de pessoas da comunidade LGBTQIA+ da região.

Na primeira parte da obra, como já salientado, o foco está centrado na pessoa do autor. Isso vai ao encontro do que Philippe Lejeune (2008) considera sobre a afirmação da identidade em uma narrativa autobiográfica como uma espécie de contrato entre autor e leitor, o que ele denomina de pacto autobiográfico. Paulo nasceu no município de Porto Velho em 1960. Ele se apresenta como um sujeito determinado e equilibrado nos aspectos material, intelectual e religioso. Autoafirma a sua homossexualidade ao longo de todo seu trabalho autobiográfico.

Ele trabalhou como cabeleireiro, sacoleiro e quitandeiro. Foi também artista plástico, escritor e poeta, e se tornou militante dos direitos humanos em Rondônia. Como veremos adiante, recebeu prêmios por suas pinturas e escreveu quatro livros. Aborda a homossexualidade cisgênera masculina e feminina. Exibe algumas fotos, pensamentos e frases, que nos ajudaram a entender melhor a sua identidade de gênero.

Os objetivos pelos quais ele se propôs ao escrever a obra foram: mostrar a trajetória de sua infância pobre, órfão e gay; em segundo lugar, expor seu percurso profissional e artístico, pois foi com muito esforço que ele conseguiu exercer suas diversas profissões no estado e; por último, algo muito necessário, conscientizar e sensibilizar a sociedade sobre a nossa liberdade e o direito de ser quem somos.

Paulo era conhecido como Ana Paula⁶⁰ e, em conversa com a Karen Oliveira, colaboradora deste trabalho, ela me relatou⁶¹ que,

60 Eu precisaria de mais informações sobre o suposto nome social. A designação aparece na matéria do jornal imirante.com que noticiou o assassinato de Paulo Santiago. Disponível em: <https://imirante.com/brasil/noticias/2006/04/25/presidente-de-on-de-apoio-a-gays-e-transgeneros-e-morto-em-ro.shtml>. Acesso em: 10 nov. 2021.

61 Conversa informal por meio do *whatsapp* em 08 de junho de 2020.

em alguns eventos nacionais LGBTs, ele também era chamado de *Paulinha do shortinho* por algumas/alguns amigas/os ativistas, pois adorava usar shorts curtos femininos, e chegava aos eventos, na maioria das vezes trajando a vestimenta. Conforme Karen, quando Santiago chegava aos eventos, diziam: “*lá vem a Paulinha do shortinho*” (Oliveira, 2020). Ressalto que, em nenhum momento de sua autobiografia, o autor se posiciona no feminino e, muito menos, cita os nomes femininos atribuídos a ele.

Entretanto, a militante e transformista Pamella Spencer também se referenciou a Paulo como Paula “Shortinho” em um texto no seu blog *Isso é Tudo*, ao fazer algumas críticas sobre a 9ª Parada Gay (2011) de Porto Velho:

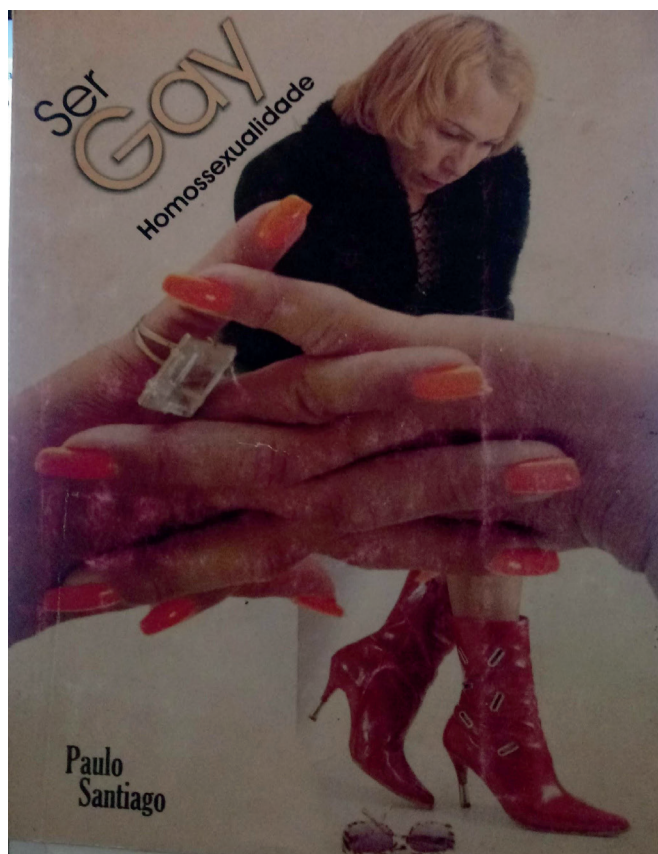
[...] fica claro agora para todos que estavam presentes na 9ª PARADA GAY DE PORTO VELHO que o evento não lembrou em nada as primeiras manifestações realizadas. isso me faz lembrar da época da PAULA “SHORTINHO”. SANTIAGO, quando estava a frente da organização do evento. a gay era louca? era!! a gay era desaforada? era!! a parada girava em torno dela? sim, mais tinha teor político, tinha reivindicações, palavras de ordens. Paulo foi assassinado em 22 de abril de 2006, era militante ferrenho conhecido em todo território nacional. me pergunto: cadê as estatísticas presente nas paradas sobre as mortes das gay Brasil a fora? alguém viu algum cartaz ou distribuição de panfletos que combatam a violência sofrida por gays? algo realmente de concreto e positivo para o movimento? NÁAAAAAAAAAAAAOOOOO. (Spencer, 2011, grifo nosso).⁶²

A imagem a seguir representa a afirmação de uma identidade gay performática, como denúncia e reivindicação de um corpo excluído e ultrajado pela cisheteronormatividade. Ele performa uma subjetividade que foi calada, e, portanto, a constitui, ao mesmo tempo em que aponta para um ideal mais revolucionário e transgressivo da identidade gay. Nesse sentido usarei o termo “queer” para me referir à *identidade adicional* ou *alternativa*

62 Deixei o texto na íntegra e com a grafia original. Disponível em: <http://issoetudobypamella.blogspot.com/2011/09/e-acabou-o-carnagay.html>. Acesso em: 16 nov. 2021.

de Paulo.⁶³ O referido termo, atualmente, sinaliza uma resistência desafiadora à cisgenderidade. Nesse sentido, os *Estudos Queer* enfocam não apenas as vidas e comunidades LGBTQIA+, mas de forma mais ampla a produção social e a regulação da sexualidade e identidade de gênero. Tem-se, então, uma ruptura no mito de uma identidade unificada e unificante que resulta não só das diferenças de prioridades pessoais e políticas, mas de uma política baseada na identidade (Butler, 2018; Spargo, 2017).

Figura 7 – Paulo Santiago retratado na capa de seu livro *Ser Gay: homossexualidade*



Fonte: Santiago (2005).

63 Categorias proposta por Tansin Spargo (2017, p. 33).

A extravagância e a androginia de Paulo vão se entrelaçando nas unhas pintadas, vestimentas, calçados e acessórios, que são códigos que correspondem a atributos relacionados à feminilidade, entretanto, apenas complementam a performatização de uma identidade em sua materialidade corporal. Ele se torna, assim, um personagem subversivo aos olhos do sistema e perante uma sociedade estigmatizadora, e quebra o padrão hegemônico de uma identidade gay masculina.

Dessa forma, a identidade de gênero de Paulo foge do padrão cisheteronormativo, causando reações duvidosas em torno de sua identidade de gênero à primeira vista, como, por exemplo, quando Marconi Vasconcelos me disse: “Paulo Santiago era transgressor, muito transgênero na época”. Afirmou também: “ninguém sabia definir a sua identidade de gênero... seu gênero masculino ou feminino... que não tinha uma definição visual... era um ser metamorfo” (Vasconcelos, 2020). Sobre isso, podemos dizer que a performance de Santiago perturbava:

[...] o saber convencional a respeito da aparência que o gênero masculino e/ou feminino deveria ter, ocupando um “posicionamento excêntrico” em relação ao normal, ao legítimo, ao dominante. (Spargo, 2017, p. 47).

Ainda segundo o entrevistado, ele gostava do seu sobrenome, Santiago, e do nome associado ao seu ser artístico. Paulo fez um mapa apresentando em formato de tabela a origem do seu nome e o que esse representava para ele em sua autobiografia (Figura 8).

Pierre Bourdieu (2006), em seu texto *A ilusão biográfica*, comenta que o “nome próprio” é, nas sociedades modernas ocidentais, um *designador rígido*, uma ação imposta pelas instituições normativas, entre elas a família. Para o autor, ao se nomear e classificar os sujeitos, espera-se deles uma coerência e uma linearidade, sem levar em conta as singularidades e as especificidades de cada indivíduo, seja em sua forma biológica e/ou social.

Figura 8 – Mapa do nome completo de Paulo

PAULO	SÉRGIO	DE	SOUZA	SANTIAGO
Este mapa mostra o que penso em relação a meu nome.				
Um tanto comum. Minha mãe ou meu pai pensou no apóstolo Paulo; ou será que foi minha tia que é minha madrinha?; ou, ainda, opinião dos meus avós? Gosto do meu nome próprio.	O segundo nome próprio sem o Paulo ficaria sem destacar o cantor que fazia muito sucesso na época: Paulo Sérgio. Mais eu confesso que não teria necessidade de meu nome ser igual ao dele, não gosto do Sérgio.	“De” é só pra complicar assinatura por extenso. Hoje não uso “De”, não tem serventia alguma para minha assinatura em documentos, cartório etc...	Sobrenome da parte da minha família materna, não gosto de usá-lo, mesmo respeitando muito os meus familiares.	Este sim, é completo. O nome em que descobri toda fonte de inspiração do meu Ser Artístico. SAN-TIAGO Hoje tenho a felicidade de ter um nome bonito e forte. Paulo Santiago. Então se tivesse que tirar Sérgio de Souza, que só dá volume na escrita, tudo bem. Acontece-nos ocasionalmente de ter que abreviar o nome por causa do espaço para assinar no documento.

Alguns dia já se perguntou o porquê do seu nome? Qual o seu significado? Sabemos que é por motivos familiares. Hoje, temos a possibilidade de trocar de nome, ou até eliminá-lo.

Ser Gay
Homossexualidade

Fonte: Santiago (2005, p. 63).

Diferentemente da maioria das travestis e mulheres e homens trans, para quem o “nome próprio” atribuído em seus registros de nascimento não representa as suas identidades de gênero ou não condiz com as particularidades de cada uma/um, Paulo ressignifica o nome de batismo atribuindo-lhe sentidos socialmente e culturalmente que reverberam a partir da autoafirmação de uma identidade gay em sua autobiografia. O nome é a primeira forma de se apresentar no mundo, de dizer quem somos e como nos relacionamos com a nossa identidade de gênero. Porém, ele desconstrói algumas partes do designador rígido que lhe foi atribuído ao nascer, quando relata não gostar do segundo nome “Sérgio”, ao que tudo indica colocado em homenagem ao cantor capixaba de música “brega” Paulo Sérgio de Macedo, que ficou famoso nos anos de 1960 a 1980.⁶⁴

⁶⁴ Ver: [https://pt.wikipedia.org/wiki/Paulo_S%C3%A9rgio_\(cantor\)](https://pt.wikipedia.org/wiki/Paulo_S%C3%A9rgio_(cantor)). Acesso em 16 nov. 2021.

Sobre o fato dele também não gostar do sobrenome “Souza”, mesmo se justificando que respeitava a família materna, pode ser devido a um acontecimento triste que ocorreu em sua infância. No tópico *Duas das muitas histórias de minha infância* o autor relata que, nesse período, foi à casa de sua avó na busca de uma lata de conserva para ele e sua família almoçarem. Chegando lá, a sua esperança em ter o que comer naquele dia foi bruscamente cortada por seu avô, pois a lata de conserva foi-lhe negada. Então ele voltou muito triste, chorando, e a sua mãe ficou chateada com a situação. Talvez, então, Paulo sentisse algum ressentimento desse ramo da família.

A relação com os seus familiares, segundo ele, não era boa e a maioria de seus parentes não gostava deles (Paulo e seus pais) e os discriminavam porque eram muitos pobres. Ele nos dá outro exemplo de sua triste infância:

[...] colocaram comida em uma bacia para que eu comesse na beira da calçada. Aquilo doeu, mas a fome doía também. Hoje continua doendo quando sei e vejo que a fome predomina no mundo. Fome de pão, fome de orientação, fome de instrução cultural, fome de amor, fome de Deus. (Santiago, 2005, p. 78).

Paulo perdeu a mãe aos sete anos de idade. Foi criado depois disso por avós, tias e madrastras. O seu pai trabalhava viajando, então não teve muito conflitos com ele por ser homossexual. Mas um dia tomou coragem e falou ao seu pai que sentia atração afetivo-sexual por homens.⁶⁵

A vida de Paulo foi, de acordo com a narrativa do livro, cheia de altos e baixos, sofreu muito, escondia-se, por vergonha e medo de se expor em uma sociedade LGBTQIfóbica. Sua maior dor, segundo apresenta em seu texto, foi a perda da mãe, a quem era muito apegado e de quem sentia muitas saudades:

[...] deixou profundas marcas na minha alma. O funeral de minha mãe foi na residência de um parente meu, mas não consigo lembrar quem era. Do que na verdade me lembro foi o motivo

65 Em nenhum momento da obra ele relata qual foi a reação do pai.

que me levou ao cemitério. Vi colocarem o caixão de minha mãe ao lado de um túmulo, onde mais tarde seriam também sepultados mais alguns familiares; irmãos menores e avó. Lembro o maior momento de dor. A separação definitiva de minha mãe. Os homens que trabalhavam no cemitério desceram o caixão e começaram a jogar terra sobre ela com umas pás.

Neste momento, eu tive a certeza de que nunca mais veria minha mãe, sabia também que Deus a levaria para o céu. Lembro que gritei bem alto, e meu coração sentiu uma dor inexplicável, uma dor que somente Deus conhece. Sinto saudade de minha mãe e gosto de lembrar meus entes queridos, pois assim tenho certeza de que eles me guiaram pelo mundo afora. Cultuo a presença de meu pai e principalmente da minha mãe, vivos e presentes em minha vida material e espiritual. Minha mãe não teve chance de me ver crescer, foram apenas sete anos na minha companhia. Sei que ela e meu pai não queriam me ver sofrer.

Tenho certeza que ela me defenderia de todas as maldades que passei, não deixaria que as pessoas me usassem, teria me dado estudo e preparação para enfrentar a vida. Sei que me amaria sem peso e sem medida, do jeito que só as mães sabem amar. (Santiago, 2005, p. 41-42).

Paulo era religioso, católico, acreditava muito em Deus. Havia herdado, de acordo com sua narrativa, esse lado espiritual de sua mãe. Para ele, quando nascemos, trazemos a herança de nossos antepassados para cooperar com nosso crescimento humano e, também, temos que crer em Deus, tê-lo em nossas vidas acima de tudo, além de valorizar o conhecimento do espiritual.

Através da memória de sua infância, ele resgatou algumas lembranças em torno das práticas religiosas de seus pais:

[...] minha mãe era filha de Maria, aos domingos vestia-se de branco, nunca esqueci o véu rendado e a fita vermelha com a medalha de Jesus Cristo, para ir à igreja. Em nosso lar, um lugar especial, um oratório em madeira com imagem de santos protetores de seus filhos, de que ela cuidava, com seu jeito humilde; era sua maior característica.

Lembro que meu pai, carrancudo, voz forte, um homem capaz de resolver tudo de imediato, todo dia, às 12 e às 18 horas, fazia suas preces a Deus. Com o tempo, descobri que frequentava centros espíritas. Um dia ele contou a história de um senhor que

morava na margem do rio Madeira e trabalhava com espíritos; e era muito bom nisso, sendo muito procurado por uma grande parte da população. Eu era muito criança para entender o que meu pai dizia e hoje as lembranças desses fatos são muito vagas. (Santiago, 2005, p. 45).

Desde criança, segundo sua narrativa, ele percebia que era diferente, só não entendia a razão desse sentimento. Inclusive, quando estudava no Instituto Carmela chegou a tomar pílulas para suicidar-se, mas com a ajuda e apoio de seus professores conseguiu entender o “problema” da sua homossexualidade. O fato é que, à medida que o tempo ia passando, ele fazia uma autor-reflexão e analisava a sua identidade de gênero. Na época de sua juventude, era bastante ansioso, pois tinha medo de afirmar a sua homossexualidade, devido aos preconceitos e às opressões que havia sofrido.

Sem discernimento, muitas vezes pensava que estava sendo amado por seus parceiros, mas logo depois descobria que era enganado. Tudo não passava, segundo ele, de uma situação em que esses parceiros buscavam, por meio do sexo, aproximação para usufruir dos seus bens, pois ele era uma pessoa que tinha uma vida estável em termos financeiros. Muitos que dele se aproximaram supostamente como amigos lhe exploraram e lhe enganaram.

Ele foi vítima de muitas turbulências emocionais no momento da explosão da aids entre os anos de 1980 e 2000. Como gay, era observado, apontado, murmurado e rejeitado. Diziam que ele iria morrer da “peste gay”. As crenças aceitas sobre a doença no início dos anos 1980, antes da descoberta do HIV, é que ela era inevitavelmente contagiosa e mortal. Isso se fundiu com a homofobia já existente no país e no mundo, produzindo uma imagem das pessoas gays como doentes e perigosas – culpadas não apenas devido a sua orientação sexual, mas também ligadas à promiscuidade, doença⁶⁶ e anormalidade. No imaginário social, a aids havia

66 A homossexualidade era vista como “opção” sexual e também como doença mental e, por isso, precisaria ser tratada. Mas, com muita luta do Movimento, foi retirada da lista de doenças da Organização Mundial da Saúde (OMS) em 17 de maio de 1990. Nessa data se comemora o Dia Internacional contra a Homofobia. (Silva; Schmidt, 2019).

chegado como castigo divino, para infectar e matar quem estava fora dos padrões da cisheteronormatividade. Segundo o pesquisador e escritor João Silvério Trevisan:

A aids nada criou. Ela exacerbou elementos que as convenções sociomoraís não deixaram aflorar à luz do dia. A violência do vírus da aids tornou-se mais assustadora graças à violência desse outro vírus do obscurantismo, presente em nossos empresários morais – sejam eles representantes das igrejas ou líderes políticos. De fato, o terrorismo instaurado pelos empresários morais difundiu a aids como a peste guei, ao estabelecer metáforas entre a prática homossexual e a doença letal. Daí, bastou um passo para associar a homossexualidade com o mal. (Trevisan, 2018, p. 399-401).

Na década de 1980, com a extinção tanto do grupo Somos quanto do jornal *Lampião da Esquina*, considerados marcos fundadores do movimento LGBTQIA+ no Brasil, vários outros grupos surgiram pelo país como o *Triângulo Rosa* (RJ) e o *Grupo Gay da Bahia* (GGB), que teve papel importante nas primeiras políticas públicas relativas à comunidade LGBTQIA+, realizando campanhas pela despatologização da homossexualidade. É nesse período que o vírus aids (apelidado inicialmente de “peste gay”) chegou ao país, período em que vivíamos a abertura política.

João Trevisan relata que nessa época a imprensa brasileira corroborou com a estigmatização da epidemia relacionando-a aos homossexuais de forma sensacionalista. De acordo com o autor:

Os jornais especulavam sobre o “câncer guei” (por causa do sarcoma de Kaposi) ou simplesmente, “peste guei”, já que a doença vinha atacando sobretudo homossexuais no mundo todo [...] Houve pânico no gueto. (Trevisan, 2018, p. 393-394).

Com a explosão da contaminação pelo vírus, grupos de amigas/os e familiares de vítimas, sensibilizadas/os com a situação de exclusão social e a perda de muitas pessoas próximas no início da epidemia, começaram a organizar e estabelecer as primeiras estratégias de resistência aos estigmas e discriminações contra homossexuais na época. Em Rondônia, um grupo com esse formato

e essa proposta criou o primeiro movimento homossexual do estado, denominado *Camaleão*.⁶⁷

No plano nacional, a partir dos efeitos devastadores da epidemia, segundo Moacir Camargos (2007), remanescentes do desestruturado Movimento Homossexual Brasileiro se mobilizaram. Assim, os grupos de homossexuais não se enfraqueceram, pelo contrário, a luta foi maior ainda.⁶⁸ Nos anos 1990, outros grupos floresceram por todo o país, promovendo encontros, conferências e congressos para discussões de temas sensíveis e diversos, além de mobilizações de rua, processo que continua até os dias atuais. Na cidade de Porto Velho, a epidemia da aids chegou à região quando ninguém sabia direito o que era o vírus, dizia-se apenas que era um câncer que tinha chegado para matar os gays.

Sobre a epidemia da aids nos anos 1980 e início do século XXI em Porto Velho, o militante Marconi Vasconcelos me relatou que:

[...] naquela época, temos que compreender que o contexto era diferente de hoje, as pessoas que viviam e morreram com aids eram estigmatizadas, ninguém podia saber que o outro era soropositivo e/ou vivendo, que as pessoas se afastavam, as portas se fechavam, muitas pessoas eram abandonadas pela família. Então, nesse sentido, o movimento LGBT trabalhava muito na conscientização e prevenção. (Vasconcelos, 2020).

Paulo acabou criando e institucionalizando a ONG *Projeto Vidas LGBT*, que tinha como uma de suas pautas a prevenção das ISTs/HIV/aids. Ele se tornou um personagem central do ativismo social em Rondônia. Foi organizador da primeira Parada Gay do estado e realizou trabalhos voluntários para a comunidade em geral. Foi igualmente monitor no presídio feminino e, também, trabalhou no cuidado da saúde de travestis e transexuais da capital. Examinaremos com mais atenção esses temas nos próximos subitens.

67 Sobre a epidemia do HIV/aids em Rondônia, irei contextualizá-la melhor na seção dedicada às/aos colaboradoras/es, pois o tema aparece na narrativa do militante Kary Falcão.

68 Conforme James Green (2018), alguns homossexuais fugiram da militância e do gueto com receio de serem infectados pela aids.

Figura 9 – Fotografia de Paulo Santiago com seu livro *Ser Gay: homossexualidade*



Fonte: *Blog Isso é Tudo* (2011).⁶⁹

Paulo, com a sua impulsividade e determinação, fé, gana, estudo e trabalho, atuando em um campo de possibilidades marcado pela reorganização do movimento LGBTQIA+ em nível nacional, voltado, sobretudo, ao combate à pandemia da aids, conseguiu se opor à homofobia e superar outras barreiras que pareciam intransponíveis. Ele diz:

Devemos assumir nossa identidade, mesmo sendo criticados, censurados e muitas vezes naufragados. Lutemos por nosso espaço na sociedade, haveremos de encontrar muitos obstáculos pela frente, mas tenhamos coragem e lutemos. (Santiago, 2005, p. 83).

A luta contínua contra a LGBTQIA+fobia e as conquistas históricas do movimento LGBTQIA+ colaboram para que possamos ocupar determinados espaços que antes nós não conseguíamos adentrar, por meio de políticas públicas que nos garantam

⁶⁹ Disponível em: <http://issoetudobypamella.blogspot.com/2011/09/e-acabou-o-carnagay.html>. Acesso em: 16 nov. 2021.

o direito à cidadania, contribuindo para a construção de um país democrático, em que nenhum indivíduo possa ser discriminado e violentado devido a sua orientação sexual e identidade de gênero.

Entrevistado por algumas pessoas LGBTQs, foi perguntado a Paulo se o fato dele ser gay influenciou em sua carreira artística, ao que respondeu positivamente, mas disse também que era complicado ser gay e artista, pois a maioria das pessoas não dava credibilidade artística a ele, devido a sua orientação sexual. Porém, ele desafiou o sistema cisheteronormativo no estado, e iniciou sua carreira como escritor, sendo um dos poucos autores regionais LGBTQIA+. Em 1996, Paulo publicou a sua primeira obra literária intitulada *A Razão do Limite*; em 1997, publicou *Hipnose*; e, em 1999, publicou *Sr. Caju*⁷⁰.

Em meados de 1997, começou a desfrutar de um sonho e aptidão de infância: desenvolveu trabalhos no campo das Artes Plásticas, realizando várias exposições e viajando para outros estados brasileiros. Em 2003, foi contemplado pelo seu talento no X SART (Salão de Artes Plásticas do Estado de Rondônia)⁷¹ na categoria Bidimensional, em 3º lugar, com a obra “o Buraco Negro”.

⁷⁰ São obras que contém poesias, frases e pensamentos. SANTIAGO, Paulo. *A razão do limite*. Porto Velho: Gráfica Bloco, 1996; *Hipnose*. Porto Velho: Gráfica Bloco, 1997; *Senhor Caju*. Porto Velho: abg. Gráfica, 1999.

⁷¹ Implantado em 1992, o Salão de Artes Plásticas de Rondônia é referência para artistas plásticos de todo o Brasil, realizado no espaço Casa da Cultura Ivan Marrocos, localizado no Centro da capital. Conforme o artista plástico Ariel Argobe, o Salão é “Voltado para a produção mais representativa das linguagens contemporâneas em artes visuais, cujos trabalhos sinalizam na direção da pesquisa, da experiência, da reflexão e da busca de novos conceitos no exercício do pensamento plástico rondoniense. Em suas primeiras edições [...] o SART enfrentou a reação furiosa e desdenhadora do público e dos artistas locais, acostumados com a ditatorial arte em moldes acadêmicos que aqui reinou por longas décadas, fazendo-se representar por obras concebidas, quase sempre, na técnica tinta óleo [...] Como divisor de águas, o Salão acomoda na gaveta da incipiente história das artes visuais de Rondônia, reconhecendo suas contribuições e seus valores estético-históricos, nomes abarcados pelos conceitos e atitudes acadêmicas. Artistas pioneiros, consagrados e reconhecidos pelo público local, como nossos grandes e primeiros mestres de um estilo clássico tardio. O SART abre a cortina da estética do presente, do mundo contemporâneo, do agora. Ao público apresenta artistas comprometidos com a construção de novos olhares, cuja atitude plástica do objeto traduz o pensamento incentivador da pesquisa, da busca de comportamentos visuais inovadores que possibilitem a ruptura com a tradição”. Disponível em: <https://www.gentedeopiniao.com.br/opiniao/artigo-o-salao-de-artes-plasticas-de-rondonia>. Acesso em: 16 out. 2021.

A referida obra tem muita relação com sua vida, pois há muitos anos ele sofria com um grande pesadelo: sempre que tentava dormir, via-se caindo em um buraco profundo, de forma irregular e de dimensão gigantesca, o que lhe gerava terror e medo. Santiago relata que, depois de mais de quarenta anos, o pesadelo voltou a lhe perseguir. Porém, ele transformou o *buraco negro* em arte e foi premiado no X SART.

Figura 10 – Pintura de Paulo Santiago - O Buraco Negro/Técnica óleo sobre lona



Fonte: Santiago (2005, p. 74).

Para ele, a imagem representava:

Um estrondo de cores e magias, o contato direito com os mistérios ocultos, a magia de encontrar a plena felicidade, através de pincéis e tintas, ultrapassando o limite sem pensar no amanhã. Buscando a imaginação dentro do que faz, indo além dos extremos, penetrando entre inspiração, lona e mão. Nas entranhas dos pontos, está a verdadeira essência que o olho nu não vê, somente com respeito e admiração saberás o valor exato da energia. (Santiago, 2005, p. 74).

Em 2004, no XI Salão de Artes Plásticas do Estado de Rondônia, Paulo foi premiado em primeiro lugar, na categoria bidimensional, com a obra intitulada *Século XXI*.

Figura 11 – Pintura de Paulo Santiago - Século XXI/Técnica carvão vegetal



Fonte: Santiago (2005, p. 75).

Esses salões foram importantes na trajetória de Paulo como artista visual, que antes andava às margens do seleto sistema artístico do estado, possibilitando-lhe estabelecer um diálogo entre suas próprias experiências, sonhos e memórias, e transformá-las em arte, ganhando então visibilidade no cenário cultural da região.

Paulo Santiago e o Projeto Vidas LGBT

O *Projeto Vidas* foi um dos primeiros trabalhos de ação social para pessoas LGBT em Rondônia. Surgiu quase que em paralelo ao extinto grupo Tucuxi - deste falarei mais adiante. O Projeto nasceu com a chegada em Porto Velho de uma mulher trans paraense, Renata Evans⁷², recém-vinda da Europa, e de um homem cisgênero gay paraibano, Marconi Vasconcelos, que antes estava no Rio de Janeiro, nos anos 2000.

⁷² Falarei a respeito dela na próxima seção.

Foi em uma festa na casa da Renata Evans em Porto Velho que, por meio de conversas com Marconi Vasconcelos, surgiu a ideia de criar uma associação LGBTQIA+, em 2002. De acordo com Marconi, nesse cenário surge Paulo, militante, que era muito ativo na questão de empoderamento homossexual, e, deste modo, interessou-se pela proposta de participar da associação. Assim, juntamente com outros militantes, criaram a *Associação Projeto Vidas LGBT*, cujo primeiro presidente foi justamente Paulo (Vasconcelos, 2020).

A associação trazia um tom politizado em torno dos questionamentos às sexualidades dissidentes, sobretudo no que tange às desigualdades sociais e preconceitos vigentes no estado. Marconi diz que esses militantes “entravam no campo de batalha contra as diversas formas de opressão”. Foi nesse contexto que Paulo encontrou uma maneira mais sistemática de ajudar aquelas/es que estavam à margem da sociedade. Ele acreditava em uma transformação da sociedade e que, para podermos viver nela de forma justa e igualitária, precisaríamos mudá-la. Em suas palavras:

Esta mudança deve começar lá em cima; não me refiro ao céu, refiro-me aos homens que estão com o poder e a chance nas mãos para uma mudança total para a melhoria social. Senhores! O povo quer condições ideais para viver com dignidade. (Santiago, 2005, p. 47).

Tal movimento também precisaria, segundo ele, de agentes transformadores que protagonizassem as ações para que houvesse essa mudança. Nesse sentido, em Porto Velho, no dia 3 de abril de 2003, foi criada oficialmente a *Associação Projeto Vida*, instituição sem fins lucrativos, que congregava gays, lésbicas, travestis, transgêneros e transexuais de Rondônia. Paulo, como representante legal, participou de vários congressos e encontros nacionais. Entre eles, da Campanha Travestis e Respeito, evento que mobilizou o país, com representantes de ONGs LGBTQIA+ de todo o Brasil, conforme Marconi.

Figura 12 – Fotografia de Renata Evans e Marconi Vasconcelos



Fonte: Página da Renata Evans no Facebook.⁷³

⁷³ Disponível em: <https://www.facebook.com/renata.evans.7/photos>. Acesso em 16 nov. 2021.

Figura 13 – Banner *Projeto Vida* LGBT



Fonte: Página da Renata Evans no Facebook.⁷⁴

Ainda de acordo com Marconi, as primeiras reuniões do grupo foram realizadas na casa dele, situada na zona sul da capital. Nessas reuniões, além das discussões em torno das pautas específicas LGBTs, aconteciam atrações culturais, shows de transformistas, dentre outras atividades, que, por fim, começaram a atrair atenção da comunidade LGBTQIA+ dos bairros próximos, bem como da zona leste. Ele ainda me relatou que a ONG trabalhava no acolhimento das diferenças dentro do *Projeto Vidas*: “Abraçavam a travesti, a bixa louca, a que estava em situação de rua, abraçavam a negra, que era vítima de racismo, abraçava todos e todas, sem fazer acepção de pessoas.” (Vasconcelos, 2020).

⁷⁴ Disponível em: <https://www.facebook.com/renata.evans.7/photos>. Acesso em 16 nov. 2021.

Em 2003 realizaram a primeira Parada gay de Rondônia, idealizada por Renata Evans, com apoio de partidos políticos de esquerda, como o Partido dos Trabalhadores (PT), e de outras instituições, como a ONG *Tucuxi*. O evento iniciou na frente do Clube Ferroviário, localizado em uma das avenidas mais importantes de Porto Velho, a Av. Sete de setembro, no centro próximo à Estrada de Ferro Madeira-Mamoré.

Figura 14 – Fotografia da I Parada do Orgulho Gay em Rondônia 1 (2003)



Fonte: Vasconcelos (2020).⁷⁵

Marconi comentou que o grupo ficou receoso de não aparecer ninguém, devido ao fato de ter sido a primeira Parada Gay do estado. Segundo ele, as horas foram passando e havia poucas pessoas na avenida. Porém, não demorou muito para que uma grande leva de pessoas surgisse ali, o trio elétrico começou a tocar a música “I Will Survive” interpretada por Gloria Gaynor⁷⁶ e o povo foi

⁷⁵ Imagem enviada pelo Marconi durante a entrevista no dia 15 de junho de 2020.

⁷⁶ Gloria Fowles, conhecida pelo seu nome artístico, Gloria Gaynor, é uma cantora estadunidense, se tornou famosa por seus grandes sucessos da Era Disco da década de

à loucura. Disse-me ele que: “Fizemos a Parada Gay mais escandalosa e politizada que Rondônia já viu” (Vasconcelos, 2020). Nos três anos seguintes (2003, 2004, 2005), sob a presidência de Paulo Santiago, o grupo continuou organizando a Parada no estado.

Figura 15 – Fotografia da I Parada do Orgulho Gay em Rondônia 2 (2003)



Fonte: Vasconcelos (2020).⁷⁷

1970, principalmente, “I Will Survive” de 1978 que empoderou as mulheres que lutavam por igualdade nos Estados Unidos. É considerado um dos maiores hinos gays do mundo. (Soares; Pereira, 2020). Para saber mais sobre outras músicas de empoderamento e sensibilização da luta LGBTQI+, ver: Soares e Pereira (2020).

⁷⁷ Imagem enviada pelo Marconi durante a entrevista no dia 15 de junho de 2020.

Figura 16 – Boletim Informativo do *Projeto Vida LGBT* (2003)



Fonte: Evans (2020).⁷⁸

De acordo com Marconi, na Parada Gay de 2004, aconteceu o primeiro e famoso beijo gay. Essa notícia se espalhou pela cidade inteira: a de que um casal de homossexuais dera um beijo em cima do trio elétrico da Parada, causando alvoroço nas famílias cisheteronormativas de Porto Velho. Paulo tentou fazer uma foto desse beijo gay, o que causou polêmica no meio LGBTQIA+, pois alguns não concordaram com a atitude dele, achando-a invasiva, conforme o entrevistado (Vasconcelos, 2020).

Paulo Santiago, em sua obra, denunciou essa onda de violência não só contra LGBTQIA+, mas também contra as mulheres, crianças, adolescentes e pessoas vivendo em situação de rua no estado. Nesse sentido, ele idealizava ações sociais por meio do *Projeto Vidas*:

⁷⁸ Imagem enviada por Renata Evans durante a entrevista no dia 13 de junho de 2020.

Temos vários projetos para o futuro: o primeiro é conseguir o nosso próprio espaço físico, mas há projetos para a profissionalização, valorização e geração de renda, acompanhamento e tratamento das pessoas e famílias nos casos de DST e Aids da comunidade homossexual. (Santiago, 2005, p. 18).

Ele não tinha muita experiência com ativismo LGBTQIA+, o que levou a certos erros que ocasionaram alguns conflitos internos no grupo, como, por exemplo, no que se refere à prestação de contas da ONG, mas que serviram de aprendizagem e experiência para as/os integrantes. Ele dizia que não se arrependeu de ter sido escolhido e de ter aceitado ser presidente da instituição, e, sobre isso, ressalta:

Por tudo que já passei e irei passar certamente crescerei como ser humano e cidadão. Minhas palavras e ações são as ferramentas para o meu objetivo maior. Tenho certeza que irei vencer por merecimento próprio e este é o meu incentivo a você que me escuta através desta leitura. A força interior tem que ser maior do que o prazer supérfluo e passageiro. (Santiago, 2005, p. 23).

Aconteceram alguns problemas e dificuldades no início do seu mandato, alguns conflitos internos na instituição, mas ele tinha muita vontade de ajudar o outro, e, igualmente, de trabalhar democraticamente em prol dos direitos LGBTQIA+. Em sua concepção, o respeito tinha que ser o carro abre-alas, como nas escolas de samba; tinha que ter prioridade nas relações humanas, pois não podemos fazer discriminações de raça, gênero, sexualidade e religiosidade.

Uma despedida com desculpas

Figura 17– Paulo Santiago na contracapa do livro *Ser Gay: homossexualidade*



Fonte: Santiago (2005).

Eu não posso afirmar, mas suponho que, ao escrever a sua última obra, Paulo poderia estar recebendo algumas ameaças, pois em tom de “despedida” ele disse:

Peço perdão a todos que magoei de alguma forma e lhes ofereço o resultado do meu trabalho, que saiu do fundo da alma. Com a certeza de que os erros me lapidaram, creio que a humildade e o respeito são ponto de entrada e saída do homem diante de tudo que faz e almeja.

Agora neste momento não penso em mais nada, revivo, extasiado um momento vivido há quase quarenta anos, na companhia de

meu pai e meus irmãos menores. Porém, a mesma pergunta me persegue: “O que a profundidade das águas nos reserva?” (Santiago, 2005, p. 38).

Em 22 de abril de 2006 aconteceu um dos delitos LGBTQIA+fóbicos que mais assombrou a região, quando Paulo foi assassinado aos 46 anos de idade na zona sul da cidade. Conforme os ativistas do Projeto Vidas e a mídia online, os assassinos entraram em sua casa e o mataram de forma covarde e brutal pelas costas, eles não levaram nada, não houve roubo.⁷⁹

Figura 18 – Fotografia da IV Parada do Orgulho Gay em Rondônia (2006)



Fonte: Rondônia Agora (2006).⁸⁰

⁷⁹ Ver: <https://imirante.com/brasil/noticias/2006/04/25/presidente-de-ong-de-apoio-a-gays-e-transgeneros-e-morto-em-ro.shtml>. Acesso em: 12 nov. 2021; <https://rondoniao vivo.com/policia/noticia/2007/04/23/artista-e-escriptor-paulo-santiago-e-morto-com-um-tiro-e-taxista-e-suspeito.html>. Acesso em: 12 nov. 2021.

⁸⁰ Disponível em: <https://www.rondoniagora.com/geral/confira-imagens-da-parada-gay-em-porto-velho>. Acesso em: 12 nov. 2021.

De acordo com Kary Falcão (2010), o crime poderia estar relacionado com a posição política dele, mas havia muitas outras especulações sobre a situação, inclusive a forte possibilidade de homofobia. Esse foi o primeiro assassinato de liderança LGBTQIA+ em Rondônia, ao menos dos que se tem notícia. De acordo com Marconi Vasconcelos, por pressão da comunidade LGBTQIA+ no estado, os dois assassinos foram presos, e o *Projeto Vidas* ficou desativado.

Paulo nos deixou a seguinte mensagem:

Você, que agora me escuta, procure construir sua felicidade, seja qual for a sua orientação sexual; desfrute do que de bom a vida lhe oferece, faça bons planos para o futuro, conserve boas amizades, converse sempre com alguém de sua confiança; busque dentro de você o amor puro e verdadeiro e, se tiver que falar ou fazer algo em que acredita, faça, não se reprima; e não esqueça que amor e carinho transformam o mundo e a melhor coisa na vida é viver intensamente feliz. (Santiago, 2005, p. 39).

Paulo Santiago quebrou barreiras, *bateu de frente* contra o sistema vigente. Também não aceitou as limitações impostas pelos valores dominantes de uma sociedade cisheteronormativa, lançando-se ao mundo real além das muralhas do socialmente aceito e tolerado.

Foi um personagem atravessado por diversos eixos de opressão que perpassam as existências das pessoas não conformes com a cisheteronormatividade, estigmatizado por ser homossexual nos anos de 1980 e vítima da LGBTQIfobia cotidiana durante a sua trajetória. Ao longo da vida, foram-lhe impostas aflições, perdas, exclusões, medos e injúrias, mas ele pôde ver que, apesar disso, não deveria ceder às opressões do sistema, dessa maneira permaneceu por muito tempo de pé e mais forte. Sua autobiografia não é rebelde pela forma, mas rebelada em seu conteúdo. Ele se tornou uma figura emblemática para o ativismo LGBTQIA+ rondoniense. Portanto, não há como falar de memória e história do Movimento no estado sem citá-lo, pois ele abriu caminhos, desobedeceu a cisheteronormatividade com a sua androginia e rebeldia. Ajudava

tanto a comunidade LGBTQIA+ quanto a população em geral, pedia que todos e todas se dedicassem aos estudos, para trilharmos o nosso caminho em busca de independência e respeito. É importante resguardar a sua história e memória para que essas não sejam silenciadas ou esquecidas. Um corpo transgressor!

Núbia Lafayette: “a pérola negra de Rondônia”

Núbia Lafayette era uma mulher trans, negra ou preta, acreana e militante do movimento LGBTQIA+ em Rondônia. Morou no Acre com sua família na década de 1960. Era considerada por sua mãe como uma criança “diferente” porque gostava de brincar com brinquedos considerados de “meninas”.⁸¹ Usava, também, as roupas de sua mãe, às escondidas, e ficava se admirando na frente do espelho. Sempre teve o carinho de sua mãe, mas era rejeitada pelos irmãos e irmãs; não temos informações a respeito do pai dela. Com 14 anos de idade veio o primeiro grande golpe em sua vida: o falecimento de sua amada mãe. Uma grande frustração. Em seguida, acabou sendo expulsa de sua casa por seus irmãos, encontrando apoio em uma igreja onde recebeu abrigo e alimento por trabalhos domésticos. Núbia, por muitas vezes, era agredida verbalmente e foi até espancada em plena praça pública por estar fora do padrão cisheteronormativo, vítima do que atualmente denominamos de transfobia.

Por volta da década de 1980, mudou-se para Porto Velho, onde foi convidada por uma amiga do seu estado para trabalhar como cozinheira em um hotel. Depois, tentou ainda ser cabeleireira, mas sofreu discriminações interseccionais por ser negra, pela sua sexualidade, identidade de gênero e por ser de classe baixa (Silva, 2010). Núbia conheceu a possibilidade de “enriquecer” com a prostituição, logo, largou o emprego convencional acreditando que tudo daria certo em sua vida.

81 Cf. Tucuxi Núcleo de Promoção da Livre Orientação Sexual. *Cartilha/Projeto Básico*. Porto Velho, RO, 2008. É importante ressaltar que a maioria das informações trazidas nesta parte é fruto da minha Monografia de Bacharelado, colhida na extinta ONG *Tucuxi* e por meio de alguns relatos das/dos militantes do movimento LGBTQIA+ que tiveram contato com a Núbia.

Havia poucas oportunidades para ela, levando-a a dedicar-se exclusivamente à prostituição, pois, como bem sabemos, o mercado sempre excluiu e estigmatizou pessoas trans, e não seria diferente com ela naquela época. Para a pesquisadora e assistente social Maria Zanela:

A prostituição, há muito tempo, tem se tornado uma possibilidade de escolha para mulheres e travestis, não no seu sentido absoluto, ainda que algumas o façam, mas uma escolha relativa dentre trabalhos precários, compreendendo que esta escolha é influenciada por limites históricos e sociais [...]. (Zanela, 2019, p. 44, grifos nossos).

Vale ressaltar que, desde o início da década de 1970, nas calçadas do Rio de Janeiro e São Paulo, e provavelmente em outras grandes cidades do Brasil, era visível o aumento da prostituição de travestis e michês⁸², conforme James Green (2000):

Isso era um reflexo da crescente comercialização e mercantilização do sexo na sociedade brasileira. A prosperidade econômica da classe média concedia a um número maior de pessoas a oportunidade de pagar por sexo. Ao mesmo tempo, a pobreza cada vez maior das classes mais baixas — no geral, excluídas dos benefícios advindos do milagre econômico — forçava seus membros a se prostituir para obter uma fonte de renda. Além disso, a dificuldade enfrentada por um homem efeminado para conseguir emprego algumas vezes o conduzia a essa profissão. (Green, 2000, p. 403, grifos nossos).

Nesse sentido, são vários fatores que corroboram no processo de vulnerabilidade social, para que pessoas fora dos padrões cisheteronormativos não consigam empregos formais no mercado de trabalho. Estima-se que 90% das travestis e mulheres transexuais no Brasil continuam, em sua maioria, trabalhando como profissionais do sexo, ou seja, tem a prostituição como fonte de renda e única possibilidade de subsistência, muito em função da deficiência na qualificação profissional causada pela exclusão social, familiar e escolar. Os dados da *Associação Nacional de Travestis e Transexuais* (ANTRA) mostram que, em média, travestis e mulheres transexuais são expulsas de casa pela família

82 Em referência ao prostituto masculino com características marcadamente viris.

na adolescência, como exemplificam os casos de Núbia e de Sandra, e de tantas outras.⁸³

Núbia viajou ao exterior pela primeira vez nos anos de 1990, e foi uma das primeiras trans de Rondônia a ir para a Europa trabalhar com a prostituição. Com o aumento do trabalho sexual, James Green (2000) relata que, desde os fins dos anos de 1970, as travestis já migravam⁸⁴ para a Europa; inicialmente foram para a Espanha e à França, e depois para a Itália, com o intuito de (sobre) viver uma vida “tranquila” e tornar-se independente financeiramente. Muitas delas foram trabalhar como artistas nos luxuosos espetáculos produzidos nas tradicionais casas noturnas de Paris, de Barcelona e de Berlim, por exemplo, Valéria e Rogéria, consagradas travestis brasileiras. (Guimarães, 2015).

O fluxo migratório, segundo Larissa Pelúcio (2005), acentuou-se nos anos de 1980, e na década de 1990 a Itália se consagrou como o destino preferencial das travestis. Porém, na década de 1980, com o advento da epidemia da aids, de acordo com João Trevisan (2018), houve uma verdadeira devastação entre as travestis. Se essas já eram excluídas do sistema, com a estigmatização e a associação delas à epidemia no país, a saída era migrar para a Europa. Mas o autor ressalta:

[...] mudara apenas o pano de fundo, já que as travestis brasileiras na França *continuaram fundamentalmente vivendo à margem e sujeitas a outros tipos de extorsão*, numa espiral de violência que provocou *assassinatos* [...] em Paris, pagavam um dinheirão pelo “ponto” na praça, além da taxa de proteção cobrada pela polícia, aluguéis altíssimos e pequenas fortunas para obter documentação falsificada. Com as dificuldades impostas pela França, as travestis brasileiras se espalharam por Alemanha, Portugal, Suíça e Itália, sobretudo. (Trevisan, 2018, p. 387-388, grifos nossos).

Núbia conseguiu dinheiro na Europa e comprou uma casa em Porto Velho. Retornou a capital disposta a se estabelecer, mas

83 Disponível em: <https://antrabrazil.files.wordpress.com/2020/04/dica-profissionais-do-sexo-covid19-antra.pdf>. Acesso em 11 nov. 2021.

84 Alguns trabalhos sobre migração de travestis e mulheres transexuais para a Europa: Câmara (2008); Do Bonsucesso (2011) e Pelúcio (2001).

teve sua casa invadida e perdeu tudo. A partir daí entrou em conflito identitário, submergiu em uma profunda depressão e quase desistiu da vida. Encontrou esperança em promessas religiosas de um determinado membro de uma igreja que lhe garantiu “cura” e uma vida “digna”. De acordo com Trevisan, a prática obsessiva de religiosos fundamentalistas com a “cura” de homossexuais é de longa data, nascida nos Estados Unidos. Sobre isso, ele afirma que:

[...] um dos métodos consistia no exorcismo ritual, partindo da convicção de que uma pessoa LGBT estaria possuída pelo demônio. Também no Brasil vieram se multiplicando os centros religiosos para tratamento de reversão homossexual. [...] a obsessão pela “cura gay” continuou prioritária para a bancada evangélica [...] em 2016 voltou a ser apresentado na Câmara Federal um projeto de lei para permitir que psicólogos pudessem “tratar” homossexuais sem serem punidos pela regulamentação do CFP. Tratava-se do PL 4931/16 [...]. (Trevisan, 2018, p. 452-453).

Segundo Kary Falcão (2020), Núbia apareceu em muitos livros e jornais como o “homossexual que foi curado”.⁸⁵ Retirou suas próteses mamárias, a pedido da igreja, e estava decidida a seguir a orientação do pastor. Em determinado período, depois de muito utilizarem sua imagem no anúncio da “cura gay”⁸⁶, passou a sofrer certa rejeição por parte dos componentes da igreja, que ficou maior quando se recusou a entregar sua residência a eles, a qual serviria para construção de uma Igreja (Silva, 2010).

Núbia sabia dos seus direitos, buscou informações e, devido aos seus relatos nos encontros das ONGs LGBTs da capital, foi instruída e acolhida pelas/os ativistas. A partir daí compreendeu que não havia “cura” para o que não era (e não é) doença. Ressalte-se que o Conselho Federal de Psicologia deixou de considerar a homossexualidade, “opção” sexual, e como doença em 1985. Uma

85 Devido à pandemia da Covid-19 não consegui ter acesso ao material.

86 Conforme Alexandre Oviedo Gonçalves, “a alcunha *cura gay* diz respeito à controvérsia veiculada publicamente em diferentes instâncias e mídias acerca da possibilidade ou não de reorientação sexual. Refere-se, portanto, ao debate público incitado inicialmente por atores sociais ditos religiosos sobre a possibilidade de reorientação da homossexualidade em direção à heterossexualidade por meio de programas psicoterapêuticos e conversão religiosa” (Gonçalves, 2019, p. 175).

das conquistas importantes da luta do movimento LGBTQIA+ foi que o Supremo Tribunal Federal (STF) suspendeu em 2019 a decisão que permitia a “cura gay”. Assim, a resolução do CFP n. 01/99 se mantém na íntegra e eficaz: não cabe aos profissionais de Psicologia no Brasil o oferecimento de qualquer tipo de prática de reversão sexual. (Silva; Schmidt, 2019).

Além disso, em junho de 2018, a Organização Mundial da Saúde (OMS) retirou da 11ª versão da Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas de Saúde (CID) a transexualidade como transtorno mental. Antes, as formas de vida trans eram classificadas como uma patologia mental e traduzidas no diagnóstico F64.0 – transexualismo, dentre outros códigos similares. O nome do código também se alterou e não é mais utilizado o termo “transexualismo”, posto que agora é possível classificá-la como Incongruência de Gênero. Nesse sentido, pela nova edição da CID 11, a transexualidade saiu, após 28 anos, da categoria de transtornos mentais para integrar a de “condições relacionadas à saúde sexual”.⁸⁷

Antes mesmo da decisão da OMS, o Conselho Federal de Psicologia (CFP) já havia publicado a Resolução CFP nº01/2018, que orienta a atuação profissional de psicólogas e psicólogos no Brasil para que travestilidades e transexualidades não sejam consideradas patologias. Apesar desses avanços, as pessoas LGBTQIA+ ainda são diariamente alvos de violências e crimes de ódio no país. (Prado, 2018; Trevisan, 2018; Silva; Schmidt, 2019).

Continuando, Núbia passou a frequentar eventos LGBTQIA+ na cidade, engajando-se nas lutas contra a LGBTQIA+fobia, tornando-se assim uma militante na luta pela cidadania de pessoas dissidentes na época. A seguir, algumas imagens de Núbia Lafayette:

⁸⁷ Para saber mais, ver: <https://site.cfp.org.br/transexualidade-nao-e-transtorno-mental-oficializa-oms/>. Acesso em: 11 nov. 2021.

Figura 19 – Fotografia de Núbia Lafayette (trajando roupa preta) no evento LGBTQIA+ em Porto Velho 1 (2011)



Fonte: Página do Grupo Gay de Rondônia no Facebook.⁸⁸

Figura 20– Fotografia de Núbia Lafayette e Diana Cox no evento LGBTQIA+ 2 (2011)



Fonte: Página do Grupo Gay de Rondônia no Facebook.

⁸⁸ Disponível em: <https://www.facebook.com/grupogayderondonia/photos>. Acesso em: 10 nov. 2021.

Infelizmente, Núbia faleceu de câncer em 2012. Temos poucas informações e documentos sobre a sua trajetória de vida, principalmente relacionadas à sua escolaridade e luta contra o câncer. A ONG *Tucuxi* prestou uma homenagem a ela, dando seu nome a um núcleo que tinha por finalidade combater a homofobia, o qual passou a ser chamado de “Centro de Referência Núbia Lafayette”.⁸⁹ Ela é o retrato vivo de muitas travestis e mulheres transexuais, seguidamente patologizadas, espancadas, discriminadas e privadas de seus direitos básicos. Segundo Falcão (2020), Núbia frequentou a maioria dos eventos organizados pela já citada ONG e outras instituições. Ela adorava dançar a música *Ilê Pérola Negra*, da cantora Daniela Mercury, todas as vezes que tinha algum evento cultural LGBTQIA+.

Travestis e transexuais sempre estiveram no alvo preferencial dos preconceitos e das discriminações existentes no Brasil contra a população LGBTQIA+. Isso ocorre porque este grupo ostenta uma identidade de gênero diversa daquela imposta pela cissheteronormatividade. A trajetória de Núbia como mulher trans negra ou preta foi marcada por transfobia – por meio da discriminação e violência física, verbal e psicológica, tanto no seio familiar quanto nos espaços públicos.

Entre os aspectos interseccionais, a raça, a geração e o gênero aparecem como marcadores da diferença para compreendermos um pouco de sua trajetória, revelando-nos que as opressões que ela sofreu ainda são presentes na vida de pessoas trans no Brasil, principalmente de travestis e mulheres trans negras ou pretas, que vivenciam múltiplas marginalizações, por meio do racismo e transfobia, opressão que atravessa corpos “que escapam às normas da cisgeneridade” (Oliveira, 2018, p. 69), ou seja, vivemos em “cruzamento de discriminações” (Crenshaw, 1991) com base na raça, sendo negras ou pretas, e na identidade de gênero, sendo trans. As intersecções entre racismo e transfobia, originadas de estruturas conservadoras e cisheteropatriarcalistas, conspiraram para

⁸⁹ Por meio desse Centro, a comunidade LGBTQI+ do estado passou a obter ajuda jurídica e psicossocial. Tucuxi Núcleo de Promoção da Livre Orientação Sexual. Projeto Básico. Porto Velho, RO, 2008, p. 2.

que Núbia fosse privada de emprego formal, habitação e outras necessidades básicas. Para a historiadora Giovanna Heliodoro:

A vivência de trans e travestis pretas é diferente das trans e travestis brancas. Quando olham pra gente, dizem que não basta ser preta, tem ainda que ser trans. E esse processo de estar nos lugares e ocupá-los incomoda muito. Ser LGBTQIA+ preta incomoda. É importante fazer um recorte pra gente lembrar de raça, classe e gênero. Falar de transfeminicídio é falar sobre o extermínio da população negra e, quando vamos pesquisar sobre esses assassinatos, percebemos que eles são mais complexos ainda [...] Isso mostra como as pessoas querem desumanizar e exterminar a gente. (Heliodoro, 2020, p. 3).

As opressões se somam e aparecem em diversas formas de violência legitimando o apagamento e o silenciamento de nossas existências. Enfim, ao relatar e problematizar os efeitos microbiográfico de Núbia Lafayette, “a Pérola Negra de Rondônia”, damos um novo lugar de enunciação aos corpos dissidentes, que ganham espaço e se solidificam a partir do compartilhamento de memórias, de retalhos de vivências, marcadas por opressões físicas, psicológicas e simbólicas, mas também por lutas, resistências e (re) invenções de si.

Negligenciar a sua história é apagar a sua existência, é ratificar com a marginalização de sujeitas/os transgressoras/es na historiografia. E, corroborando com Megg Rayara, espero que outras histórias, vivências e experiências de personagens trans “possam ser resgatadas e ter suas identidades de gênero e seus pertencimentos raciais devidamente respeitados, informando inclusive, que as fronteiras entre os gêneros não são e nunca foram fixas” (Oliveira, 2018, p. 86). Esta microbiografia pretende ser uma contribuição nesse sentido.

Mica: a mamis/madrinha das travestis e de mulheres trans rondonienses

A partir da década de 1980 é que surgem publicamente no cenário rondoniense as primeiras travestis e transexuais, a exem-

plo da professora Sandra e da militante Núbia Lafayette, já citadas anteriormente. Por meio de espetáculos de transformismo (existente até os dias atuais)⁹⁰, juntamente com a comunidade gay da capital, mulheres travestis e transexuais se apresentavam em lugares públicos e privados frequentados à época por GLS (Gays, Lésbicas e Simpatizantes)⁹¹ que se reuniam para prestigiá-las. Foi nesta época que apareceram os primeiros espaços de sociabilidade homossexual, como bares gays. De acordo com Vitor Hugo (2003), as boates e casas de festas direcionadas para o público LGBTQIA+ ainda eram limitadas naquele contexto. Existia uma casa de festa próxima ao Bairro da Balsa conhecida como “Shoc-Shoc” onde havia shows, festas e desfiles gays; e o Bar do Claudinho, famoso pelas suas comidas típicas.

Nessa época, chegavam ao estado as primeiras formas de se hormonizar e o uso do silicone líquido industrial. Conforme a ativista Keila Simpson:

Foi em Paris nos anos 80 que as travestis brasileiras tiveram conhecimento de duas substâncias que se tornariam, anos depois, muito problemáticas para sua saúde. São elas: o silicone líquido industrial e a utilização indiscriminada de hormônios. No Brasil, as travestis e transexuais iniciaram a utilização dessas substâncias para se parecerem com as trans das décadas de 70/80 de Paris. Foi aqui no Brasil que elas iniciaram a utilização de silicone industrial, um produto desaconselhável para humanos. As travestis encontraram nesta substância uma forma de construir formas femininas mais rápido que os hormônios. (Simpson, 2015, p. 9).

Nesse sentido, a travestilidade se forma instituindo forte ligação com a estética da corporalidade, desde a “montação” para as festividades carnavalescas e seus bailes nas décadas de 1950/1960, e do uso sem prescrições médicas de anticoncepcionais para tornarem seus corpos mais “femininas”, devido à aparente simplicidade do medicamento, à facilidade de uso e ao preço acessível; até

90 Algumas autoras/es que abordam o transformismo no Brasil: Trevisan (2018); Bortolozzi (2015); Bragança (2018) e Juliana Frota (2009).

91 Sobre a história das siglas, ver: Facchini (2002).

a ocupação das ruas na década de 1970, período em que as travestis, condicionadas às especificidades da prostituição de rua, interviram cirurgicamente em seus corpos, inicialmente com o uso de silicone industrial líquido. Tanto os bailes de carnaval quanto a prostituição de rua produziram corporalidades travestis, em períodos históricos de ostensiva repressão e criminalização dessas sujeitas desviantes (Green, 2000; Trevisan, 2018; Guimarães, 2015; Zanela, 2019).

Nos dias atuais, Rondônia não tem ambulatório trans, o que ocasiona problemas quanto às questões de saúde dessa população no estado. Sabemos que há ambulatórios em outras regiões, por exemplo, em Porto Alegre, Minas Gerais, São Paulo e Rio de Janeiro, construídos a partir da Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (LGBT), assim como das demais políticas de equidade do Sistema Único de Saúde (SUS).

Mas, apesar destes avanços no âmbito nacional, é preciso atentar para as especificidades regionais: as pessoas trans* em Rondônia encontram dificuldades para a realização de tratamento hormonal nos hospitais públicos e até mesmo nos particulares, devido à falta de profissionais habilitados e, como foi dito, à ausência de ambulatórios para a realização dos procedimentos almejados por elas. A busca pelo tão sonhado corpo adequado à identidade subjetiva leva boa parte desta população ao uso de hormonioterapia inadequada e à aplicação de silicone industrial, procedimentos que ocasionam problemas de saúde física e psicológica a estes indivíduos.

Entre os anos de 1980 a 1990, não muito diferente dos dias atuais, a maioria das travestis e mulheres transexuais não teve o apoio da família, foram expulsas de casa, não terminaram o ensino básico e não ingressaram no mercado de trabalho formal. Muito em virtude disso, elas começaram o êxodo para a Europa, com finalidade de trabalhar com a prostituição em cidades italianas, com destaque para Milão e Roma.

A presença de travestis e transexuais brasileiras nesse continente era notória, como já salientado no tópico anterior. As de Rondônia que fizeram esse percurso e, em sua maioria, foram para lá de forma clandestina, atravessavam a fronteira e, sem segurança alguma, adentraram na Itália pelos Alpes suíços, conforme Hugo (2003).

A primeira mulher trans do estado que viajou para o exterior, ao menos das que temos notícia, foi “Mica”, que vivia na ponte aérea Porto Velho - Europa. Tinha dupla nacionalidade, e foi ela que, no início, facilitava e mediava a ida de travestis e transexuais de Rondônia à Itália, por isso, era chamada por elas de “mamis”⁹² e “madrinha” pelo fato de estar há mais tempo no exercício da prostituição. Parafraseando a pesquisadora e cientista social Flávia Teixeira (2008), nós, travestis e mulheres transexuais, reinventamos laços de parentesco em nosso meio. Também a chamávamos de “véia Mica” e “velha Mica”, com todo o respeito e afeto que tínhamos pela sua trajetória de vida.⁹³

Tive o prazer, e o privilégio, de ter conhecido e me tornando amiga de Mica. Conhecemos-nos no Buá em 2005. Frequentei algumas vezes seu apartamento, que exalava incensos, cheio de pets - ela amava os animais. Quando eu a vi pela primeira vez, pensei que era uma senhora cisgênera, com os cabelos loiros grisalhos, mestiça, alta, olhos castanhos, com traços indígenas, os quadris e a cintura de violão, tanto que eu a chamava de “Mica tanajura”, por causa do *edyr* siliconado enorme que ela tinha. Mica tinha uma passabilidade inquestionável. Ela adorava vestidos longos e estampados, principalmente de tecidos com estampas de onça.

92 Também utilizado para se referenciar às cafetinas que recebem as travestis e mulheres transexuais em suas casas (pensionatos) e cobram diárias pela ocupação das ruas e da moradia, das quais são dependentes, muitas vezes acumulando dívidas.

93 A obra de Vitor Hugo (2003) traz algumas informações sobre a Mica. Além disso, a partir do momento que passei a frequentar o Buá e conhecê-la, e dos contatos com as demais travestis e mulheres trans de Porto Velho, acabei confirmando estas informações, e outras que não estão presentes no trabalho do autor.

Figura 21 – Fotografia de Mica, “Mamis/madrinha das Travestis e Transexuais de Rondônia”



Fonte: Rios (2021).⁹⁴

Na época em que a conheci, ela tinha entre 53 e 58 anos de idade. Lembro que várias vezes combinávamos pelo *Orkut* de nos

⁹⁴ Imagem cedida por Brenda Rios (amiga de Mica) para autora deste livro.

encontramos no Buá, para jogar conversa fora, tomar refrigerante e, é claro, caçar os “boys magia”, porque éramos filhas de deusas. Todas às vezes, ela me dava carona no seu carro até a parada de ônibus, porque não ficávamos muito tempo no Buá, era muito perigoso ficar sozinha no Buá.

Em diálogo com minha amiga Neide Santana, quando trabalhávamos juntas na mesma escola, acabei descobrindo que elas eram primas, e aproveitei para falar da minha relação de amizade com a Mica, e pegar algumas informações sobre a vida dela. Nesse sentido, as informações expostas a seguir são frutos das conversas com Neide, e de minha relação como amiga de Mica.

Mica nasceu nos anos de 1960 no estado do Acre, perdeu a mãe aos seis anos de idade, e sofreu muito com a morte dela. Era a filha caçula de sete irmãos. Desde criança, conforme Neide, Mica não se encaixava nos padrões cisheteronormativos. Seus irmãos mais velhos não aceitavam o comportamento desviante de Mica, e acabavam discriminando-a, chegando ela a sofrer frequentemente agressões físicas.

Com a perda da mãe, não sabendo o rumo que o pai tomou, ficou morando com os irmãos que não a aceitavam, que a excluíam e a oprimiam. Na adolescência, assim como a maioria de nós, pessoas LGBTQIA+, teve crises em função da não aceitação de sua orientação sexual e identidade de gênero, e sofreu retaliação de sua família e o medo da sociedade cisheteronormativa e conservadora. Mica não aguentou conviver com eles, e foi morar com uma tia de criação, Eudócia Pereira de Santana, que a criou como filha, respeitando a orientação sexual dela. A tia deu todas as condições, atenções e cuidados que uma adolescente na idade de Mica deveria ter, como educação, alimentação e vestimentas. Entretanto, apesar dessa acolhida, Neide ressalta:

Ela queria alçar vôos, e, nesse sentido, não quis mais continuar morando no Acre. Pediu permissão de sua tia/mãe para ir embora para Porto Velho. Aos 18 anos autoafirmou sua orientação sexual, e seguiu seu destino, mas sempre estava em contato com sua família. Só deixou de ligar para eles no Acre ao falecer. Ao

chegar a Porto Velho, conseguiu trabalhar como cabeleireira. (Santana, 2020).⁹⁵

Sobre a relação afetiva com a família, Neide relata:

A minha mãe, Roneide Santana, era a irmã dela, e foi à única que Mica dizia para mim que gostava, porque sempre a procurava para conversarem. Mas afetividade com os irmãos era quase zero por conta da sua sexualidade. Eu sou sobrinha dela... Sou a única sobrinha que tinha mais contato com ela depois de grande... Depois de certa idade da Mica... ela não gostava muito de falar da família... Então afetividade dela era com a minha mãe. Sua mãe chamava-se Regina Santana. (Santana, 2020).

Um dos irmãos que também foi morar em Porto Velho continuava não respeitando a orientação sexual e identidade de gênero de Mica, mas a sua cunhada gostava muito dela, então, ela frequentava a casa deles sempre que o irmão não estava. Mica, na forma como ficou gravada nas minhas lembranças, era uma mulher linda, extremamente educada, chiquérrima, gentil, conheceu a Europa, adorava a Itália, em especial Milão.

Em 2006, ela me fez uma proposta para ir embora do Brasil, e trabalhar com a prostituição na Europa, pois dizia: “uma neguinha dessa com esse tom de pele e ainda por cima *novinha* vai ganhar muito aculé, pois os europeus adoram esse tipo de trava”. Ainda lembro dela fazendo isso, só que eu não iria de forma clandestina. Para eu ir, precisava tirar o passaporte, visto e outros procedimentos sobre os quais ela já havia me instruído, inclusive, cogitei a ir, mas não tive a coragem de sair do meu país, e falei para ela levar outras que estavam desejando de fato trabalhar com a prostituição na Europa, porque o meu desejo era dar continuidade aos meus estudos e tentar acesso ao mercado de trabalho ou funcionalismo público. Eu iria à Europa depois de formada e concursada a passeio, só no close. Mica ria e dizia que eu estava certa, mas que a proposta ainda estava aberta.

95 Entrevista por meio do *whatsapp* no dia 18 de agosto de 2020.

Figura 22 – Fotografia de Mica, Heider e Brenda na antiga boate gay Metrópolis em Porto Velho (1999)



Fonte: Rios (2021).

Ela morou sozinha por muito tempo, entretanto, conheceu uma senhora que teve um filho, e ela adotou, embora não oficialmente, o menino. A criança foi crescendo e convivendo com ela, passando a chamá-la de mãe.

Em outra conversa que tive com Marconi Vasconcelos pelo Whatsapp, ele me afirmou que Mica foi uma das fundadoras do ponto de prostituição de travestis e transexuais da Av. Jorge Tei-

xeira. Ele a conheceu em 1988, no ano que havia *raspado o santo*⁹⁶. Ela já tinha apartamento, uma boa estrutura financeira e ajudava muita gente. Ele confirma que, de fato, ela levou muitas trans para a Europa, como já salientado anteriormente. Informou-me também que Mica frequentava o terreiro e eles tinham uma grande amizade. Ela o viu crescer dentro do candomblé e o ajudou muito. Marconi ainda relatou que:

[...] eu fui umas das pessoas que levantei a bandeira da Mica, ela que deveria ser madrinha da Parada LGBTQ+, ela nunca foi reverenciada aqui dentro, mas ela já ajudou muita gente, aí o pessoal: “aí a Mica investe na prostituição, cafetinava...”; aí eu falava: “gente até parece que a Mica é a única, que exercia e investia na prostituição dentro das comunidades LGBTQ+, não é uma exceção, é uma norma. Vamos parar com isso”. Os elitizadinhos que queriam ser os politicamente corretos. Só sei que eu tive essa briga com o pessoal por causa disso. (Vasconcelos, 2020).

Nunca ouvi falar que Mica maltratou e/ou explorou nossas irmãs travestis e mulheres trans, por fazer a mediação delas para a Europa. De fato, ela foi uma *cafetina* muito fina, discreta e gentil, diferentemente de outras que havia na capital. Ela escolhia a dedo quem convidava para sair do país, onde o trabalho com a prostituição é precário e perigoso, principalmente em Rondônia. Mica queria dar oportunidades para as trans trabalharem na Europa (e muitas foram por meio dela), melhorarem suas condições de vida, realizarem seus sonhos de transformações estéticas e ajudarem financeiramente as suas famílias aqui no país, da mesma forma que ela conseguiu sua independência financeira.

Mica foi muito querida e respeitada pelas travestis e mulheres transexuais de Rondônia, não só por se tratar de uma mulher trans idosa, mas pela sua gama de experiências e vivências no mundo do trabalho com a prostituição no estrangeiro e no Brasil. Aqui, não estou querendo glamourizar a prostituição, mas mostrar como essa forma de trabalho ainda é estigmatizada quando se trata da população trans perante uma sociedade cisheterono-

96 Expressão usada para referenciar a “Feitura de Santo”, que significa o início de alguém no Candomblé, Batuque ou Umbanda.

martiva e como alguns sujeitos, dentro do próprio segmento LGB, ainda nos invisibilizam e nos excluem de processos socioculturais representativos e participativos, dentro de uma agenda que deveriam incluir todas/os, e principalmente valorizar a memória daquelas/es que abriram caminhos e subverteram o sistema conservador cisheteropatriarcalista para que nós pudéssemos continuar garantindo o nosso direito à sobrevivência.

Figura 23 – Fotografia de Mica na sua residência em Roma (1993)



Fonte: Rios (2021).

Marconi esteve presente no final da vida de Mica, quando ela desenvolveu o câncer. Ele foi uma das únicas pessoas que ligou e ainda conseguiu falar com ela dentro do hospital. Mica morreu na mesa de cirurgia. Em 2010, passei no meu primeiro concurso público municipal para trabalhar no interior de Rondônia como professora estatutária, mas ainda continuei em contato com a Mica via *MSN*, *Orkut*... Infelizmente, em 2012 recebi a notícia de seu falecimento.

Conforme Neide, Mica tinha uma pessoa em quem confiava muito, chamada Berenice. Elas mantinham um elo afetivo como se fossem irmãs. Berenice era a proprietária do conjunto de apartamentos no qual Mica morava e cuidava da parte financeira dos imóveis. Antes de Mica falecer, ela deixou uma procuração para Berenice, para que ela pudesse controlar e cuidar dos bens que havia construído ao longo da vida. O rapaz criado por ela teve uma filha, e Mica tinha um grande amor por essa neta, inclusive todas as vezes que nos encontrávamos ela falava com muito carinho da menina. O que nós sabemos é que todos os seus bens foram deixados para essa neta, e que estão sendo administrados por Berenice até ela completar os dezoito anos de idade.

Acho importante ressaltar que, ao retornarem a Rondônia, travestis e mulheres transexuais traziam da Europa suas experiências e vivências a partir dos mundos do trabalho com a prostituição, mas também novas práticas artísticas como profissionais transformistas e com a cultura drag, que perduraram e que ainda (re) existem na região, notadamente por meio de trans sobreviventes que continuam desenvolvendo sua arte com apresentações na capital e no interior do estado, como, por exemplo, Renata Evans, Diana Cox, Sabrina Almeida e Karen Oliveira. A ideia fixa de muitas delas era (e ainda é) angariar recursos para um dia ter a casa própria, realizar seus procedimentos estéticos e, sobretudo, ajudar suas famílias.

O envelhecimento de Mica foi, de certa maneira, uma forma de enfrentar o sistema fundamentado em diferentes tipos de opressão. Afinal, envelhecer em um dos países que mais matam

peessoas trans do mundo é uma experiência que infelizmente poucas conseguem realizar. Nesse sentido, entre os aspectos interseccionais, a geração e o gênero, além da classe, aparecem como marcadores da diferença para entendermos um pouco da trajetória de “mamis” Mica no estado.

Considerações

Este trabalho se insere em um projeto maior, de natureza microbiográfica e microautobiográfica, no qual busquei resgatar e registrar a memória de algumas pessoas trans da primeira geração em Rondônia e de um militante gay, para compreender e poder relacionar o fenômeno da travestilidade, da transexualidade e da homossexualidade, pertencentes a uma outra geração, com outras histórias e outras memórias. Dessa forma, a leitora ou leitor poderá ter uma ideia das permanências e das transformações nesse percurso histórico.

Após percorrer (des) caminhos tão longos e cheios de obstáculos, como cheguei até aqui? Sempre estive ciente de que não seria fácil realizar este trabalho, sabia que teria que me desdobrar, ter muita resiliência, calma e perseverança, tendo em vista que esta pesquisa foi gestada em um período obscurantista na política brasileira, de retrocessos sociais, de perseguições aos movimentos sociais progressistas, de cortes de verbas na educação, saúde, assistência social, ciência e tecnologia. Além disso, em tempos pandêmicos, sob o jugo de um inimigo invisível causando transtornos na vida de milhares de brasileiras e brasileiros, tive que me moldar e me ajustar ao “novo normal” para a realização da minha tese de doutorado, mas eu não “deitei” para o sistema.

Nesse sentido, esta obra é fruto de uma sobrevivente, de um ato político, de luta e resistência, de um não silenciamento das nossas vozes e escritas na história, para salvaguardar nossas me-

mórias e a memória do movimento LGBTQIA+ e de mulheresidades em Rondônia, como instrumento de resistência e existência.

Vale ressaltar que, em um país de dimensões territoriais continentais e diversidades socioculturais como o nosso, não se pode reduzir a história das sexualidades e de gênero a algumas regiões e localidades, mesmo que sejam aquelas com maior poder econômico, político e cultural. Olhar para as dinâmicas específicas de Rondônia em torno da história LGBTQIA+ e de mulheresidades, das/dos personagens que transgrediram o sistema e arquitetaram a resistência desses segmentos à margem do rio Madeira, na Amazônia brasileira, pode nos ajudar a conhecer especificidades e também similaridades dessas/es sujeitas/os subversivas/os com outros LGBTs e de mulheres de regiões diferentes, constituindo uma verdadeira história nacional das existências e resistências de gênero e sexualidade.

Nossas experiências nortistas são atravessadas de opressões históricas e interseccionais impostas pela dominação cisheterocapitalista que impera na Amazônia Ocidental. São trajetórias marcadas por violações que atravessam nossos corpos diariamente. Temos trajetórias singulares, mas que condensam realidades de violência e resistência mais amplas.

É nesse sentido que identidades de gênero, classe, etnicidade, sexualidade, raça, e regionalidade como categoria de análise foram extremamente importantes para compreendermos as opressões interseccionais sofridas por mim e pelas/os personagens deste livro (as/os colaboradoras/es e aquelas/es que vieram antes de nós).

Em Porto Velho, e em outras cidades de Rondônia, verifica-se uma ampla mobilização do movimento LGBTQIA+, iniciada nos anos de 1980, que vem realizando ações diversas e obtendo conquistas em termos de políticas públicas, embora muitas ainda precisem ser efetivadas. Em sentido contrário, e esperado, há também uma forte reação dos setores conservadores.

Para que nós, LGBTs e mulheres, possamos viver em uma sociedade não-violenta, é preciso que as instituições, como univer-

sidades, associações, escola, ONGs e demais representações da sociedade civil, continuem promovendo os mais diversos tipos de atividades, discutindo questões sobre a inserção de mulheres cis e pessoas trans* no mercado de trabalho; o abuso sexual; a violência de gênero; a LGBTQIfobia; o racismo e outras formas de opressões que atravessam nossos corpos. É necessário que essas instituições persistam e promovam pesquisas, debates, atividades educativas, culturais, orientando e informando sobre o direito à cidadania de mulheres e LGBTs no estado. Este livro pretende ser uma contribuição nesse sentido.

A História nos auxilia a entender como os acontecimentos do passado ajudam a explicar as coisas nos dias atuais, como também pela percepção de que, por meio do conhecimento histórico, podemos compreender melhor o presente e projetar futuros mais justos e democráticos. Nesse sentido, penso que a/o historiadora/or não é nem deve ser uma/um profissional isolada/o de sua época, pois a História que escrevemos está profundamente ligada à história que vivemos. Problemas e alegrias, lutas e sonhos, vitórias e derrotas refletem-se na reconstrução do passado que realizamos.

Aqui não só ouvi de forma ética e sensível os testemunhos das/dos colaboradoras/es, mas também me coloquei como sujeita viva das opressões do nosso tempo, pois faço parte dessa memória social e coletiva construída, como historiadora, sobrevivente e denunciante das mazelas de um passado que continua reverberando no presente. Porém, seguimos lutando para que não tenhamos nossos direitos violados e nossas histórias esquecidas.

Por fim, este trabalho é político por desafiar o saber para conseguirmos um deslocamento de poder, transferindo as travessalidades, transexualidades e transgeneridades das margens para o centro da historiografia brasileira, bem como uma estratégia transformadora para passar da memória ao reconhecimento social de pessoas LGBTs amazônidas que subverteram e transgrediram a cisgeneridade compulsória.

Lista de fontes

Entrevistas presenciais

Entrevista com KARY FALCÃO [Entrevista cedida de forma presencial a Lauri Miranda Silva], Porto Velho (RO)], 18 mar. 2020.

Entrevista com BRENO MARTINS [Entrevista cedida de forma presencial a Lauri Miranda Silva], Porto Velho (RO)], 19 mar. 2020.

Entrevista com APOLLO NUNES [Entrevista cedida de forma presencial a Lauri Miranda Silva], Porto Velho (RO)], 20 mar. 2020.

Entrevista com KAREN DE OLIVEIRA [Entrevista cedida de forma presencial a Lauri Miranda Silva], Porto Velho (RO)], 26 jun. 2020.

Entrevista com ALESSIA MOURA [Concedida de forma presencial a Lauri Miranda Silva], Porto Velho (RO)], 26 jun. 2020.

Entrevista com CLEYANNE ALVES [Entrevista cedida de forma presencial a Lauri Miranda Silva], Porto Velho (RO)], 06 jul. 2021.

Entrevista com BRENDA SILVA [Entrevista cedida de forma presencial a Lauri Miranda Silva], Porto Velho (RO)], 08 jul. 2021.

Entrevista com RAYMISSON CORREA [Entrevista cedida de forma presencial a Lauri Miranda Silva], Porto Velho (RO)], 12 jul. 2021.

Entrevistas online

OLIVEIRA, Karen. [Paulo Santiago]. WhatsApp. 08 jun. 2020. 14:25: 1 áudio de WhatsApp.

SANTANA, Neide. [MICA]. WhatsApp. 18 ago. 2020. 20:09: 2 áudio de WhatsApp.

SOUZA, Josy de. [O termo índião]. WhatsApp. 27 fev. 2021. 16:30: 1 mensagem de WhatsApp.

VASCONCELOS, Marconi. [Paulo Santiago]. WhatsApp. 15 jun. 2020. 11:04: 4 áudio de WhatsApp.

Notícias em periódicos online ou sites na internet:

#ELENÃO: A manifestação histórica liderada por mulheres no Brasil vista por quatro ângulos. BBC News Brasil, 2018. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-45700013>. Acesso em: 04 abr. 2023.

AO MENOS 12 universidades federais do país têm cotas para alunos trans. Jornal do Brasil, 2019. Disponível em: <https://www.jb.com.br/pais/2019/05/1000543-ao-menos-12-universidades-federais-do-pais-tem-cotas-para-alunos-trans.html>. Acesso em 13 jun 2020.

ARGOBE, Ariel. O salão de artes plásticas de Rondônia. Gente de Opinião, 2009. Disponível em: <https://www.gentedeopinioao.com.br/opinioao/artigo-o-salao-de-artes-plasticas-de-rondonia>. Acesso em: 16 out. 2021.

ARGOBE, Ariel. Histórico da marcha municipal pela diversidade sexual. *Blog do Ariel Argobe*. Disponível em: <https://arielargobe.blogspot.com/2011/09/marcha-municipal-pela-diversidade.html>. Acesso em: 14 abr. 2023.

ARTISTA e escritor Paulo Santiago é morto com um tiro e taxista é suspeito. Rondonia ao Vivo, 2007. Disponível em: <https://rondoniaovivo.com/policia/noticia/2007/04/23/artista-e-escritor-paulo-santiago-e-morto-com-um-tiro-e-taxista-e-suspeito.html>. Acesso em: 12 nov. 2021.

BALLOUSSIER, Anna Virginia. *Circos que ridicularizavam o diferente, agora exaltam pessoas longe do padrão*. O Tempo, 2021. Disponível em: <https://www.otempo.com.br/diversao/circos-que-ridicularizavam-o-diferente-agora-exaltam-pessoas-longe-do-padrao-1.2533637>. Acesso em: 16 nov. 2021.

BARBIÉRI, Luiz Felipe; CALGARO, Fernanda; RESENDE, Sara. *Coronavírus*: Senado aprova, 'Diário Oficial' publica, e decreto de calamidade entra em vigor. G1, Rio de Janeiro, 20 mar. 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2020/03/20/coronavirus-senado-aprova-decreto-que-reconhece-estado-de-calamidade-publica.gh.html>. Acesso em: 06 de mai. 2021.

BATISTA, Cledemar. ONG Beija-Flor. *Blog Grupo Beija-Flor Vilhena*. Disponível em: <https://grupobeijaflorevilhena.blogspot.com/2011/>. Acesso em: 15 dez. 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. Conexões de Saberes. Brasília: Ministério da Educação, 2018. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/conexoes-de-saberes>. Acesso em 11 ago. 2021.

CHIKUITITAS (1997). In: WIKIPÉDIA, a enciclopédia livre. Flórida: Wikimedia Foundation, 2021. Disponível em: [https://pt.wikipedia.org/w/index.php?title=Chiquititas_\(1997\)&oldid=62441347](https://pt.wikipedia.org/w/index.php?title=Chiquititas_(1997)&oldid=62441347). Acesso em: 17 nov. 2021.

COSTA, Anderson. *Intersex: o que você precisa saber sobre o I em LGBTI+ no Dia da Visibilidade Intersexual*. Grupo Dignidade, 2019. Disponível em: <https://www.grupodignidade.org.br/intersex-o-que-voce-precisa-saber-sobre-o-i-em-lgbti-no-dia-da-visibilidade-intersexual/>. Acesso em: 08 out. 2021.

DICCIONARIO DE LA LENGUA ESPAÑOLA. Edición del Tricentenario (em espanhol), disponível em: <https://dle.rae.es/feminizaci%C3%B3n>. Acesso em: 23 out. 2022.

FEITOSA FILHO, Ivo. *Você Sabia...Que? Prédio da Unir/Centro*. Gente de Opinião, 2007. Disponível em: <https://www.gentedeopinioao.com.br/colunista/ivo-feitosa/voce-sabia-que-predio-da-unir-centro>. Acesso em: 06 mai. 2021.

FÓRUM NACIONAL DE TRAVESTIS E TRANSEXUAIS NEGRAS E NEGROS. Disponível em: <http://www.fonatrans.com/>. Acesso em: 14 abr. 2023.

GOVERNO DE RONDÔNIA. *Confirmado o primeiro caso de coronavírus em Rondônia*. Disponível em: <http://www.rondonia.ro.gov.br/confirmado-o-primeiro-caso-de-coronavirus-em-rondonia/>. Acesso em: 06 mai. 2021.

GOVERNO DE RONDÔNIA. Decreto nº 24.871, de 16 de março de 2020 - situação de emergência no âmbito da saúde pública. Disponível em: <http://www.rondonia.ro.gov.br/publicacao/decreto-n-24-871-de-16-de-marco-de-2020-estado-de-calamidade-publica-atualizacao/>. Acesso em: 07 mai. 2021

GOVERNO DE RONDÔNIA. *Hino de Rondônia*. Disponível em: <http://www.rondonia.ro.gov.br/casa-militar/institucional/hinos-e-cancoes/hino-de-rondonia/>. Acesso em: 13 set. 2021.

GUIMARÃES, Andreza; MAGNO, Carlos. *Grupo Beija-Flor realiza projetos sociais em Vilhena*. Turma 5 Dejor. Disponível em: <https://turma5dejor.wordpress.com/2011/05/14/304/>. Acesso em: 15 dez. 2023.

HAWANNY, Thonny. O grupo arco-íris de Rondônia: origem e natureza. *Blog do Thonny Hawany*. Disponível em: <https://www.thonnyhawany.com/2011/02/o-grupo-arco-iris-de-rondonia-origem-e.html>. Acesso em: 14 abr. 2023.

KARIPUNA. *Povos indígenas no Brasil*, 2005. Disponível em: <https://pib.socioambiental.org/>. Acesso em 27 de set. 2021.

LEGISWEB Porto Velho. Decreto Nº 16612 DE 23/03/2020. Disponível em: <https://www.legisweb.com.br/legislacao/?id=391728>. Acesso em: 07 mai. 2021.

LEGISWEB, Porto Velho. Decreto Nº 16612 DE 23/03/2020. Disponível em: <https://www.legisweb.com.br/legislacao/?id=391728>. Acesso em: 07 mai. 2021.

LEMOS, Vinícius. *Coronavírus: as festas que se tornaram alvos da polícia após participantes testarem positivo para a covid-19*. BBC News Brasil, 2020. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-52289264>. Acesso em: 08 mai. 2021.

MATIAS, Francisco. *De Céus do Guaporé a Céus de Rondônia... a história em movimento*. Expressão Rondônia, 2016. Disponível em: <https://expressao-rondonia.com.br/de-ceus-do-guapore-a-ceus-de-rondonia-a-historia-em-movimento/>. Acesso em 03 nov. 2021.

OLIVEIRA, Elida; ORTIZ, Brenda. *Ministério da Saúde confirma primeiro caso de coronavírus no Brasil*. G1 Rondônia, Rondônia, 26 fev. 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/ciencia-e-saude/noticia/2020/02/26/ministerio-da-saude-fala-sobre-caso-possivel-paciente-com-coronavirus.ghtml>. Acesso em: 06 mai. 2021

PALITOT, Alex. Edificações e monumentos históricos de Rondônia. *Trilhando a História*. Disponível em: [http://alekspalitot.blogspot.com/p/edificacoes-historicas-de-rondonia.html#:~:text=Hist%C3%B3ria%20do%20Mercado%20Municipal%20\(%20Mercado,o%20abastecimento%20de%20carnes%20verdes](http://alekspalitot.blogspot.com/p/edificacoes-historicas-de-rondonia.html#:~:text=Hist%C3%B3ria%20do%20Mercado%20Municipal%20(%20Mercado,o%20abastecimento%20de%20carnes%20verdes). Acesso em: 28 abr. 2021.

PARA conter aglomerações, Parque da Cidade é fechado por tempo indeterminado em Porto Velho. *G1 Rondônia*, Rondônia, 2021. Disponível em: <https://g1.globo.com/ro/rondonia/noticia/2021/01/15/para-conter-aglomeracoes-parque-da-cidade-e-fechado-em-porto-velho.ghtml>. Acesso em: 15 nov. 2021.

PAULO SÉRGIO (CANTOR). In: *WIKIPÉDIA, a enciclopédia livre*. Flórida: Wikimedia Foundation, 2021. Disponível em: [https://pt.wikipedia.org/w/index.php?title=Paulo_S%C3%A9rgio_\(cantor\)&oldid=61828567](https://pt.wikipedia.org/w/index.php?title=Paulo_S%C3%A9rgio_(cantor)&oldid=61828567). Acesso em: 12 ago. 2021.

PRESIDENTE de Ong de apoio a gays e transgêneros é morto em RO. *Imirante.com*, 2006. Disponível em: <https://imirante.com/brasil/noticias/2006/04/25/presidente-de-ong-de-apoio-a-gays-e-transgeneros-e-morto-em-ro.shtml>. Acesso em: 11 nov. 2021.

RAVELI, Nicoli. Por que os médicos da peste bubônica usavam máscaras de bico de pássaro?. *Aventuras na História*, São Paulo, 15 mar. 2020. Disponível em: <https://aventurasnahistoria.uol.com.br/noticias/almanaque/por-que-os-medicos-que-lutavam-contrapeste-bubonica-usavam-mascaras>

-de-bico-de-passaro.phtml. Acesso: 27 set. 2021.

SPENCER, Pamella. E acabou o carnagay. *Blog Isso é Tudo*. Disponível em: <https://issoetudobypamella.blogspot.com/>. Acesso em: 14 abr. 2023.

THOMAZ, Danilo. *Grupo Paulista de Direita cria movimento conservador para atuação nacional*. O Globo, 2019. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/epoca/brasil/grupo-paulista-de-direita-cria-movimento-conservador-para-atuacao-nacional-23856855>. Acesso em: 05 set. 2021.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE RONDÔNIA. *Centro de Documentação História*. Disponível em: <https://www.tjro.jus.br/resp-doc-historica>. Acesso em: 08 mai. 2021.

TRANSEXUALIDADE não é transtorno mental, oficializa OMS. *Conselho Federal de Psicologia*, 2019. Disponível em:

<https://site.cfp.org.br/transsexualidade-nao-e-transtorno-mental-oficializa-oms/>. Acesso em: 11 nov. 2021.

ÚLTIMAS notícias de coronavírus de 20 de março. G1, Rio de Janeiro, 20 mar. 2020. Disponível em:

<https://g1.globo.com/bemestar/coronavirus/noticia/2020/03/20/ultimas-noticias-de-coronavirus-de-20-de-marco.ghtml>. Acesso em: 06 de mai. 2021.

VEJA quantos casos de coronavírus foram registrados em RO até 27 de março. G1, Rio de Janeiro, 03 mar. 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/ro/rondonia/noticia/2020/03/27/em-uma-semana-casos-de-coronavirus-sobem-500percent-em-rondonia.ghtml>. Acesso em: 07 mai. 2021.

VEJA quantos casos de coronavírus foram registrados em RO até 27 de março. G1 Rondônia, 27 mar. 2021. Disponível em: <https://g1.globo.com/ro/rondonia/noticia/2020/03/27/em-uma-semana-casos-de-coronavirus-sobem-500percent-em-rondonia.ghtml>. Acesso em: 07 mai. 2021.

Referências bibliográficas

AGUIAR, Juno Nedel Mendes de. *Habitando as margens: a patologização das identidades trans e seus efeitos no Brasil a partir do caso Mário da Silva (1949-1959)*. 2020. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2020.

AKOTIRENE, Carla. *Interseccionalidade*. São Paulo: Pólen, 2019.

ALBERTI, Verena. *Literatura e autobiografia: a questão do sujeito na*

narrativa. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 4, n. 7, p. 66-81, 1991. Disponível em: http://cpdoc.fgv.br/producao_intelectual/arq/414.pdf. Acesso em 11 out. 2021.

ALMEIDA, J. R. Práticas de História Pública. O movimento social e o trabalho de história oral. In: MAUAD, A. M.; ALMEIDA, J. R. de; SANTHIA-GO, R. (orgs.). *História Pública no Brasil: Sentidos e Itinerários*. São Paulo: Letra e Voz, 2016, p. 47- 55.

ALMEIDA, Silvio. *O que é racismo estrutural*. São Paulo: Letramento, 2018.

ALMEIDA, Silvio Luiz de. *Racismo estrutural*. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019.

ALVES, Hailey Kaas; JESUS, Jaqueline Gomes de. “Feminismo transgênero e movimentos de mulheres transexuais”. *Revista Cronos*, Natal, v. 11, n. 2, p. 8-19, nov. 2012.

ALVES, Hailey Kaas. *O que é transfeminismo?* Uma Breve Introdução, 2015. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/371874/mod_resource/content/0/Encontro%206%20-%20O-que-%c3%a9-Transfeminismo.pdf.

AMARAL, Nair Ferreira Gurgel do. *Carapanã Encheu, Voou: o Portovelhês*. Editora: Temática, Porto Velho, 2015.

ANDRADE, L. N. de. *Travestis na escola: assujeitamento e resistência à ordem normativa*. Tese (Doutorado em Educação) — Universidade Federal do Ceará, Faculdade de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Fortaleza, 2012.

ANZALDÚA, Gloria. Falando em línguas: uma carta para as mulheres escritoras do terceiro mundo. *Revista Estudo Feminista*. Florianópolis, 8(1), 2000. p. 229-236. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/9880>. Acesso em 10 nov. 2020.

AQUINO, Luiz Otávio. Discurso lésbico e construções de gênero. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, v. 1, n. 1, p.79-94, jan. 1995. Disponível em: http://www.sies.uem.br/anais/pdf/genero_e_identidade_de_genero/5-06.pdf. Acesso em 08 out. 2021.

ARAGÃO, Milena; FREITAS, Anamaria G. B. de. Práticas dos castigos escolares: enlaces históricos entre normas e cotidiano. *Conjectura*, v. 17, n. 2, p. 17-36, maio/ago. 2012. Disponível em: <http://www.ucs.br/etc/revistas/index.php/conjectura/article/view/1648>. Acesso em: 21 out. 2021.

ÁVILA, Rebeca Contrera. Formação das Mulheres nas Escolas de Medicina. *Revista brasileira de educação médica*. 38 (1): 142-149; 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbem/a/LfWJZy3Jg8XDmC9R3BQdZhM/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 20 out. 2021.

BARROS, Sulivan Charles. Bichas, o documentário: histórias de homofobia e empoderamento em uma leitura queer. *Muiiraquitã*, UFAC, ISSN 2525-5924, v. 5, n. 1, 2017. Disponível em: <https://periodicos.ufac.br/index.php/mui/article/view/1381>. Acesso em: 17 nov. 2021.

BAPTISTA, Jean; BOITA, Tony Willian. Museologia e Comunidades LGBT: mapeamento de ações de superação das fobias à diversidade em museus e iniciativas comunitárias do globo. *Cadernos de Sociomuseologia*, v. 54, p. 29-56, 2017b. Disponível em: <https://doi.org/10.36572/csm.2017.vol.54.02>. Acesso em: 25 nov. 2022.

BENEVIDES, Bruna; BONFIM, Sayonara Nader. *Dossiê dos assassinatos e da violência contra travestis e transexuais brasileiras em 2019*. São Paulo: Expressão Popular; ANTRA; IBTE, 2020.

BENEVIDES, B. G.; NOGUEIRA, S. N. B. (Org.) *Assassinatos e violência contra travestis e transexuais no Brasil em 2020*. São Paulo: Expressão Popular, ANTRA, IBTE, 2021. Disponível em: <https://antrabrasil.files.wordpress.com/2021/01/dossie-trans-2021-29jan2021.pdf>. Acesso em: 20 abr. 2021.

BERTH, Joice. *Empoderamento*. São Paulo: Sueli Carneiro; Polén, 2019.

BEZERRA, Danieli Machado. *Prostitutas entendidas: o que entender?*. 2009. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2009. Disponível em: <http://livros01.livrosgratis.com.br/cp093843.pdf>. Acesso em: 17 nov. 2021.

BICALHO, Lucinéia Maria; OLIVEIRA, Marlene. Aspectos conceituais da multidisciplinaridade e da interdisciplinaridade e a pesquisa em Ciência da Informação. *Revista Eletrônica de Biblioteconomia e Ciência da Informação*, v. 16, n. 32, p. 1-26, 2011. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/eb/article/viewFile/1518-2924.2011v16n32p1/19336>. Acesso em: 22 nov. 2021.

BIROLI, Flávia; MIGUEL, Luis Felipe. Gênero, raça, classe: opressões cruzadas e convergências na reprodução das desigualdades. *Mediações*. Londrina, v.20, n.2, jul- dez., 2015, p. 27-55. Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/mediacoes/article/view/24124>. Acesso em: 12 nov. 2021.

BLACKMAN, Cledenice. *Os Barbadianos e as contradições da Historiografia Regional*. 2007. Monografia (Bacharelado em História). Fundação Universidade Federal de Rondônia – UNIR. Porto Velho, 2007.

BLACKMAN, Cledenice. *Do mar do Caribe à beira do Madeira: A comunidade antilhana de Porto Velho*. 2015. Dissertação (Mestrado em História e Estudos Culturais). Fundação Universidade Federal de Rondônia – UNIR. Porto Velho, 2015.

BOITA, Tony Willian; BAPTISTA, Jean. Memória e esquecimento LGBT nos museus, patrimônios e espaços de memória no Brasil. *Revista do Centro de Pesquisa e Formação SESC*, v. 5, p. 108-119, 2017a. Disponível em: <https://portal.sescsp.org.br/files/artigo/70a5e644/a393/463e/a32c/38a11c4c671c.pdf>. Acesso em: 4 agosto 2022.

BOITA, Tony. 5 museus (+iniciativas) travesti e trans para visitar online. *Memória LGBT*. 2020. Disponível em: <https://memoriaslgbt.com/2020/04/14/5-museus-t/>. Acesso em: 4 agosto 2022.

BONASSI, Brune Camillo. *Cisnorma: acordos societários sobre o sexo binário e cisgênero*. 2017. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2017.

BORTOLOZZI, Remom Matheus. A Arte Transformista Brasileira: Rotas para uma genealogia decolonial. *Quaderns de Psicologia*, 2015, Vol. 17, N. 3, 123-134.

BORZACOV, Yêdda Pinheiro. *Estrada de Ferro Madeira – Mamoré: uma história em fotografias*. Porto Velho: Grafel e Grafica Editora, 2004.

BOSI, Ecléa. *Memória e sociedade - lembranças de velhos*. 3ed. São Paulo: Cia das Letras, 1994.

BOURDIEU, Pierre. O campo científico. In: ORTIZ, R. *Coleção Grandes Cientistas Sociais*. São Paulo: Editora Ática, 1983.

BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Tradução Fernando Tomaz. Rio de Janeiro. Difel, Editora Bertrand Brasil, 1989.

BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de Moraes (orgs.). *Usos e abusos da história oral*. 8. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

BRAGANÇA, L. *Desaqueando a história drag: no mundo, no Brasil e no Espírito Santo*. Vitória: Edição Independente, 2018.

BURKE, Peter (org.). *A escrita da história: novas perspectivas*. São Paulo: Unesp, 1992.

BURKE, Peter. *O que é história cultural?*. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

BUTLER, Judith. *Problemas de Gênero: feminismo e subversão da identidade*. Trad. Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

BUTLER, Judith. *Corpos em aliança e a política das ruas: para uma teoria performativa de assembleia*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

CALDAS, Alberto Lins. Espaço e experiência: história oral e geografia humana. *Revista Online Zona de Impacto*, ISSN 1982-9108: Vol.8, Ano VIII, 2006. Disponível em: <http://www.albertolinscaldas.unir.br/espacoexperiencia.htm>. Acessado em 2010.

CALDAS, Alberto Lins. *Oralidade, texto e história*. Loyola: São Paulo, 1999.

CALDAS, Alberto Lins. *Nas águas do texto*. Palavra, Experiência e Leitura em História Oral. Porto Velho: Edufro, 2001.

CALDAS, Alberto Lins. Seis ensaios de história oral. *Caderno de Criação: 37/57*, UFRO/Centro de Hermenêutica do Presente, nº15, ano V, Porto Velho, junho, 1998.

CÂMARA, A. O Vão da Beleza: Experiência Transgênero e Processo Migratório. *32 Encontro da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (ANPOCS)*. Minas Gerais: FINEP. 2008

CAMARGOS, Moacir Lopes de. *Sobressaltos: caminhando, cantando e dançando na f(r)esta da Parada do Orgulho Gay de São Paulo*: 2007. Tese (Doutorado em Linguística) - Universidade Estadual de Campinas, São Paulo, 2007.

CARDOSO, Cláudia P. *Outras falas: feminismos na perspectiva de mulheres negras brasileiras*. 2012. Tese (Doutorado em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo) - Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2012. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/handle/ri/7297>. Acesso em: 20 mar. 2021.

CARDOSO, Cláudia P. Amefricanizando o feminismo: o pensamento de Lélia Gonzalez. *Estudos Feministas*, Florianópolis, 22(3): 320, p. 965-986 setembro-dezembro/2014. Disponível em: https://www.academia.edu/11277337/CARDOSO_Claudia_Amefricanizando_o_feminismo. Acesso em: 14 nov. 2022.

CARNEIRO, Sueli. A Organização Nacional das Mulheres Negras e as Perspectivas Políticas. *Cadernos Geledés*, São Paulo, n. 4, p. 13-18, nov. 1993. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/wp-content/uploads/2015/05/%C3%AAnerora%C3%A7a-e-ascen%C3%A7%C3%A3o-social.pdf>. Acesso em: 12 abr. 2021.

CARNEIRO, Sueli. Gênero, raça e ascensão social. *Revista de Estudos Feministas*, Florianópolis, n. 2, v. 3, p. 13-18, dez. 1995. Semestral. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/wp-content/uploads/2015/05/Mulher-Negra>.

pdf. Acesso em: 12 abr. 2021.

CARNEIRO, Sueli. Mulheres em movimento. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 17, n. 49, p.117-133, dez. 2003. Quadrimestral. UNIFESP. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext. Acesso em: 12 abr. 2021.

CARNEIRO, Sueli. Mulheres em movimento: contribuições do feminismo negro. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de (org.). *Pensamento feminista brasileiro: formação e contexto*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019.

CASTRO, Thainá. Ensino em Museologia e problemáticas metodológicas para uma Museologia LGBT: caminhos para uma política de acervos no Museu da Diversidade Sexual. *Revista Memórias LGBT*. Ano 7 – ed. 12. 2020.

CEMIN, Arneide Bandeira. *COLONIZAÇÃO E NATUREZA: análise da relação social do homem com a natureza na colonização agrícola em Rondônia*. 1992. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1992.

CERTEAU, Michel de. *A escrita da história*. Rio de Janeiro: Forense, 2013.

CHARTIER, Roger. *A história cultural: entre práticas e representações*. Tradução Maria Manuela Galhardo. Lisboa: Difel, 1990.

CHAVES, Janaina Kelly Leite. *Perspectiva histórica e identitária do movimento feminista: a contra-hegemonia e resistência no Projeto Canta Mulher de Porto Velho*. 2019. Dissertação (Mestrado Acadêmico em Letras) - Departamento de Línguas Vernáculas, Fundação Universidade Federal de Rondônia, Porto Velho/RO, 2019

CLEIDE, Fátima. *Pela diversidade: um debate sobre o PLC 122*. Brasília, 2009.

COHEN, Jean L. Sociedade Civil e Globalização: Repensando Categorias. *Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, Vol. 46, nº 3, 2003, p. 419-459.

COLLINS, Patricia Hill. *Pensamento feminista negro: conhecimento, consciência e a política do empoderamento*. Trad. Jamille Pinheiro Dias São Paulo: Boitempo, 2019.

COLLINS, Patricia Hill. Em direção a uma nova visão: raça, classe e gênero como categorias de análise e conexão. In: MORENO, Renata (org.). *Reflexões e práticas de transformação feminista*. São Paulo: SOF, 2015.

COLLINS, Patricia Hill. Aprendendo com a outsider within: a significação sociológica do pensamento feminista negro. *Revista Sociedade e Estado*,

Brasília, n. 1, v. 31, p. 99-127, 2016. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/se/v31n1/0102-6992-se-31-01-00099.pdf> Acesso 06 mai. 2021.

CONNELL, Raewyn. *Gênero em termos reais*. São Paulo: nVersos, 2016.

COSTA, Angislaine; GOMES, Denise Maria Cavalcante. A multifuncionalidade das vasilhas cerâmicas do alto rio Madeira (séculos X-XII d.c): comensalidade cotidiana e ritual. *Rev. antropol.* (São Paulo, online) v. 61 n. 3: 52-85, 2018. DOI:10.11606/ 2179- 0892.RA.2018.152040.

CRENSHAW, Kimberle. *Mapeando as margens*: interseccionalidade, políticas de identidade e violência contra mulheres não-brancas. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/mapeando-as-margens-interseccionalidade-politicas-de-identidade-e-violencia-contra-mulheres-nao-brancas-de-kimberle-crenshaw%E2%80%8A-%E2%80%8Aparte-1-4/>. Acesso em: 13 jul. 2019.

DAVIS, Angela. *Mulheres, raça e classe*. Trad. Heci Regina Candiani. São Paulo: Boitempo, 2016.

DAVIS, Angela. *Mulheres, cultura e política*. Trad. Heci Regina Candiani. São Paulo: Boitempo, 2017.

D'ATRI, Andrea. *Pão e Rosas*: identidades de gênero e antagonismo de classe no capitalismo. São Paulo: Edições Iskra, 2017.

DEL PRIORE, Mary. *História das mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1997.

DIEHL, Astor Antônio. *Cultura historiográfica*: memória, identidade e representação. Bauru/SP: EDUSC, 2002.

DEVULSKY, Alessandra. *Colorismo*. São Paulo: Jandaíra, 2021.

DO BONSUCESSO, F. Juízo e Sorte: enredando maridos e clientes nas narrativas sobre o projeto migratório das travestis brasileiras para a Itália. In: PISCITELLI, A.; DE OLIVEIRA, G.; NIETO, J. *Gênero, sexo, afetos e dinheiro*: mobilidades transnacionais envolvendo o Brasil. Campinas: UNICAMP/PAGU, 2011. p. 225-262.

ENGELS, Magali. História e Sexualidade. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (orgs.). *Domínios da história*: ensaios de teoria e metodologia. Rio de Janeiro: Campus, 1997. p. 430-450.

FACCHINI, Regina. *Sopa de letrinhas?*: movimento homossexual e produção de identidades coletivas nos anos 1990. Rio de Janeiro: Garamond, 2005.

FALCÃO, Kary Jean. *As contribuições linguísticas dos povos de religião de matriz africana na formação da linguagem de homossexuais em Porto Velho – Rondônia*. 2010. Dissertação (Mestrado em Ciência da Linguagem) - Universidade

Federal de Rondônia, Porto Velho, 2010.

FALCÃO, Kary Jean. Rondônia e homossexualidade: uma história marcada por crimes homofóbicos. *Saberes da Amazônia*. Porto Velho, 2016, v.1, n. 03, p.177-188. DOI: <https://doi.org/10.31517/rsa.v1i3.52>.

FALCÃO, Kary Jean. *Identidades construídas em forma de docência: desafios e perspectivas de professoras travestis e transexuais em Rondônia*. 2019. Tese (Doutorado em Psicologia) PUCRS, Porto Alegre, 2019.

FANON, Frantz. *Pele negra, máscaras brancas*. Salvador, BA: Universidade Federal da Bahia, 2008.

FANON, Frantz. Racismo e cultura. Dossiê: *Questão ambiental na atualidade*. *Revista convergência Crítica*, n. 13, 2018p. 78-90. Lisboa: 70. 2018. Disponível em: [https://www.bing.com/search?pglt=2083&q=FANON%2C+Frantz.+Racismo+e+cultura.+In+M.+R.+Sanches+\(Org.\).+Malhas+que+os+imp%C3%A9rios+tecem%3A+Textos+anticoloniais%2C+contextos+p%C3%B3scoloniais.+Lisboa%3A+70.+2012.&cvid=d35c1808f6104da095b8a6d95fdcea2b&aqs=edge..69i57.967j0j1&FORM=ANNTA1&PC=U531](https://www.bing.com/search?pglt=2083&q=FANON%2C+Frantz.+Racismo+e+cultura.+In+M.+R.+Sanches+(Org.).+Malhas+que+os+imp%C3%A9rios+tecem%3A+Textos+anticoloniais%2C+contextos+p%C3%B3scoloniais.+Lisboa%3A+70.+2012.&cvid=d35c1808f6104da095b8a6d95fdcea2b&aqs=edge..69i57.967j0j1&FORM=ANNTA1&PC=U531). Acesso em: 14 fev. 2023.

FARAH, Marta Ferreira Santos. Gênero e Políticas Públicas. *Revista Estudos Feministas*. Florianópolis, UFSC, V. 12, Nº 1, jan.-abr. 2004 - pág. 47-71.

FARES, Josse. O boto, um Dândi das águas amazônicas. *Revista Moara*, Belém, v. 1, nº5, p. 47-63, abr./set., 1996.

FAVERO, Sofia Ricardo. Pesquisando a dor do outro: os efeitos políticos de uma escrita situada. *Pesquisas e Práticas Psicossociais*, 15 (3), São João del-Rei, julho-setembro de 2020.

FECHINE, Elaine Gonçalves. A opressão e a violência presentes no cotidiano das mulheres. *Revista Presença Especial Mulher*. ano XI, n. 32, Porto Velho: EDUFRO, 2003.

FECHINE, Elaine F. Gonçalves. *Mulheres Ribeirinhas do Rio Madeira: Cotidiano Envolto em Brumas*. 2007. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente) - Universidade Federal de Rondônia- UNIR, Porto Velho. 2007.

FERREIRA, Manoel Rodrigues. *A Ferrovia do Diabo*. São Paulo: Melhoramentos, 2005.

FONSECA, Dante Ribeiro. A Madeira-Mamoré e o imperialismo na Amazônia. *Clio – Revista de Pesquisa Histórica*. Recife. N. 17. 1998.

FONSECA, Dante Ribeiro. *Estudos de História da Amazônia*. Porto Ve-

lho: Maia, 2007.

FORONI, Paola Conceição. *Jorge Teixeira, primeiro governador do Estado de Rondônia: imprensa e cordialidade (1979-1982)*. 2014. Dissertação (Mestrado em História e Estudos Culturais) – Universidade Federal de Rondônia, Porto Velho, 2014.

FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. Trad. de Raquel Ramallete. 36. ed. Petrópolis, RJ : Vozes, 2009.

FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade I: a vontade de saber*. Trad. de Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. 10ª ed. Rio de Janeiro, Edições Graal, 2015.

FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade 3: O cuidado de si*. Ed. Graal - RJ, 1985.

FOUCAULT, Michel. *Os anormais: curso no Collège de France (1974-1975)*. São Paulo: WMF, 2010.

FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970*. São Paulo: Edições Loyola, 2013.

FOUCAULT, Michel. Poderes e estratégias. In: MOTTA, Manoel Barros da (Org.). *Ditos e escritos: estratégia, poder-saber*. 2. Ed. Tradução de Vera Lucia Avellar Ribeiro. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006. v. IV. p. 241-252.

FRY, Peter; MacRae Edward. *O que é homossexualidade?* São Paulo: Brasiliense, 1983.

FRY, Peter. *Para inglês ver: identidade e política na cultura brasileira*. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

GAULD, Charles. *Farquhar, último Titã*. Tradução de Eliana Nogueira do Vale. São Paulo: Editora de Cultura, 2006.

GEERTZ, Clifford. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: Zahar, 1988.

GIL, Antonio Carlos. *Como elaborar projetos de pesquisa*. 4. Ed. São Paulo: Atlas, 2007.

GOHN, Maria da Glória. *Teoria dos movimentos sociais – paradigmas clássicos e contemporâneos*. São Paulo: Loyola, 1997.

GOHN, Maria da Glória. *Os sem terra, ONGs e cidadania: a sociedade civil brasileira na era da globalização*. São Paulo: Cortez, 2003.

GRAÇA, Tereza Cristina Cerqueira da. *Pés-de-anjo e letreiros de neon: ginásianos na Aracaju dos Anos Dourados*. São Cristóvão: Ed. da UFS, 2002.

GREEN, James N; QUINALHA, Renan; CAETANO, Marcio; FERNANDES, Marisa (orgs.). *História do movimento LGBT no Brasil*. São Paulo: Alameda, 2018.

GREEN, James Naylor. *Além do carnaval: A homossexualidade masculina no Brasil do século XX*. Tradução Cristina Fino e Cássio Arantes Leite. São Paulo: Editora UNESP, 2000.

GÓIS, João Bôsko Hora. Desencontros: as relações entre os estudos sobre a homossexualidade e os estudos de gênero no Brasil. *Revista Estudos Feministas*. 2003, vol.11, n.1, pp. 1-8.

GONÇALVES, Alexandre Oviedo. Religião, política e direitos sexuais: controvérsias públicas em torno da “cura gay”. *Religião e Sociedade*, Rio de Janeiro, 39(2): 175-199, 2019.

GONZALEZ, Lélia. A categoria político-cultural de amefricanidade. *Tempo Brasileiro, Rio de Janeiro*, n. 92/93, p. 69-82, jan./jun. 1988.

GONZALEZ, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de (org.). *Pensamento feminista brasileiro: formação e contexto*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019.

GROSSI, M. P. Identidade de Gênero e Sexualidade. *Coleção Antropologia em Primeira Mão*. PPGAS/UFSC, 1998.

HARDMAN, Francisco F. *Trem fantasma: a modernidade na selva*. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. Trad. Laís Teles Benoir. SP: Centauro, 2004.

HALL, Stuart. Quem precisa da Identidade?. In: Tomaz Tadeu da Silva (org.). *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais* 9. Ed.-Petrópolis, RJ: Vozes, 2009. Cap. 3, pp.103-133.

HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: Dp&a, 2005.

HARAWAY, Donna. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. *Cadernos Pagu*, (5), 1995. p. 7-41. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/1773>. Acesso em: 11 nov. 2021.

HARROUK, Christele. *Espaços públicos: lugares de protesto, manifestação e engajamento social* [Public Spaces: Places of Protest, Expression and

Social Engagement] 15 Jun 2020. ArchDaily Brasil. (Trad. Libardoni, Vinicius). Disponível em: <https://www.archdaily.com.br/br/941514/espacos-publicos-lugares-de-protesto-manifestacao-e-engajamento-social>. Acesso em: 13 out. 2021.

HILÁRIO, Rosângela Aparecida. O feminismo negro como estratégia para assunção de direitos de mulheres preta e periféricas. *Ensaios Filosóficos*. Rio de Janeiro, 2019. 40-57.

HOBSBAWM, Eric J. *A Era dos impérios: 1875-1914*. Tradução de Sieni Maria Campos e Yolanda Steidel de Toledo. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

HOLANDA, Fabíola. *Experiência e Memória: a palavra contada e a palavra cantada de um nordestino na Amazônia*. 2006. Tese (Doutorado em História Social) - Universidade de São Paulo - USP, São Paulo. 2006.

HOLANDA, Fabíola. A memória construída: comunidade de destino, colônia e rede. *Primeira Versão*. Ano II, V. 8. nº123, Porto Velho, 2003, p. 1-5.

HOLLANDA, Heloisa Buarque de (org.). *Pensamento feminista brasileiro: formação e contexto*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019.

HOOKS, bell. *O feminismo é para todo mundo: políticas arrebatadoras*. Rio de Janeiro: Rosas dos Tempos, 2019.

HOOKS, bell. *Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade*. Trad. de Marcelo Brandão. 2.ed. São Paulo : editora WMF Martins Fontes, 2017.

HOOKS, bell. *Teoria feminista: da margem ao centro*. Trad. Rainer Patriota. São Paulo: editora Perspectiva, 2019.

HOOKS, bell. *Intelectuais negras*. Revista de Estudos Feministas, Florianópolis, v. 3, n. 2, p. 464-478. 1995.

HUGO, Vitor. *Segurança Pública: a presença de minorias sexuais na sociedade brasileira*. Rondônia: VH Editores da Amazônia, 2003.

JESUS, Jaqueline Gomes de. *Orientações sobre a população transgênero: conceitos e termos*. Brasília, 2012.

JESUS, Jaqueline Gomes de. *Transfeminismo: Teorias e Práticas*. Rio de Janeiro: Metanoia Editora, 2014.

JUCANDELLA, Imma Llorc i. *Ecofeminismo(s): o feminismo ecologista: estado del debate em la Índia*. Disponível: http://www.geocities.com/equipasia/Art_ecofeminismo_Imma.htm, 1997. Acesso em: 14 jun. 2022.

JUSTA, Juliana Frota da. *“Bastidores e Estréias”: performers trans e boates*

gays abalando a cidade. 2009. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2009.

LACERDA, Thays de Campos. Tereza Benguela: Identidade e representatividade negra. *Revista de Estudos Acadêmicos e Letras*, vol 12, Nº 2, p 89-96, abril. 2019.

LADEIA, Mayara Lacal Cunha. *Do movimento à teoria: investigando a construção e a aplicabilidade da Museologia LGBT em espaços de memórias dissidentes*. 2022. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Museologia) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2022. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/234151>. Acesso: 21 mar. 2023.

LASSO, Pablo. Antropologia cultural e homossexualidade: variantes do comportamento sexual, culturalmente aprovadas. In: VIDAL, M; MARTOS, J.M.F; GAFO, J; HIGUERA, G; RUIZ, G. (orgs.). *Homossexualidade: ciência e consciência*. Edições Loyola, São Paulo, 1985.

LE GOFF, Jacques. *História e memória*. Trad. Bernardo Leitão. Campinas, SP: Unicamp, 1990.

LEJEUNE, Philippe. *O pacto autobiográfico: de Rousseau à internet*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.

LIMA, Ari. Da vida rasgada. Imagens e representações sobre o negro em Madame Satã. *Revista do Programa de Pós-Graduação em Estudo de Linguagens*, Universidade do Estado da Bahia, Departamento de Ciências Humanas, Salvador, v. 1, n. 2, 2006.

LIMA, Marta Valéria de. A organização político administrativa: de Território Federal do Guaporé a estado de Rondônia. DIAS, Vinicius Rodrigues (Org.). *História de Rondônia: a transição de Território Federal a Estado*. Porto Alegre : Mundo Acadêmico, 2021. p. 26-40.

LIMA, Michele Pires. *Senhoras do tempo: cotidiano, trabalho e ativismos de travestis e transexuais em Manaus (1992-2019)*. 2021. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Amazonas – UFAM, Manaus. 2021.

LORDE, Audre. *Irmã outsider*. Trad. Stephanie Borges. Belo Horizonte : Editora Autêntica, 2019.

LORDE, Audre. Age, race, class and sex: women rede ning di erence. Paper del delivered the Copeland Colloquium, Amerst College, Reproduced in: *Sister Outsider Crossing Press*, California, 1984. Disponível em: https://www.colorado.edu/odece/sites/default/files/attached-files/rba09-sb4converted_.pdf. Acesso em: 12 mai. 2021.

LOPES, Fabrício Ricardo. *Transgêneros: narrativas de escolarização na Amazônia*. 2017. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Universidade Federal de Rondônia – UNIR, Porto Velho. 2017.

MAGALHÃES, Fabiano Rosa de. As manifestações no espaço público: a rua como lugar da expressão política. *Rev. Pensamento Plural*, Pelotas [12]: 7 - 35, janeiro/junho, 2013.

MALINOWSKI, Bronislaw. *Argonautas do Pacífico Ocidental: um relato do empreendimento e da aventura dos nativos nos arquipélagos da Nova Guiné melanésia* Trad. Anton P. Carr e Lígia Aparecida Cardieri. 2º ed. São Paulo: Abril Cultural, 1978. (Coleção Pensadores).

MARIUZZO, Patrícia. Os Desafios da Museologia de Gênero. *Ciência e Cultura*, v.68, n.4, São Paulo, 2016.

MARTINS, Breno Vinícius. To be: ser ou estar. In: ALEIXO, Alanys. (Org.). *Gordes: uma celebração aos corpos livres*. Rio de Janeiro: Se Liga Editorial, 2021. p. 73-79.

MAUAD, Ana Maria. Através da imagem: fotografia e história interfaces. *Tempo*, RJ, vol. 1, nº2, 1996, p.73-98.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom. *Canto de Morte Kaiowá: história oral de vida*. Loyola, São Paulo, 1991.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom. *Manual de história oral*. São Paulo: Loyola, 2005.

MIGUEL, Luís Felipe; BIROLI, Flávia. *Feminismo e política: uma introdução*. São Paulo: Boitempo, 2014.

MORAES, Andrea; FARIAS, Patrícia Silveira de. Na academia. In: HOLLANDA, Heloísa Buarque de (ORG.). *Explosão feminista*. São Paulo: Cia das Letras, 2018.

MOURA, Alessia Rodrigues. *Violência e resistência na escolarização de mulheres trans na Amazônia*. Porto Velho: Edufro, 2022.

MOUTINHO, Marcelo. *Memórias de Rondônia: povos e culturas do rio Madeira*. Rio de Janeiro: Arte Ensaio, 2010.

MÊNDEZ, Natalia Pietra. *Discursos e práticas do movimento feminista em Porto Alegre (1975-1982)*. 2004. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS, Porto Alegre. 2004.

MOREL, Edmar. *A revolta da chibata*. 5ª Ed. Paz e Terra: Rio de Janeiro, 2009.

MOREL, Marco. *João Cândido e a luta pelos direitos humanos*, livro fotobiográfico. Brasília: Fundação Banco do Brasil, 2008.

MOSER, Lilian Maria. *Formação de Capital Social e o Ideário do Desenvolvimento Sustentável no Mundo Rural Rondoniense: A Organização dos Sistemas Alternativos de Produção Dos Produtores De Ouro Preto D'Oeste – RO*. 2006. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2006.

MOSER, L. M. . Identidades Silenciadas: a repressão da beleza negra. In: Moser, Lilian M.; ALVES, Eva da S.; CAETANO, Renato F.; SILVA JÚNIOR, Tarciso P.. (Org.). *Das Matas, Rios e Cidades*. Porto Alegre: Editora Fi, 2019, v. 1, p. 111-135.

NASCIMENTO, Álvaro Pereira do. “Sou escravo de oficiais da Marinha”: a grande revolta da marujada negra por direitos no período pós-abolição (Rio de Janeiro, 1880- 1910). *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 36, nº 72, 2016.

NASCIMENTO, Álvaro Pereira do. *Cidadania, cor e disciplina na revolta dos marinheiros de 1910*. Rio de Janeiro: Mauad/FAPERJ, 2008.

NASCIMENTO, Beatriz. A mulher negra no mercado de trabalho. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de (org.). *Pensamento feminista brasileiro: formação e contexto*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019.

NASCIMENTO, Letícia Carolina Pereira do. *Transfeminismo*. São Paulo: Jandaíra, 2021.

NASCIMENTO SILVA, Maria das Graças Silva. *Espaço ribeirinho: migrações nordestinas para os seringais da Amazônia*. 1996. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1996.

NASCIMENTO SILVA, Maria das Graças Silva. *O Espaço Ribeirinho*. São Paulo, Terceira Margem Editora Didática, 2000.

NASCIMENTO SILVA, Maria das Graças. *Parteiras ribeirinhas: saúde da mulher e o saber local*. 2004. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido) - Universidade Federal do Pará, Belém. 2004.

NERY, João Walter; COELHO, Maria Thereza Ávila Dantas; SAMPAIO, Liliana Lopes Pedral. João W. Nery: A trajetória de um trans homem no Brasil: do escritor ao ativista. In: *Periódicus*. n. 4, v. I, nov. 2015 - abr. 2016. p. 169-178.

NERY, João Walter; MARANHÃO FILHO, Eduardo Meinberg de Al-

buquerque. Transhomens no ciberespaço: micropolíticas das resistências. In: MARANHÃO FILHO, Eduardo Meinberg de Albuquerque (Org.). (In)Visibilidade Trans. *História Agora*, v.16, nº 2, p. 139-165, 2013.

NOGUEIRA, Conceição. *Interseccionalidade e psicologia feminista*. Salvador, Bahia. Editora Devires, 2017.

NOGUEIRA, Mara Genecy Centeno; PIMENTEL, Nábila Raiana Magno. Da ameaça à Esperança: memórias e histórias sobre a primeira mãe de santo do município de porto Velho. Dossiê “A construção do Sujeito Contemporâneo: Perspectiva para a Amazônia – parte I”. *Revista Labirinto* – Ano X, nº 13 – ago. 2010.

OLIVEIRA, Augusta da Silveira de. A ONG Igualdade: a consolidação da organização das travestis e transexuais em Porto Alegre – RS. *Aedos*, Porto Alegre, v. 12, n. 26, ago. 2020.

OLIVEIRA, Jorge Coimbra de. *A burocracia elitizada e o Polonoroeste em Rondônia*. 2003. Tese (Doutorado em Sociologia) - Departamento de Sociologia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo – USP. São Paulo, 2003.

OLIVEIRA, Francisco Mesquita. *A ascensão do conservadorismo no Brasil: surgimento e atuação de movimentos sociais conservadores*. In: XXXI Congresso Latino Americano de Sociologia - ALAS, Montevideo, 2017.

ONOFRE, Mariangela Aloise. Gênero, Violência e Política Pública de Desenvolvimento: Aplicação da Lei Maria da Penha em Porto Velho. 2009. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente) - Universidade Federal de Rondônia, Porto Velho. 2009.

OLIVEIRA, Megg Rayara Gomes de. *O diabo em forma de gente: ®existências de gays afeminados, viados e bichas pretas na educação*. Curitiba: Prisma, 2017.

OLIVEIRA, Megg Rayara Gomes de. Trejeitos e trajetos de gayzinhos afeminados, viadinhos e bichinhas pretas na educação!. *Revista Periódicus*, 1(9), 161–191, 2018.

OLIVEIRA, Megg Rayara Gomes de. *Nem ao centro, nem à margem! Corpos que escapam às normas de raça e de gênero*. Salvador: Editora Devires, 2020.

PACE, Ana Amelia Barros Coelho. *Lendo e escrevendo sobre o pacto autobiográfico de Philippe Lejeune*. 2012. Dissertação (Mestrado em Letras Francesas) – Programa de Pós- graduação em Letras Modernas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

PACE, Ana Amelia Barros Coelho. Aspectos do pacto autobiográfico em “L'autobiographie en France”. *Darandina*, Juiz de Fora, v. 6, n. 1, p. 1-17, 2013.

PELÚCIO, Larissa. Na noite nem todos os gatos são pardos: Notas sobre a prostituição travesti. *Cadernos Pagu* (25), Campinas-SP, Núcleo de Estudos de Gênero- Pagu/Unicamp, 2005, p. 217-248.

PELÚCIO, Larissa. “Amores perros” - sexo, paixão e dinheiro na relação entre espanhóis e travestis brasileiras no mercado transnacional do sexo. In: PISCITELLI, A.; DE OLIVEIRA, G.; NIETO, J. *Gênero, sexo, afetos e dinheiro: mobilidades transnacionais envolvendo o Brasil* (Coleção Encontros). Campinas (SP): UNICAMP/PAGU, 2011. p. 185-224.

PERES, Maria Angélica de Almeida; PADILHA, Maria Itayra Coelho de Souza. Uniforme como signo de uma nova identidade de enfermeira no Brasil (1923-1931). *Esc. Anna Nery*, 2014; 18 (1):112-121.

PEREZ, Olívia Cristina; RICOLDI, Arlene Martinez. A quarta onda feminista: interseccional, digital e coletiva. *X Congresso Latino-americano de Ciência Política (ALACIP)*, Associação Latino-americana de Ciência Política, a Associação Mexicana de Ciência Política e o Tecnológico de Monterrey, 31 jul, 1, 2 e 3 de agos. 2019. Disponível em: <https://alacip.org/cong19/25-perez-19.pdf>.

PESSOA, C., ZUSE, S., COSTA, A. F., KIPNIS, R., & NEVES, E. G. (2020). Aldeia circular e os correlatos da ocupação indígena na margem esquerda da Cachoeira de Santo Antônio. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas*, 15(2).

PINTO, Emanuel Pontes. *Rondônia, evolução histórica*. Expressão e Cultura, Rio de Janeiro, 1993.

PINTO, Roquette. *Rondônia*. Companhia Editora Nacional, col. Brasileira, vol. 39, 4ª ed., São Paulo, 1938.

PINSKY, Carla Bassanezi. Estudos de Gênero e História Social. *Estudos Feministas*, Florianópolis, 17(1): 296, janeiro-abril, 2009.

POLLAK, Michael. Memória e identidade social. *Estudos históricos*, RJ, Vol. 2, n. 10, 1992.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento e silêncio. *Estudos Históricos*, RJ, vol. 2, n. 3, 1989, p. 3-15.

RAGO, Margareth. As mulheres na historiografia brasileira. In: SILVA, Zélia Lopes (Org.). *Cultura Histórica em Debate*. São Paulo: UNESP, 1995.

RATTZ, Alex. *Eu sou atlântica*: sobre a trajetória de vida de Beatriz Nas-

cimento. Imprensa Oficial do Estado de São Paulo/ Instituto Kuanza, 2007.

RATTS, Alex. Entre personas e grupos homossexuais negros e afro-l-gttb. In: BARROS JÚNIOR, Francisco de Oliveira; LIMA, Solimar Oliveira (Orgs.) *Homossexualidade sem fronteiras*. Rio de Janeiro: Booklinks/Teresina: Grupo Matizes, 2007.

REIDEL, Marina. *A pedagogia do Salto Alto: Histórias de professoras Transsexuais e travestis na Educação Brasileira*. 2013. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Educação, Porto Alegre, 2013.

RENK, Valquiria Elita. *Aprendi falar português na escola! O processo de nacionalização das escolas étnicas polonesas e ucranianas no Paraná*. 2009. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2009.

RIBEIRO, Djamilia. *Lugar de fala*. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019.

RISA. *O Movimento Feminista e a influência nas políticas públicas de Porto Velho*, 2013. Disponível em: <https://blogueirasfeministas.com/2013/08/12/o-movimento-feminista-e-a-influencia-nas-politicas-publicasde-porto-velho/>. Acesso em: 13 mar. 2023.

RISA. *As mulheres que meteram a colher: história do movimento feminista de Porto Velho Rondônia (1980 a 2009)*. Rio de Janeiro: Autografia, 2022.

RIVEIRA, Syvia; JOHNSON, Marsha P. S.T.A.R. Acción Travesti Callejera Revolucionaria. *Supervivencia*, revueta y lucha trans antagonista. Ver: <https://editorialimperdible.com/2022/10/10/nueva-edicion-accion-travesti-callejera-revolucionaria-revisada-y-ampliada/>. Acesso em: 5 out. 2022.

RODOVALHO, A. M. O Cis pelo Trans. *Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 25, n. 1, p. 365-373, fev. 2017.

ROVAI, Marta Gouveia de Oliveira (org.). *História Oral e história das mulheres: rompendo silenciamentos*. São Paulo: Letra e Voz, 2017.

ROVAI, Marta Gouveia de Oliveira. Aprendendo a ouvir: a história oral testemunhal contra a indiferença. *História Oral*, v.16, n. 2, 2013.

SAFFIOTI, Heleith I. B. Rearticulando Gênero e Classe Social. In: Costa, A. de O. & Bruschini, C. (org.). *Uma questão de gênero*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos/São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 2001.

SAFFIOTI, Heleith I. B. Primórdios do conceito de gênero. In: Campinas: *Cadernos Pagu* – Simone de Beauvoir & os feminismos do século XX, Nº 12, especial, organizado por Mariza Corrêa, Pagu – Núcleo de Estudos de Gênero/

UNICAMP, Campinas, SP, 1999.

SANTHIAGO, Ricardo. Duas Palavras, muitos significados. Alguns comentários sobre a História Pública no Brasil. In: MAUAD, Ana Maria e ALMEIDA, Juniele Rabêlo de e SANTHIAGO, Ricardo (orgs.). *História Pública no Brasil*. Sentidos e Itinerários. São Paulo: Letra e Voz, 2016.

SAYER, Faye. *Public History*. A Practical Guide. London: Bloomsbury, 2015.

SCAVONE, Lucila. Estudos de Gênero e feministas: um campo científico?. In: XXXI Encontro Anual da ANPOCS, 2007, Caxambu. São Paulo, 2007.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação e Realidade*, 16 (2), 1990.

SCOTT, Joan. Experiência. In A. L. Silva, M. C. S. Lago & T. R. O. Ramos (Orgs.). *Falas de Gênero*: teorias, análises, leituras. Florianópolis: Editora Mulheres, 1999.

SCHAMA, Simon. *Paisagem e memória*. Companhia das Letras: São Paulo, 1996.

SCHWEICKARDT, Júlio Cesar; LIMA, Nísia Trindade. Os cientistas brasileiros visitam a Amazônia: as viagens científicas de Oswaldo Cruz e Carlos Chagas (1910- 1913). *Revista História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro. v.14, suplemento, p.15-50. dez. 2007.

SIENA, Osmar. Desenvolvimento Sustentável: histórico e discussão conceitual. In: José Januário do Amaral; Maria das Graças Silva Nascimento Silva; Mariluce Paes de Souza. (Org.). *Pesquisa na Amazônia: Intervenção para o Desenvolvimento*. 1ª ed. Porto Velho: EDUFRO, 2001, v. 1, p. 103-116.

SILIPRANDI, Emma. Ecofeminismo: contribuições e limites para a abordagem de políticas ambientais. *Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável*, v.1, nº 1, p. 61-71, 2000.

SILVA, Antônio Cândido da. *Enganos da nossa história*. Porto Velho: Edufro, 2007.

SILVA, C. G. P., & COSTA, A. F. Um quadro histórico das populações indígenas no alto rio Madeira durante o séc. XVIII. *Amazônica*, 6(1), 136-165, 2014.

SILVA, Amizael Gomes da. *Da chibata ao inferno*. Porto Velho: Edufro, 2001.

SILVA, Amizael Gomes da. *Amazônia*: Porto Velho. Porto Velho: Palmares, 1991.

SILVA, Amizael Gomes da. *No rastro dos pioneiros: um pouco da história rondoniana*. Porto Velho, SEDUC, 1984.

SILVA, Erminia. *Circo-teatro: Benjamim de Oliveira e a teatralidade circense no Brasil*. São Paulo: Altana, 2007.

SILVA, Lauri Miranda. *Ong Tucuxi: na luta contra o preconceito e pelo reconhecimento da cidadania LGBT em Porto Velho (2003 a 2009)*. 2010. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado e Licenciatura em História) – Fundação Universidade Federal de Rondônia/UNIR, Porto Velho, Rondônia, 2010.

SILVA, Lauri Miranda. *Revelações e ocultamentos: as representações de gêneros nos estudos multidisciplinares realizados na Universidade Federal de Rondônia (1990- 2010)*. 2015. Dissertação (Mestrado em História e Estudos Culturais) – Universidade Federal de Rondônia, Porto Velho, 2015.

SILVA, Lauri Miranda; SCHMIDT, Benito Bisso. Francinny, Úrsula e Welly: mulheres trans-negras universitárias em Rondônia – experiências de opressão e resistência. In: VANTOIR, Roberto Brancher; COLLING, Ana Maria; PORTO, Eliane Quincozes (orgs.). *Caminhos possíveis à inclusão V: gêneros, (trans) gêneros e educação – alguns enfrentamentos*. Curitiba: Brazil Publishing, 2020. Cap. 9, p. 168-188.

SILVA, Lauri Miranda. Conquistas e desafios: as políticas públicas para a comunidade LGBTIQ+ no Brasil, em especial na cidade de Porto Velho/RO, do final da década de 70 aos dias atuais. In: *Simpósio Nacional de História – ANPUH/Brasil*, Recife, 30, 2019.

SILVA, Lauri Miranda. Mulheres trans-negras universitárias em Rondônia - experiências de opressão e resistência. In: VELOSO, Igor; HILÁRIO, Rosângela; DIONÍSIO, Tiago; REIKDAL, Cléverson (orgs.). *Dissidências sexuais e de gênero em diversos campos de lutas: o sentido do direito à existência*. Ed. – Porto Velho – RO: EDUCAR, 2021. Cap. 6, p. 94-112.

SILVA, Lauri Miranda. Reflexões e desafios para salvaguardar memórias LGBTQIA+ em Rondônia. In: VIEIRA, Leonardo (Org.). *Acervos e referências de memória LGBTQIAP+*. São Paulo : Museu da Diversidade Sexual, 2023.

SILVA, Lauri Miranda; LIMA, Michele Pires. “Experiência de emprego é prostituição!” Os mundos do trabalho nas experiências de travestis e transexuais amazônicas (entre 1970 e a primeira metade do século XXI). In: ROVAI, Marta Gouveia de Oliveira; SANTHIAGO, Ricardo (orgs.). *História oral como experiência: reflexões metodológicas a partir de práticas de pesquisa*. Teresina: Cancioneiro, 2021.

SILVA, Lauri Miranda. *Vozes subversivas e corpos transgressores: memó-*

rias da (re) existência de militantes dos movimentos LGBTQIA+ e de mulheres contra as opressões interseccionais em Rondônia (1980 a 2022). Tese (Doutorado em História - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2023. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10183/271180>.

SILVA, Susana Veleda da. Os estudos de gênero no Brasil. *Revista bibliográfica de Geografia y Ciencias Sociales*. Universidad de Barcelona, 262, 2009.

SIMÕES, Júlio Assis; FACCHINI, Regina. *Do Movimento homossexual ao LGBT*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2019.

SIMPSON, Keila. Transexualidade e travestilidade na Saúde. In: BRASIL, Ministério da Saúde. *Transexualidade e travestilidade na saúde*. Brasília: Ministério da Saúde, 2015.

SHOPES, Linda. A evolução do relacionamento entre a história oral e história pública. In: MAUAD, Ana Maria e ALMEIDA, Juniele Rabêlo de e SANTHIAGO, Ricardo. *História Pública no Brasil*. Sentidos e Itinerários. São Paulo: Letra e Voz, 2016.

SMITH, Richard Cândida. História pública, por que não?. MAUAD, Ana Maria, SANTHIAGO, Ricardo e BORGES, Viviane Trindade (orgs.). *Que história pública queremos? What public history do we want?*. São Paulo: Letra e Voz, 2018.

SOARES, Douglas Verbicaro; PEREIRA, Gabrielle Keller. Las canciones utilizadas como instrumento de educación y sensibilización social sobre la orientación homosexual. *Revista Pensamento Jurídico* – São Paulo – Vol. 14, Nº 1, jan./jul. 2020.

SOIHET, Rachel; PEDRO, Joana Maria. A emergência da pesquisa da História das Mulheres e das Relações de Gênero. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 27, nº 54, p. 281-300 – 2007.

SOUZA, Josy Maria Alves de. *Nomes sociais de pessoas transgêneros e nomes artísticos de drag queens do estado de Rondônia: questões de identidade linguística e de gênero*. 2019. Dissertação (Mestrado Acadêmico em Letras) – Universidade Federal de Rondônia, Porto Velho, 2019.

SOUZA, Lady Day Pereira de. *Mulheres Indígenas em Porto Velho: Relações Sociais de Gênero, Situações de Desenvolvimento e Políticas Públicas*. 2010. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente) – Universidade Federal de Rondônia, Porto Velho, 2009.

SOUZA, Rita de Cássia de. Punições e disciplina: introdução ao estudo da cultura escolar. In: *Congresso de pesquisa e ensino em história da educação em Minas Gerais*, 2. 2003, Uberlândia: Universidade Federal de Uberlândia, 2003.

SOUZA, Valdir Aparecido de. *(Des) ordem na Fronteira: ocupação militar e conflitos sociais na bacia do Madeira-Guaporé (30-40)*. 2002. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Estadual Paulista, Assis, 2002.

SOUZA, Valdir Aparecido de. *Rondônia: uma memória em disputa*. 2011. Tese (Doutorado em História) – Universidade Estadual Paulista, Assis, 2011.

SPARGO, Tamsin. *Foucault e a teoria queer: seguido da Ágape e êxtase: orientações pós-seculares*. Belo Horizonte: Autêntica, 2017.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. (1985). *Pode o subalterno falar?*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

TEDESCO, Caio de Souza; LEMES, Morgan Santos. Transmasculinidades no Rio Grande do Sul: movimentos, comunidades e reexistências. In: SCHMIDT, Benito Bisso; WEIMER, Rodrigo de Azevedo (orgs). *Histórias Lesbitransviadas do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Editora Taverna. 2022.

TEDESCO, Caio de Souza. “Nós somos complexos”: *historiografia queer na contemporaneidade - uma análise da operação historiográfica no National Museum: LGBT History and Culture*. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em História) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2018.

TEDESCO, Caio de Souza. Por uma historiografia transgressora: problematizando a operação historiográfica no National Museum: LGBT History and Culture. *Revista Museologia & Interdisciplinaridade*. Brasília, vol. 11, n. 21. 2022. p. 182 - 208. Disponível em: . Acesso em: 18 junho 2022.

TEIXEIRA, Flávia do Bonsucesso. L'Italia dei Divieti: entre o sonho de ser europeia e o babado da prostituição. *Cadernos Pagu* (31), Campinas-SP, Núcleo de Estudos de Gênero-Pagu/Unicamp, 2008, p. 275-308.

TEIXEIRA, Marcos Antônio Domingues; FONSECA, Dante Ribeiro da. *História Regional: Rondônia*. Porto Velho: Rondoniana, 2001. 2ª ed.

THOMPSON, Paul. *A voz do passado: história oral*. São Paulo: Paz e Terra, 1998.

THOMPSON, Edward P. *Costumes em comum*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

TILLY, Charles; WOOD, Lesley. *Los movimientos sociales, 1768-2008: desde sus orígenes a facebook*. Barcelona: Crítica, 2010.

TOMLINSON, H. M. *O mar e a selva – Relato de Um Inglês na Amazônia*. São Paulo: Editora Paco, 2014.

TOURAINÉ, Alan. Na fronteira dos movimentos sociais. *Rev. Sociedade e Estado*, Brasília, v.21, n.1, p. 17-28, jan/abr. 2006.

TREVISAN, J. S. *Devassos no paraíso: a homossexualidade no Brasil, da colônia à atualidade*. Rio de Janeiro: Record, 2018.

TRINDADE, Ronaldo. A invenção do ativismo LGBT no Brasil: intercâmbios e ressignificações. In: GREEN, James N; QUINALHA, Renan; CAETANO, Marcio; FERNANDES, Marisa (orgs.). *História do movimento LGBT no Brasil*. São Paulo: Alameda, 2018.

VEIGA, Cynthia Greive. Sentimentos de vergonha e embaraço: novos procedimentos disciplinares no processo de escolarização da infância em Minas Gerais no século XIX. In: *Congresso de história da educação de Minas Gerais*, 2, 2003.

VERAS, Elias Ferreira; PEDRO, Joana Maria. Os silêncios de Clío: escrita da história e (in) visibilidade das homossexualidades no Brasil. *Revista Tempo e Argumento*, Florianópolis, v. 6, n.13, p. 90 - 109, set./dez. 2014.

VERGUEIRO, Viviane. *Por inflexões decoloniais de corpos e identidades de gênero inconformes: uma análise autoetnográfica da cisgeneridade como normatividade*. 2015. Dissertação (Mestrado em Cultura e Sociedade) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2015.

VIANA, João Paulo S. L. Do Território ao Estado, de Porto Velho à BR-364: a mudança na elite política em Rondônia. DIAS, Vinicius Rodrigues (Org.). *História de Rondônia: a transição de Território Federal a Estado*. Porto Alegre: Mundo Acadêmico, 2021. p. 87-113.

VIEIRA, Leonardo (Org.). *Acervos e referências de memória LGBTQIAP+*. São Paulo: Museu da Diversidade Sexual, 2023.

VITAL, André Vasques. *Comissão Rondon, política e saúde na Amazônia: a trajetória de Joaquim Augusto Tanajura no alto madeira (1909-1919)*. 2011. Dissertação (Mestrado em História das Ciências e da Saúde). Fundação Oswaldo Cruz. Rio de Janeiro: s.n., 2011.

VOLPATO, Luiza Rios Ricci. Quilombos em Mato Grosso: resistência negra em área de fronteira. In: REIS, João José; GOMES, Flávio dos Santos. *A liberdade por um fio a história dos quilombos no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

WANDERLEY, Sonia. Didática da História escolar. Um debate sobre o caráter público da história ensinada. In: ALMEIDA, Junielle Rabêlo de e MENESES, Sônia (orgs.). *História Pública em Debate*. Patrimônio, educação e mediações do passado. São Paulo: Letra e Voz, 2018.

YORK, Sara Wagner. *TIA, VOCÊ É HOMEM? Trans da/na educação: des(a) fiando e ocupando os “cistemas” de Pós-Graduação*. 2020. Dissertação (Mestrado em

Educação) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2020.

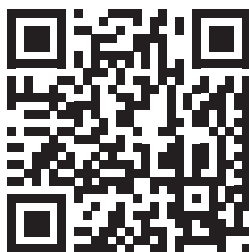
ZANELA, Maria. *Travestis em contextos de prostituição de rua: Sexualidade como trabalho, dimensões estéticas e códigos de conduta*. 2019. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2019.

 (27) 99979-0363

 facebook.com/EditoraMilfontes

 @editoramilfontes

Conheça mais sobre a Editora Milfontes.
Acesse nosso site e descubra as novidades que preparamos para Você.
Editora Milfontes, a cada livro uma nova descoberta!



Este impresso foi composto utilizando-se as famílias tipográficas
Cormorant Garamond e Afterglow.

É permitida a reprodução parcial desta obra, desde que citada
a fonte e que não seja para qualquer fim comercial.



M I L F O N T E S